

EUNICE NICOLAU

(Organizadora)

**ESTUDOS SOBRE
A ESTRUTURA GRAMATICAL
DA LINGUAGEM**

**FALE-UFMG
BELO HORIZONTE**

2001

Série Estudos: volume 6

Realização: Programa de Pós-Graduação em Estudos Lingüísticos
(FALE-UFMG)

Fábio Alves da Silva Júnior
Ida Lúcia Machado
Edson Nascimento Campos
Maria Antonieta Cohen
Yara Goulart Liberato
José Olímpio Magalhães
Hugo Mari
Deise Dutra
Maria Cristina Magro
Adriana S. Pagano

Ficha Catalográfica elaborada pelas Bibliotecárias da FALE/UFMG

E79 Estudos sobre a estrutura gramatical da linguagem /
Eunice Nicolau (organizadora). – Belo Horizonte:
Faculdade de Letras, UFMG, 2001.
224 p. : il. – (Estudos lingüísticos; 6)

ISBN : 85-87470-26-4

1. Lingüística estrutural. 2. Funcionalismo
(Lingüística). 3. Língua portuguesa. I. Nicolau, Eunice.
II. Série.

CDD : 410

ÍNDICE

Identificação dos Colaboradores	5
Prefácio	7
Capítulo 1	
<i>O Futuro da Morfologia</i>	
Luiz Carlos de A. Rocha	13
Capítulo 2	
<i>Formas de Entrada e Otimização do Léxico</i>	
Seung Hwa Lee	41
Capítulo 3	
<i>Sintaxe Formal e Gramaticalização: roteiro de uma pesquisa</i>	
Lorenzo Vitral	59
Capítulo 4	
<i>A (Im)Possibilidade de Ocorrência de DP Pós-Verbal em Sentenças Inacusativas: Uma Questão de Caso?</i>	
Eunice Nicolau	87
Capítulo 5	
<i>Papéis Temáticos: atribuição composicional</i>	
Márcia Cançado	117
Capítulo 6	
<i>Gráus de Transitividade e o Objeto Incorporado em Português Revisitados</i>	
Maria Elizabeth Saraiva e Clézio Roberto Gonçalves	147

Capítulo 7

Sobre a oposição restritivo/explicativo

Yara Liberato 163

Capítulo 8

A ocorrência de referência no SN em Português

Pedro Perini-Santos 197

COLABORADORES

Luiz Carlos de Assis Rocha

Doutor em Língua Portuguesa pela UFRJ; Professor do Departamento de Letras Vernáculas da Faculdade de Letras da UFMG.

Seung Hwa Lee

Doutor em Lingüística pela UNICAMP; Professor do Departamento de Lingüística da Faculdade de Letras da UFMG.

Lorenzo Vitral

Doutor em Lingüística pela Universidade de PARIS VIII; Professor do Departamento de Lingüística da Faculdade de Letras da UFMG.

Eunice Nicolau

Doutora em Lingüística pela UNICAMP; Professora do Departamento de Letras Vernáculas da Faculdade de Letras da UFMG.

Márcia Caçado

Doutora em Lingüística pela UNICAMP; Professora do Departamento de Lingüística da Faculdade de Letras da UFMG.

Maria Elizabeth Saraiva

Doutora em Letras - Lingüística pela FALE-UFMG; Professora do Departamento de Letras Vernáculas da Faculdade de Letras da UFMG.

Clézio Roberto Gonçalves

Mestre em Letras - Lingüística pela FALE-UFMG; Professor do CEFET-OP, Ouro Preto/MG.

Yara Liberato

Doutora em Letras - Lingüística pela FALE-UFMG; Professora do Departamento de Lingüística da Faculdade de Letras da UFMG.

Pedro Perini-Santos

Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Estudos Lingüísticos da FALE-UFMG; Professor da PUC/MG e da UNI-BH.

PREFÁCIO

Este volume da coleção **Estudos Lingüísticos** reúne oito trabalhos que, voltados para questões relativas à estrutura gramatical da linguagem, buscam elucidar fatos do português focalizando predominantemente o português do Brasil.

Dentre esses trabalhos, apenas um aborda tema de caráter mais abrangente; trata-se do estudo intitulado *O Futuro da Morfologia*, de autoria de Luiz Carlos de Assis Rocha, que argumenta em favor do reconhecimento da morfologia como um ramo autônomo da Lingüística. Segundo esse autor, um dos maiores empecilhos para tal reconhecimento está relacionado com a constatação de que as formações complexas da língua, em grande parte, apresentam irregularidades – tanto na sua estrutura interna, quanto no seu aparelho flexional – que são consideradas, por ARONOFF (1976), como “relíquias morfológicas”. O trabalho busca, então, explicar por que a morfologia é a vítima preferida desse enrijecimento estrutural da linguagem e, finalmente, assume que “os estudos morfológicos só terão um lugar no futuro da Lingüística, se se concentrarem nas questões relativas à produtividade lexical, em que se observam regularidade e previsibilidade em suas formações”.

Os outros sete trabalhos buscam respostas para questões específicas e podem ser distribuídos em dois grupos: um primeiro grupo, reunindo quatro estudos que tratam das questões à luz de perspectivas teóricas formalistas; um segundo grupo, reunindo três estudos que tratam das questões à luz de perspectivas teóricas funcionalistas.

No estudo *Formas de Entrada e Otimização do Léxico*, Seung-Hwa Lee discute as formas de entrada (*Input*) do português,

à luz da Teoria da Otimalidade (OT) e da Teoria da Correspondência, introduzidas na literatura por PRINCE & SMOLENSKY (1993) e MCCARTHY & PRINCE (1995). Após demonstrar que o uso do arquifonema /S/ para representar a alomorfia [s, z,] no português (como previsto pela Teoria Derivacional) é problemático, por implicar conspiração e complexidade de regras, além de níveis intermediários e ordenamento das regras, o autor defende a inexistência do arquifonema /S/ do português na representação subjacente; assume que a forma da entrada dessa língua é determinada pela Riqueza da Base e pela Otimização do Léxico na OT, ou seja, que, no português: (i) quando há a alternância [s] ~ [z], a representação subjacente é /z/ – e, não, o arquifonema /S/; (ii) quando não há essa alternância, a representação subjacente é, dependendo do conteúdo, /z/ ou /s/; (iii) a realização fonética correta é definida pela interação das seguintes restrições hierárquicas da OT: Agree; IdOnsLar >> Obs/Voi >> Ident-Voi.

Em *Sintaxe Formal e Gramaticalização: roteiro de uma pesquisa*, Lorenzo Vitral sintetiza estudos desenvolvidos por ele (com a colaboração da Profa. Dra. Jânia Ramos) e dissertações de mestrado elaboradas sob a sua orientação nos últimos cinco anos. Segundo o autor, esses estudos, que se iniciaram com a publicação do artigo *A Forma Cê e a Noção de Gramaticalização* (VITRAL, 1996), resultaram de um trabalho vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da FALE-UFMG que tem, como objetivo final, “modelar a relação entre duas perspectivas teóricas, a saber, (...) o Programa Minimalista (cf. CHOMSKY (1995)) e a abordagem da Gramaticalização”. Os estudos então sintetizados buscam: (1) identificar e descrever, sob a perspectiva da gramaticalização, alterações fônicas e de conteúdo em formas pronominais (como Cê), negativas (como Num) e verbais (como os modais Poder, Dever e Querer); (2) analisar esses fenômenos sob a perspectiva do Programa Minimalista.

A reflexão intitulada *A (Im)possibilidade de Ocorrência de DP Pós-verbal em Sentenças Inacusativas: uma Questão de Caso?*, de Eunice Nicolau, retoma estudos que tratam do

licenciamento do DP pós-verbal encontrado em sentenças com verbos não-marcadores de Caso acusativo (DP[-Acus]), de modo geral, analisado como o sujeito de sentenças que, portanto, exibem a ordem Verbo-Sujeito. Esses estudos compartilham, explícita ou implicitamente, da opinião de que a condição exigida para esse DP pós-verbal ser licenciado é que o Filtro do Caso (cf. CHOMSKY, 1981) não seja violado; isso significa que o problema a ser resolvido é relativo a Caso. A autora argumenta contra essa opinião, apontando para os seguintes fatos: diversos estudos que examinam dados do italiano (BELLETTI, 1988), do português europeu (RAPOSO & URIAGEREKA, 1990) e do português brasileiro (NASCIMENTO, 1984; FIGUEIREDO SILVA, 1994; NASCIMENTO & KATO, 1995) assumindo a marcação estrutural de Caso prevista pela TRL, embora associem a ocorrência do DP[-Acus] pós-verbal à necessidade, ou não, de um Caso nesse DP, incluem restrições que devem ser obedecidas quando se verifica tal ocorrência: Efeito de Definitude, natureza do adjetivo (predicado de mini-oração que tem o DP como sujeito), interpretação de lista, leitura focal, etc; estudos que tratam do licenciamento do DP[-Acus] pós-verbal no inglês assumindo pressupostos minimalistas (CHOMSKY, 1992-1995; BRANIGAN, 1992) deixam evidente que esse licenciamento não se explica diante, apenas, da solução para a questão do Caso (seja da checagem do Caso marcado no DP, seja do traço Marcar Caso especificado em T). Enfim, para a autora, essas diversas análises examinadas permitem, portanto, concluir que a (im)possibilidade de ocorrência de DP[-Acus] pós-verbal não se deve, meramente, a questões relativas a marcação ou checagem de Caso.

Na análise de *Papéis Temáticos: atribuição composicional*, Márcia Cançado apresenta argumentos contra a concepção de relações temáticas (ou papéis temáticos) da perspectiva lexicalista, que, segundo a autora, se adotada, por exemplo, na análise da sentença *Paulo quebrou o vaso*, implicaria dizer que, nessa sentença, os papéis de agente (ou causa) são atribuídos a Paulo pelo verbo quebrar, o que tornaria problemática a atribuição do papel temático de Paulo em sentenças como *Paulo quebrou o*

vaso com um martelo, Paulo quebrou o andamento das coisas e Paulo quebrou a cara; a única solução seria imaginar quatro entradas lexicais para quebrar, ou quatro diferentes expressões idiomáticas. Seguindo a proposta de FRANCHI E CANÇADO (em prep.), de acordo com a qual, as relações temáticas não só se estabelecem entre todos os itens lexicais (incluindo aí as preposições), mas também a partir dos acarretamentos entre expressões complexas, a autora assume, então, que os exemplos acima incluem, respectivamente, os seguintes predicadores complexos: *quebrar o vaso*, que atribuiria o papel de causa direta a Paulo; *quebrar o vaso com um martelo* que atribuiria necessariamente o papel de agente a Paulo a partir da composição de *quebrar com um martelo*; *quebrar o andamento das coisas* que atribuiria o papel de causa indireta a Paulo; e, finalmente, *quebrar a cara* que atribuiria o papel de experienciador a Paulo. É possível também, segundo Márcia Cançado, “pensar na adoção de uma análise composicional dos papéis temáticos (...) para os problemáticos verbos leves como *ter, dar, andar*”.

Os três estudos que assumem pressupostos fornecidos por modelos teórico-metodológicos de orientação funcionalista tratam de questões relativas a fatos sintáticos e semânticos.

No estudo *Sobre a oposição restritivo/explicativo*, Yara Liberato apresenta uma proposta de caracterização da oposição restritivo/explicativo, tradicionalmente relacionada a orações adjetivas, e a extensão dessa caracterização não só à classe dos adjetivos, mas, também, aos sintagmas preposicionados.

A análise intitulada *A ocorrência de referência no SN em Português*, de autoria de Pedro Perini-Santos, focaliza as condições de uso referencial de sintagmas nominais em português e propõe um complexo de traços mórficos, sintáticos e semânticos, que, segundo o autor, serve de base para uma nova taxonomia de itens lexicais nominais do português.

Em *Graus de Transitividade e o Objeto Incorporado em Português Revisitados*, Maria Elizabeth Saraiva e Clézio Roberto Gonçalves examinam a ocorrência do objeto incorporado em 13 (treze) narrativas orais espontâneas do português, com base no

instrumental teórico-metodológico apresentado em HOPPER & THOMPSON (1980). Os autores buscam investigar o grau de transitividade das estruturas em que esse fenômeno lingüístico ocorre, adotando, como ponto de partida, o conceito de objeto incorporado, proposto por Saraiva (1997): o conjunto **Verbo + Sintagma Nominal** que traduz uma idéia unitária, servindo para designar um tipo de ação ou processo expresso pelo verbo.

A organização dos trabalhos contidos neste volume da Coleção foi, portanto, orientada, em primeiro lugar, pela distribuição desses trabalhos em termos de perspectiva teórica adotada e, em segundo lugar, pelo tipo de fato lingüístico (morfológico, sintático ou semântico) que constitui o objeto da reflexão. A opção por esses dois critérios deveu-se à pretensão de que este volume retrate as diferentes preocupações do grupo que integra a linha de pesquisa Estrutura Gramatical da Linguagem, do Programa de Pós-Graduação em Estudos Lingüísticos da FALE/UFMG.

Cabe ressaltar que os textos foram padronizados apenas em termos de referências diretas, ou seja: no corpo de cada texto, toda referência a uma obra diretamente e pela primeira vez é feita mencionando-se o sobrenome do seu autor, em maiúsculas, seguido do ano da publicação, que, nos casos de citação, aparece seguido do(s) número(s) da(s) página(s) onde se encontra o trecho citado; nas Referências Bibliográficas, cada obra é incluída através do sobrenome do autor, em maiúsculas, seguido do nome e do ano da publicação.

Capítulo1:

O FUTURO DA MORFOLOGIA

Luiz Carlos de Assis Rocha

1. Introdução

O tema deste artigo foi inspirado em uma passagem de *Word formation in generative grammar*, de ARONOFF (1976, p. 84):

Todas as palavras em -en com base nominal são relíquias (...) Decidi separar a formação de palavras da análise de palavras exatamente pelo fato de que somos levados a tais relíquias morfológicas, como resultado da persistência de palavras. O caso em questão prova a utilidade de tal separação, pois parece que é apenas na análise de tais relíquias que temos de recorrer aos mais poderosos tipos de estratagema.

De fato, os inúmeros trabalhos que tratam de morfologia têm-se preocupado em demasia em explicar a estrutura e a formação de palavras institucionalizadas, ou seja, de itens lexicais

complexos já incorporados definitivamente ao léxico de uma língua. O exame da literatura dessa área nos tem mostrado que os autores, no afã de dar conta das questões morfológicas, propõem os mais engenhosos estratagemas para resolver os problemas estruturais da morfologia. Esses exercícios de pirotecnia verbal, voltados muito mais para o estudo das *reliíquias morfológicas* - para usarmos a expressão de Aronoff - do que para a criação de novos itens, têm levado os lingüistas a um certo ceticismo com relação ao estudo da morfologia como um subsistema coeso, organizado, e, antes de tudo, previsível, como se constata por estas palavras de BAUER (1983, p. 82): “O fenômeno da semi-productividade tem levado alguns estudiosos (EG. ADAMS, 1973:6; LEITNER, 1977:152; STEIN, 1977; e muitos outros) a argumentar que a derivação não deveria ser interpretada como um processo produtivo, no mesmo nível que o da formação de sentenças.”

É interessante notar que outros autores reconhecem a presença de *reliíquias morfológicas* na língua, como Katamba, por exemplo. Depois de tecer algumas considerações sobre o infixo *m*, que aparece em algumas palavras do inglês, o lingüista afirma: “Este infixo é uma *reliquia* histórica congelada que veio do latim” (KATAMBA, 1993: 44).

Para se entender o objetivo deste trabalho, é preciso deixar claro que:

a - Uma regra morfológica pode apresentar inúmeras falhas na sua aplicação, ou, mais especificamente, nas suas condições de produção (BASÍLIO, 1996, p. 364), em decorrência das *restrições* a que está sujeita (ROCHA, 1998, p. 135-145). Sendo assim, se, por um lado, a regra morfológica [X] N \Rightarrow [[X] N^{-eiro}] N (em que N = nome) apresenta produtos reais, como *verdureiro*, *lixeiro* e *vidraceiro*, por outro, constata-se a presença de itens possíveis, mas não-reais, como, (?)*alfaceiro*, (?)*couveiro*, (?)*espinafreiro*, etc. Voltaremos a esse problema, embora superficialmente, no item 7.2 deste trabalho. Para maiores informações sobre esse assunto, consultem-se os seguintes trabalhos: SANDMANN, 1991; BASÍLIO, 1996; ROCHA, 1998

e ROCHA, 1999.

b - Uma palavra formada no português atual, através do acionamento de uma RFP (Regra de Formação de Palavras), é, via de regra, regular, ou seja, não apresenta as irregularidades formais e semânticas de palavras que se encontram no léxico português há mais tempo. Neste trabalho, trataremos mais especificamente deste problema.

O que este trabalho pretende demonstrar, em resumo, é que as novas palavras que surgem no português atual são, em sua grande maioria, regulares, ou seja, transparentes, tanto sob o ponto de vista formal como semântico e que tal não se dá com os itens lexicais incorporados ao léxico. Em decorrência disso, insistimos que a morfologia, se deseja um lugar ao sol nos estudos lingüísticos, deve estar voltada para as novas formações, pois, caso contrário, o que se estará fazendo é um estudo camuflado de gramática histórica. Nossas considerações versarão apenas sobre a sufixação, embora também se apliquem à prefixação.

2. Persistências morfológicas

Mais uma vez reportamo-nos às palavras de Aronoff, citadas no início deste trabalho, ao afirmar que somos levados a tais relíquias morfológicas como resultado da persistência de palavras.

Aqueles que se dedicam ao estudo da morfologia sabem como é difícil identificar a estrutura de inúmeras palavras institucionalizadas do português. É antiga - e até hoje sem solução - a discussão a respeito da estrutura de grupos lexicais, como *permitir, demitir, transmitir, emitir, etc.*; *conferir, referir, inferir, diferir, transferir, etc.*; *conceber, perceber, receber, etc.*

Podemos apontar cinco tipos de problema relacionados com a persistência de relíquias morfológicas na língua: bases irregulares, radicais e sufixos alomorfêmicos, pseudo-bases livres, falsos sufixos ou sufixóides e flexões irregulares.

2.1 Bases irregulares

Em *carpinteiro*, por exemplo, é possível identificar o elemento *-eiro*, uma vez que se trata de uma forma recorrente, que aparece em inúmeras palavras da língua portuguesa com significado e função constantes: *lixeiro*, *verdureiro*, *porteiro*, etc. Trata-se, portanto, de um *sufixo*.

O que dizer do que “sobra” da palavra? Como analisar o elemento *carpint-*?

Em *escotismo*, identificamos o sufixo *-ismo*, recorrente por definição (*militarismo*, *atletismo*, *estrelismo*, etc.), mas que dizer do elemento *escot-*?

A lista de formas presas (CÂMARA JR, 1970. p. 59) ou de bases presas (ROCHA, 1998, p. 117) da língua portuguesa é extensa, da qual damos alguns exemplos: *marcen-aria*, *ol-aria*, *serralh-eria*, *malabar-ista*, *artilh-aria*, *doc-ência*, *civ-ismo*, *gástrico*, *agr-ário*, *gráf-ico*, etc.

Observe-se que nos exemplos citados os sufixos são comutáveis, ou seja, podem ser substituídos por outros, como em: *marcenaria/-eiro*, *olaria/-eiro*, *malabarista/-ismo*, *docência/-nte*, etc.

A persistência morfológica, ou, em outras palavras, o enrijecimento estrutural, é mais grave quando deparamos com formações em que a base só combina com um sufixo específico, como *rústico*, por exemplo. Nesse caso, o sufixo *-ico* (de *bíblico*, *rítmico*, *simbólico*, etc.) não pode ser substituído por outro, o que torna a base um verdadeiro fóssil da língua. Pelo fato de não ser recorrente, *rust-* não é, por definição uma base, mas uma base falsa ou basóide (ROCHA, 1998, p. 122).

Observem-se, abaixo, os exemplos desse fenômeno, muito comum em português:

meticuloso, jocoso, generoso, escabroso; amistoso;
esporádico, rústico, tétrico;
armário, prunuário, breviário, dicionário, inventário;
protestante, meliante, pedante;
sedentário, mercenário, sectário, perdulário;
preceptor, tenor, orador, doutor, amador;

coragem, vantagem, homenagem, massagem;
estertor, rancor, clangor, fervor, humor, vigor;
banal, letal, cabal, frugal, fatal, geral, rural, venal, boreal,
cardial, cardinal, cordial, moral, principal, trivial;
celeiro, outeiro, mosteiro, pardieiro, picadeiro;
preconizar, galvanizar.

2.2 Radicais e sufixos alomorfêmicos

Um outro fator que contribui para perturbar a realização de uma análise morfológica que seja previsível, lógica e gramatical, reside no fato de que os radicais podem apresentar-se em alomorfia, ou seja, com variação de forma.

Quando a variação é pequena, as relações lexicais não sofrem problemas de interpretação, como, por exemplo, em: *maduro/imaturo, árvore/arbóreo, nariz/narigudo, boca/bucal, estômago/estomacal*, etc.

O que dizer, porém, quando o distanciamento formal é cada vez mais acentuado, como em: *água/aquático, céu/celeste, árvore/arbusto, olho/ocular, orelha/auricular, cabelo/capilar, dedo/digital, chuva/pluvial, cabeça/capital, rio/fluvia*? Onde estaria o limite para se considerar *boca/bucal* como radicais alomorfêmicos, com entrada lexical única, e *chuva/pluvial*, como radicais diferentes, com entradas lexicais distintas?

Além da questão dos radicais alomorfêmicos, é preciso considerar que a língua apresenta também sufixos alomorfêmicos, o que vem dificultar uma análise coerente, sob o ponto de vista sincrônico. Em *corporal*, por exemplo, o sufixo é *-al*, recorrente em *braçal, semanal, universal*, etc., ou é *-oral*, alomorfe de *-al*? A mesma dificuldade aparece em *temporal*. Em *canavial* e *milharal*, como reconhecer o sufixo? O primeiro problema para o estabelecimento de sufixos alomorfêmicos, é portanto, a questão do critério. Mesmo em casos mais simples, surgem problemas. Em *afirmativo, alternativo, avaliativo, cansativo, chamativo, comemorativo, comparativo, comunicativo, concatenativo*, etc. o sufixo é *-ivo* ou *-tivo*?

Mais uma vez, testemunhamos a persistência de estruturas morfológicas arcaicas na língua, o que nos vai conduzir a um tratamento novo do problema, como veremos no item 6 deste trabalho.

2.3 Pseudo-bases livres

Certas identidades provenientes de coincidências fonéticas têm levado a interpretações errôneas no âmbito das relações lexicais. Consideremos os casos de *procurar/procuração*, *protestar/protestante*, *amar/amador*, *orar/orador*, *lanterna / lanternagem*, dentre outros. Em nossas aulas de morfologia gerativa, temos verificado que os alunos, em uma primeira abordagem, estabelecem relações formais e semânticas entre os itens assinalados acima. Numa segunda abordagem, verifica-se, porém, que as relações semânticas são desfeitas. De fato, não há relação de significado entre *procurar/procuração*, *protestar/protestante*, *amar/amador*, etc. Alguns testes poderão dirimir a dúvida e confirmar o caráter apenas homofônico dos radicais:

- Luísa perdeu o brinco durante a minha aula. Vamos todos ajudá-la a procurar. Mas a (?)*procuração* será feita depois da aula.
- Vocês viram como estava cheio de (?)*protestante* na Cinelândia ontem? Eles estavam protestando contra a política econômica do governo.

Observa-se, portanto, que a persistência, no caso, é apenas fonética, não havendo, portanto, persistência morfológica ou semântica. De qualquer forma, tal constatação evidencia, mais uma vez, a presença de relíquias lexicais perturbadoras da análise lingüística.

2.4 Falsos sufixos ou sufixóides

A visão estratificada que se tem das listas de sufixos das gramáticas tradicionais pode levar-nos a uma interpretação errônea da questão morfológica. A par dos elementos lingüísticos que funcionam como verdadeiros sufixos (*-dor*, *-mento*, *-ção*, *-vel*, *-eiro*, *-ista*, *-ice*, *-oso*, etc.), existem os falsos sufixos ou sufixóides (ROCHA, 1998, p. 123). Examinemos, primeiramente, o caso da palavra *casebre*. Aparentemente, *-ebre* seria um sufixo do português, como qualquer outro. Observe-se, porém, que esse elemento não é recorrente, ou seja, não aparece em nenhum outro item lexical da língua. Além disso, a nossa intuição lingüística rejeita possíveis formações como: (?)*apartamentebre*, (?)*ruebre*, (?)*cidadebre*, (?)*quartebre*, etc. Nas gramáticas tradicionais *-ebre* aparece como sufixo (cf. CUNHA & CINTRA, 1985, p. 90).

Sabe-se, por definição, que *-ebre* não pode ser interpretado como sufixo, uma vez que não é um elemento recorrente na língua. Trata-se, na verdade de um sufixóide. Esses elementos apresentam as seguintes características (ROCHA, 1998, p. 123): “são seqüências fônicas não-recorrentes; são anexados a bases ao mesmo tempo livres e puras; apresentam um sentido exclusivo, específico, não previsível”. Por ser imprevisível, a questão dos prefixóides não está relacionada com regras morfológicas; é antes uma questão lexical.

Em *bicho/bichano*, deparamos também com um sufixóide (*-ano*). Observe-se que ele tem um sentido imprevisível. De fato, *bichano* não é um bicho qualquer, mas refere-se especificamente ao *gato*. Evidentemente, o *-ano* de *bichano* não é o mesmo de *machadiano*, *atleticano* ou *tricordiano*. Trata-se de sufixos homofônicos.

Os itens lexicais que se seguem apresentam sufixóides: *urina/urinol*, *pé/pedestre*, *papel/papelote*, *andar/andarilho*, *sertão/sertanejo*, *mar/marujo*, *chorar/choramingar*, *mar/marisco*, *mão/manopla*, *canto/cantilena*, *cantar/cantarolar*, *horta/hortaliça*, *cabeça/cabeçalho*, *mulher/mulherengo*, *pele/pelanca*, *cavalo/*

cavalete, carta/cartilha, carta/cartaz, ferro/ferrolho, longe/longínquo, mama/mamilo, coro/coreto, etc.

Mais uma vez confirmamos a presença de elementos que se configuram como verdadeiros fósseis da língua, caracterizando assim o que vimos chamando de relíquias morfológicas.

2.5 Flexões irregulares

No âmbito das flexões, principalmente nas que se referem ao verbo, a questão da persistência morfológica adquire proporções consideráveis. Examinemos três tipos de problema: o caso dos verbos monossilábicos, o problema do supletivismo e a questão das irregularidades no radical. Estamos deixando de lado, por falta de espaço, questões menores, como o caso dos verbos defectivos, abundantes, etc.

Antes de entrarmos no primeiro caso, o dos verbos monossilábicos, gostaríamos de abordar a questão do verbo *pôr*, um fóssil lingüístico, se o considerarmos sob o ponto de vista da conjugação (o problema da flexão será discutido no item 2.5.1). De fato, em que grupo devemos enquadrá-lo? Evidentemente que não se pode falar em quarta conjugação, pois uma conjugação, como a primeira, por exemplo, pressupõe um grupo de verbos com tais e tais características. Alguns autores, como CEGALLA (1979, p. 125), colocam-no na segunda e insistem na justificativa de que antigamente era *poer*. Trata-se, evidentemente, de uma ingerência indevida de um dado histórico em uma descrição da língua que se usa atualmente. CUNHA & CINTRA (1985, p. 429) misturam argumentos diacrônicos e sincrônicos ao afirmarem: “*Pôr* (antigo *poer*) é um verbo anômalo da segunda conjugação, que perdeu sua vogal *-e* no INFINITIVO IMPESSOAL e em outros tempos. Esta vogal conservou-se, no entanto, em várias formas do verbo: *pus-e-ste, pus-e-mos, pus-e-ra, pus-e-sse, etc.*” Cabe razão a Cunha e Cintra, quando se trata de algumas poucas formas como, *pões, põe, põem e pusemos*, em que a vogal temática ou é átona ou é nasal. Nas outras formas em que aparece, a vogal temática é tônica e aberta, como em *puseste, pusestes*,

puseram (pretérito perfeito) e em todas as formas do pretérito mais-que-perfeito (*pusera, puseras, etc.*), do imperfeito do subjuntivo (*pusesse, pusesseis, etc.*) e do futuro do subjuntivo (*puser, puseres, etc.*). Segundo LEÃO [s.d.], por causa dessa distinção, o verbo *pôr* não pode ser caracterizado como um verbo da segunda conjugação. Se aceitarmos os argumentos de Leão, que nos parecem bastante convincentes, já que /ê/ e /é/ são dois fonemas distintos, permanece a pergunta: a que conjugação pertence o verbo *pôr*? Embora Leão apresente uma solução plausível para o problema, a qual não vale a pena colocar aqui, é bom realçar que se trata de uma anomalia do português, resultado de uma deriva lingüística (*ponere* > *poer* > *pôr*), e não compete a nós, descritivistas da língua, tentar criar artifícios engenhosos para explicar o problema.

2.5.1 Verbos monossilábicos

Todos sabemos como é irregular a estrutura dos verbos monossilábicos em português. É claro que outros verbos também apresentam irregularidades profundas, como *estar* e *haver*, por exemplo. Vamos, porém, concentrar nossa atenção sobre os verbos monossilábicos. Como ilustração, tomemos ao acaso os seguintes exemplos:

ter	ser	ir	vir	dar	pôr	ler
tenho	sou	vou	venho	dou	põe	leio
tem	é	ides	vimos	dão	pomos	lêem
têm	era	fomos	vieram	deu	pus	li
tiveste	seria	fôramos	vinha	dávamos	punham	leu
tinha	seja	irão	virá	deram	porão	leia
tenha	fui	vá	venhamos	dê	ponhamos	lesse
tivessem	fosse	vades	viésseis	désseis	pusesse	lermos
tiveres	forem	for	vindo	derdes	posto	lido

Pode-se verificar, com facilidade, a profunda irregularidade dessas formas verbais. Como explicar anomalias como, *tem, tiveste, sou, é, venho, dê, posto, li, etc.*? Não há regra que sustente

tais idiosincrasias. É uma tarefa inglória a tentativa de descrever verbos desse tipo, embora alguns tratadistas tenham tentado fazê-lo, como CÂMARA JÚNIOR, por exemplo (1970, p. 101-106). A propósito das irregularidades flexionais do inglês, KATAMBA (1983, p. 100) afirma: “Consideraremos primeiramente os exemplos de relíquias históricas congeladas. Veremos que muitas das flexões irregulares são remanescentes de padrões que foram usados (às vezes de maneira bastante regular) em um período histórico bastante antigo”.

2.5.2 Supletivismo

Como se constata pela lista apresentada no item anterior, a irregularidade é às vezes tão profunda, que algumas formas verbais são substituídas por outras, que apresentam radicais diferentes. É o que dá com os verbos *ser* e *ir*.

O verbo *ser*, por exemplo, apresenta três radicais diferentes:

sou, somos, sois, são, serei, serás, seria, serias, seja, sejam,
sê, sede, sendo, sido, etc.

és, é, era, eras, éramos, etc.

fui, foste, fora, foras, fosse, fosses, for, fores, etc.

O verbo *ir* também apresenta três radicais diferentes:

vou, vais, vão, vá, vás, vades, etc.

ides, ia, ias, íeis, irei, irás, iria, irias, indo, ido, etc.

fui, foste, fora, foras, fosse, fosses, for, fores, etc.

Trata-se de uma irregularidade muito profunda, que nos foi legada pelo sistema verbal latino. De fato, é difícil ou mesmo impossível imaginar que um verbo criado hoje no português possa apresentar formas supletivas.

2.5.3 Irregularidades no radical

Em português há um grande número de verbos que podem apresentar irregularidades no radical. Vejamos alguns casos:

caber, cabes, cabia, caberei, caberia, cabendo;
caibo, caiba, caibamos, caibais;
coube, couberam, coubesse, couber;
dizer, diz, dizemos, dizia, dizendo;
digo, diga, digamos, digais;
disse, disséramos, disserdes;
darei, dirás, diria, diríeis;
dito;

medir, medes, mediam, mediram, medirás, medisses,
medindo;
meço, meças, meçais, etc.
poder, podeis, pôde, podias, poderemos, podido;
posso, possas, possamos;
pude, pudemos, puderam, pudesses;

saber, sabes, sabíamos, saberão, saberia, sabendo;
sei
soube, soubera, soubéssemos, souberes;
saiba, saibas, saibais;

trazer, trazemos, trazíeis, trazido, trazendo;
trago, traga, tragamos, tragais;
trouxe, trouxeram, trouxesses, trouxermos;
trarei, traremos, traria, trariam.

Mais uma vez constatamos a existência de irregularidades profundas no sistema morfológico português. Observe-se que tais irregularidades seriam impensáveis na conjugação de novos verbos da língua portuguesa, como, *malufar, brizolar, planilhar, duetar, boiolar, bandeirar, micar, internetar, bipolar, micrar, clientar, canetar*, etc.

3. Lexicalização

Na língua há inúmeras palavras que, caso fossem formadas hoje, apresentariam a mesma estrutura que de fato apresentam, apesar de terem sido criadas há muitos anos. Isso acontece com palavras do tipo: *jogador*, *consagração*, *comparecimento*, *verdureiro*, *cabeludo*, *dentista*, *confiável*, *bananal*, etc.

Por outro lado, observa-se que muitas palavras institucionalizadas da língua, se fossem criadas hoje, ou não seriam produtos reais, ou apresentariam estruturas diferentes, ou ainda teriam significado diferente. Com isso estamos querendo dizer que a língua possui inúmeros itens lexicais que apresentam características estranhas aos processos atuais de formação de palavras do português. Alguns autores adotam o termo *lexicalização* para caracterizar este processo (BAUER, 1983, p. 42-61; ROCHA, 1998, p. 86).

Podemos reconhecer cinco tipos de lexicalização: categorial, prosódica, estrutural, rizomórfica e semântica.

3.1 Lexicalização categorial

Examinemos primeiramente um caso isolado para entendermos melhor a questão. Como sabemos, em português existe a RFP [X] V \Rightarrow [[X] V -dor] N (V = verbo), que explica possíveis formações como: (?)*apelidador*, (?)*injetador*, (?)*conseguidor*, (?)*exumador*, etc. Por sua vez, essa RFP corresponde à RAE que se pode aplicar a *pescador*, *descobridor*, *jogador*, *pesquisador*, *paquerador*, etc. Em ambos os casos o sufixo é acrescentado a verbos. Tal não é o que acontece com a palavra *lenhador*, em que constatamos que a base é um nome. No léxico mental dos membros da comunidade lingüística em que vive o autor deste trabalho, não existe o verbo *lenhar*, não importando, é lógico, que o termo esteja registrado em dicionário (como de fato está). Trata-se, portanto, de uma irregularidade, que se verifica também em outras palavras do português, como *aviador*, por exemplo, cuja base é *avião*. Neste caso, pode-se falar,

portanto, em lexicalização categorial, uma vez que se verifica irregularidade na categoria da base.

3.2 Lexicalização prosódica

Embora não seja uma questão morfológica, convém fazer referência aos casos de lexicalização prosódica.

Como o nome indica, trata-se de uma irregularidade na prosódia, ou seja, na pronúncia do produto, no que se refere à sua tonicidade (cf. BAUER, 1983, p. 50). Observe-se a formação dos seguintes nomes deverbais:

estimular	estímulo	em vez de (?)estimulo
retificar	retífica	em vez de (?)retifica
criticar	crítica	em vez de (?)critica
duvidar	dúvida	em vez de (?)duvida
incomodar	incômodo	em vez de (?)incomodo
analisar	análise	em vez de (?)analise
depositar	depósito	em vez de (?)deposito

Nesses casos, o acento tônico recua duas sílabas em vez de uma, como seria de se esperar nas chamadas derivações regressivas deverbais (*abandono, contorno, conversa, controle, etc.*).

3.3 Lexicalização estrutural

É preciso considerar também os casos de lexicalização estrutural, em que se observa alguma anomalia na estrutura do vocábulo, com relação à sua respectiva RAE. São exemplos de lexicalização estrutural:

afligir	aflição	em vez de (?)afligção
adotar	adoção	em vez de (?)adotação
corromper	corrupção	em vez de (?)corrompeção
imprimir	impressor	em vez de (?)imprimidor
ler	leitor	em vez de (?)ledor

escrever	escritor	em vez de (?)escrevedor
milho	milharal	em vez de (?)milhal
cana	canavial	em vez de (?)canal
guloso	gulodice	em vez de (?)gulosice
medo	medroso	em vez de (?)medoso

Em casos como *aflição*, *adoção* e *agressão*, por exemplo, observa-se que sílabas inteiras são suprimidas. Esse fenômeno, considerado por alguns estudiosos como regra de truncamento (ARONOFF, 1976, p. 88), não pode, na verdade, ser considerado como regra, dado o seu caráter idiossincrático. De fato, porque o nominal correspondente a *adotar* é *adoção* e o correspondente a *anotar* é *anotação*?

3.4 Lexicalização rizomórfica

No item 2.2 deste trabalho, tecemos algumas considerações a respeito da alomorfia. A lexicalização rizomórfica, intimamente ligada à questão da alomorfia, se dá quando, ao aplicar uma RAE a uma forma cristalizada da língua, observa-se uma irregularidade com relação à raiz. Assim, ao se aplicar à palavra *capilar* a respectiva RAE, constata-se que o sufixo está anexado à forma *capil-* e não a *cabelo*. Trata-se de uma variante de *cabelo* - ou seja - um alomorfe - ou de uma outra raiz? Não há razões muito evidentes que nos levem a optar por uma ou outra solução. De qualquer forma, o que estamos querendo ressaltar neste trabalho é a solução idiossincrática que permeia quase toda a questão morfológica, quando se trata de formações cristalizadas da língua. De fato, por que os adjetivos relativos a *cabelo*, *lua* e *estrela* são irregulares (*capilar*, *lunar* e *estelar*), ao passo que os adjetivos relativos a *escola*, *círculo*, *espetáculo*, *sol*, *exemplo*, *alvéolo* e *pólo* são regulares (*escolar*, *circular*, *espetacular*, *solar*, *exemplar*, *alveolar* e *polar*)?. Evidentemente que não estamos preocupados com a questão histórica. A nossa preocupação se limita em constatar que as relações lexicais apresentam elementos

idiossincráticos no português atual, dificultando, desse modo, a aceitação da afirmativa de que o subsistema morfológico é sistemático, organizado, previsível, etc.

3.5 Lexicalização semântica

A língua apresenta também inúmeros casos de lexicalização semântica. Tomemos como exemplo, *acabamento*. Sob o ponto de vista estrutural, a RAE é transparente: *acabar* ⇒ *acabamento*

O produto não quer dizer, porém, ‘ato, resultado ou processo de acabar’, como, via de regra, significam as nominalizações deverbais (e.g. *consagração, julgamento, etc*). *Acabamento* é o ‘retoque ou toque final que se dá a uma obra ou trabalho’. Observe-se a não-aceitabilidade da palavra no contexto:

Vocês precisam acabar esta prova no horário. O (?)*acabamento* está previsto para as nove horas.

A lexicalização semântica é, portanto, uma extensão de sentido, ou uma idiossincrasia relacionada com o significado, que se observa ao aplicarmos a uma palavra já existente na língua a RAE correspondente.

Observe-se também o caso de *tratante*, que existe na língua apenas com o sentido de ‘indivíduo que não cumpre os seus compromissos’, não apresentando o sentido neutro de ‘pessoa que faz um trato’. Comparem-se os itens *participante* e *tratante*, que apresentam a mesma RAE:

Luísa vai participar de uma corrida rústica. Aliás, todos os *participantes* receberão uma camisa como incentivo...

(?)Luísa tratou com os colegas de se encontrarem na Savassi. Aliás, todos os *tratantes* deverão levar...

4. Fossilização de formações compostas

Já fizemos referência, no item 2.1 deste trabalho, às basóides, que consideramos como relíquias morfológicas, pelo fato de aparecerem em contextos específicos, ou seja, ligadas a sufixos específicos. Demos vários exemplos, como: *meticul-oso*, *joc-oso*, *esporád-ico*, *melia-nte*, *mercen-ário*, *precep-tor*, *estert-or*, etc.

É preciso considerar também os casos em que a basóide é um elemento da composição, caracterizando assim a fossilização semântica. Esses elementos também são chamados de morfes vazios: *guardanapo*, *guardavala*, *manipular*, *menopausa*, *satisfazer*, *manivela*, *carapuça*, etc. Nos exemplos arrolados, as basóides aparecem sublinhadas.

5. Causas da persistência morfológica

À primeira vista, parece que a causa principal da persistência morfológica estaria relacionada com a confusão entre os planos sincrônico e diacrônico no estudo da morfologia. Poder-se-ia dizer que as raízes históricas estendem os seus tendões sobre o estudo descritivo da língua, não permitindo que se faça uma avaliação independente, estrutural e descompromissada do idioma. Sob o ponto de vista da Gramática Gerativa, essa ingerência se torna mais grave ainda, pois o que se pretende fazer, de acordo com um dos cânones essenciais da doutrina chomskyana, é a explicitação da gramática subjacente. Em outras palavras, a doutrina gramatical deve dar conta da capacidade que o falante tem de usar a sua própria língua.

No campo da morfologia, a ingerência histórica é mais forte do que no campo da sintaxe e da fonologia, por exemplo. Pode-se mesmo dizer que os estudos sintáticos e fonológicos, via de regra, não fazem referências a estágios anteriores da língua. Tal não se dá com a morfologia, que tem sido uma vítima constante da ingerência diacrônica, principalmente nas gramáticas tradicionais. Para se comprovar o que estamos dizendo, basta consultar

os capítulos da *Nova gramática do Português contemporâneo* (frise-se *Português contemporâneo*), de CUNHA & CINTRA (1985), que tratam da sintaxe e da morfologia. Em 54 páginas do capítulo sobre sintaxe não há uma referência sequer a estágios anteriores da língua, ao passo que nas 32 páginas sobre morfologia há 31 referências a aspectos históricos da língua. São referências do tipo:

A forma primitiva deste sufixo latino [-culo], derivado do indo-europeu -lo -olo, era -ulo, que encontramos empregado com substantivos (ancillula) e adjetivos (acutulus). O acréscimo do -c ao sufixo. (p. 93).-ela. Continua o latim -ella, que tinha força diminutiva e largo emprego na língua vulgar (assim: dominicella “senhorita” > port. donzela). (p. 92). O sufixo -ície só aparece em palavras modeladas sobre o latim calvície (latim calvities), planície (latim planities), etc. Também justiça não apresenta propriamente o sufixo -iça, porque a palavra é continuação do latim justitia. Da mesma forma cobiça (do baixo-latim cupiditia), preguiça (do latim pigritia), etc. (p. 95.).

Além do conhecido caso do verbo *comer*, bastante comentado na literatura morfológica (CÂMARA JR, 1964: 41), consideremos apenas os três exemplos abaixo. Observem-se os significados esdrúxulos que adquirem essas palavras, quando lhes são atribuídas, no português atual, interpretações semânticas diacrônicas:

Mulata - mula pequena, ou semelhante a mula, cor do burro” (OITICICA, 1950, p. 150); O mesmo que mulo ou mu.” - Mu - o quadrúpede filho de um burro (jumento) e de uma égua ou de um cavalo e de uma burra; mulo” (AULETE, 1985, p. 2431 e 2438).

Biscoito - de biscoctu, ‘cozido duas vezes. Cozia-se duas vezes a bolacha para perder bem a água e poder durar

muito tempo” (NASCENTES, 1964, p. 71). Em latim, há o prefixo bis-, mas não faz sentido dizer que esse sufixo permanece em biscoito, pois no português atual não há a idéia de ‘cozer duas vezes’. É claro que o sufixo é encontrado em bisneto, bianual, etc.

Vacina - Do lat. Vaccina, de vaca. Inocula-se matéria virulenta extraída de vacas atingidas da moléstia que os ingleses denominam cow-pox. (NASCENTES, 1964, p. 518).

Pode-se dizer, em resumo, que a morfologia é a parte da gramática que tem recebido influência mais forte da diacronia. Cabe, porém, a pergunta: por que é a morfologia, e não a sintaxe ou a fonologia, que tem recebido maior influência da diacronia? Cremos ser possível apontar uma explicação para isso.

Sabemos que a competência lexical de um falante nativo é formada, por um lado, por uma lista de itens, e por outro, por regras morfológicas (BASÍLIO, 1980, p. 9). Estas, por sua vez, permitem ao falante analisar a estrutura de palavras já existentes na língua (Regras de Análise Estrutural - RAE's) ou permitem a ele formar palavras novas (Regras de Formação de Palavras - RFP's). Vê-se, portanto, que o componente lexical envolve uma lista de itens e regras, dois elementos que, por definição, são diferentes. O primeiro é idiossincrático, aleatório, ao passo que o segundo é organizado, previsível.

Acrescente-se a isso o fato de que um novo item lexical, que tenha sido acionado por uma RFP, pode sair do âmbito da gramática, ou seja, das regras, e passar a fazer parte da lista. Veja-se por exemplo o caso da palavra *imexível*. No momento de sua criação, a RFP correspondente foi acionada: [mexer] V ⇒ [in- [mexer] V -vel] A (sendo V = verbo e A = adjetivo). Pelo fato de ter sido acionada por um ministro de Estado, diante das câmeras de televisão, em um momento político em que todas as atenções estavam voltadas para ele, a nova palavra deixou de ser uma FE (formação esporádica) e passou a ser uma FI (formação institucionalizada) (ROCHA, 1998, p. 81). Isso quer dizer que, ao

ser usada hoje, o falante não mais aciona a RFP a que nos referimos, mas vai buscar no léxico, ou seja, na lista de itens, a palavra pronta, já que ela passou a fazer parte do léxico mental dos falantes de uma comunidade lingüística. Com isso dá-se o que se pode chamar metaforicamente de *congelamento* de um produto, uma vez que ele passa a ser *estocado* em um *depósito* (léxico mental). Essa estocagem do produto vai fazer com que ele permaneça, em princípio, inafectado a modificações, favorecendo a sua permanência na língua como um vocábulo complexo, transparente, tanto sob o ponto de vista formal, quanto semântico. Nada impede porém, que, devido a fatores os mais variados, a palavra, já agora funcionando na língua como uma entidade autônoma, ou seja, um item do léxico, livre, portanto, das amarras gramaticais, sofra uma perturbação qualquer, em sua forma ou em seu sentido. Tomemos como exemplo um caso, de cuja transformação estamos sendo testemunhas vivas: a palavra *camisinha* parece estar tomando um sentido único, imprevisível. Em alguns contextos, só é possível uma interpretação semântica ('preservativo'):

Meu marido foi ao shopping e comprou algumas camisinhas para este fim de semana.

O que estamos querendo demonstrar é que há dois fatores que trabalham em conjunto para que a língua apresente relíquias morfológicas como as que vimos analisando: a questão histórica e a lista de itens. Vejamos mais alguns exemplos que possam ilustrar melhor esta questão. Em *milharal*, *canavial*, *sangrento* e *medroso*, observamos que, se aplicássemos hoje às respectivas bases as RFP's correspondentes, teríamos os seguintes produtos: (?)*milhal*, (?)*canal*, (?)*sanguento* e (?)*medoso*. O que se deu, porém, é que fatores históricos perturbaram a transparência morfológica dos produtos que, mesmo mutilados ou modificados, passaram a fazer parte da lista. Em *milharal* houve, provavelmente no português arcaico, a reduplicação do sufixo *-al*, surgindo daí **milhalal* e, posteriormente, por dissimilação, *milharal*

(CUNHA, 1982, p. 521). Em *canavial*, deu-se a influência de *cânave* ('cânhamo', 'vegetal parecido com a cana'). Em *sangrento* houve a influência do espanhol *sangre* e em *medroso* dá-se a continuação de *medoroso*, forma arcaica calcada em **medor*.

Concluindo este item, podemos dizer que a persistência morfológica, ou, em outras palavras, a existência de relíquias mórficas na língua, é devida à aliança de dois fatores: a questão histórica e a existência da lista de itens lexicais.

6. A Morfologia como um Sistema Organizado

A morfologia só poderá ser entendida como um sistema organizado, previsível, ou, em outras palavras, como um componente da gramática, se os morfólogos deixarem de lado o que já aconteceu na língua e voltarem a sua atenção para o que de fato acontece ou pode acontecer na língua. Essa não é uma idéia nova em Lingüística. CHOMSKY, por exemplo, já afirmava (1972, p. 23): "...a língua humana é livre de controle de estímulos e não serve a uma função meramente comunicativa, mas é antes um instrumento para a livre expressão do pensamento e para a resposta apropriada às novas situações." BASÍLIO (1987, p. 25) também chamou a atenção para o problema:

...como o léxico é um depósito de signos construídos, temos na lista virtualmente tudo o que aconteceu. E, muitas vezes, o que aconteceu não pode mais acontecer. Daí a fundamental importância de se distinguir as formas já feitas dos processos de formação.

E BAUER (1983, p. 292), parece-nos mais incisivo em suas afirmações: "...a única maneira realística de se obter uma compreensão adequada de como funciona a formação de palavras é ignorando-se as formas lexicalizadas e concentrando-se nos processos produtivos."

Vê-se, portanto, que as relíquias morfológicas, ou seja, as formações lexicalizadas que constituem estruturas enrijecidas do

léxico, não exercem influência sobre a criação de novas palavras. Daí a necessidade de se separar a lista de itens das regras morfológicas. De fato, a lista de itens interessa mais ao lexicólogo, ao passo que as regras morfológicas interessam ao morfólogo, embora, na prática, os interesses se sobreponham.

Parodiando Rui Barbosa (“O Brasil não é isso, é isto”) - citado por CÂMARA JÚNIOR (1966, p. 149), ao explicar a diferença de emprego dos demonstrativos *isto* e *isso* - diríamos que morfologia não é *isso* - o aspecto histórico, a formação passiva, a fossilização das estruturas - , mas *isto*: a formação ativa, a possibilidade de criação de novas palavras, enfim, os processos produtivos. Se os estudiosos concentrarem sua atenção sobre o aspecto criativo do léxico, veremos que a morfologia pode ser interpretada como um subsistema organizado, previsível e produtivo. É o que pretendemos desenvolver no item que se segue.

7. A Produtividade Lexical

Um exame atento de novas formações vocabulares da língua portuguesa nos leva a duas conclusões importantes:

- Palavras novas que surgem no léxico português são regulares, ou seja, são transparentes sob o ponto de vista formal e semântico;
- Palavras que deixam de ser formadas em português, ou seja, palavras possíveis, mas não-reais, podem ser explicadas com argumentos lógicos, racionais e convincentes, como veremos a seguir.

7.1 A transparência dos novos itens lexicais

Considerem-se, primeiramente, os seguintes “lotes” de palavras novas, colhidas a esmo na mídia e em conversas informais:

Com a RFP, $[X]N \Rightarrow [[X]N -ista]N$:

Capista (de capa), taxista (de táxi), jinglista (de *jingle*),

palestrista (de palestra), new-ionista (de *new-union*), brizolista (de Brizola), Oviedista (de Oviedo), zapatista (de Zapata), cartazista (de cartaz), ilustracionista (de ilustração), faxista (de fax), crioulista (de crioulo), etc.

Com a RFP, [X] N \Rightarrow [[X] N -al] N:

Vacinal (de vacina), camal (de cama), congressual (de congresso), condominial (de condomínio), presencial (de presença), admissional (de admissão), negocial (de negócio), demissional (de demissão), troncal (de tronco), concorrencial (de concorrência), etc.

Poderíamos citar um grande número de “lotes lexicais”, mas cremos que os exemplos são suficientes para comprovar o fato de que novas palavras criadas na língua são, em sua grande maioria, regulares. De fato, nos exemplos citados, observa-se, de maneira inequívoca, a transparência formal e semântica, mesmo que se constatem algumas acomodações fonomorfológicas, como no caso de *demissional*, por exemplo. É claro que há uma explicação para a regularidade: o falante, ao criar uma nova palavra, quer ser entendido, pois, afinal, trata-se de uma ato de interação verbal. Seria inconveniente para o entendimento, se aparecesse algum fonema ou grupo de fonemas estranhos à comunicação. Diante de uma plantação de *tomate*, a formação de um novo item como *tomatavial* ou *tomataral* (cf. *canavial* e *milharal*) pode parecer ao interlocutor algo estranho ou gratuito. Tal não se dá porém com *canavial* e *milharal*, pois já são itens cristalizados, definitivamente incorporados ao léxico. Na verdade, trata-se de dois estratégias diferentes de que lança mão o falante: no primeiro, é acionada uma RFP para produzir *tomatal* - um procedimento regular e transparente sob o ponto de vista do mecanismo lingüístico - ; no segundo, o falante faz uso de um item lexical que já está à disposição do falante. Esse item lexical pode, como no caso de *milharal* e *canavial* por exemplo, ser uma relíquia morfológica.

7.2 Restrições à produtividade lexical

Sabemos que o arcabouço teórico da morfologia gerativa se constrói em cima de regras. Neste trabalho, já ressaltamos por diversas vezes a importância da fixação das RFP's. A rigor, a tarefa da morfologia gerativa deveria consistir, primordialmente, na fixação dessas regras, como afirma SCALISE (1984, p. 41): "...o objetivo de uma teoria morfológica é o de definir as 'novas' palavras que os falantes podem formar, ou mais especificamente, as regras através das quais as palavras são formadas".

Caracterizada uma regra, o que se verifica, porém, é que ela apresenta uma série de restrições quanto à sua aplicação. Em decorrência disso, há autores que preferem falar em semi-produtividade e na existência de um léxico semi-organizado. É o que afirma MATTHEWS (1980, p. 63): "A *produtividade* automática é uma característica de toda derivação flexiva (qualquer forma X dá, salvo razões contrárias, plural X [e]s). Sem dúvida o que se disse não é aplicável às formações lexicais - na sua maioria semi-produtivas - , que admitem novas bases por meio de processos produtivos, mas de maneira esporádica".

De fato, constantemente deparamos com RFP's que, apesar de produtivas (por definição), deixam de apresentar formações inteiramente previsíveis. Por que *taxista*, *florista*, *frentista* e *parecerista* são itens lexicais institucionalizados, ao passo que (?)*escadista*, (?)*apartamentista*, (?)*arvorista* e (?)*paredista* não o são? Por que consagramos *teatral*, *braçal*, *carnal*, *semanal*, *universal*, e não, (?)*camal*, (?)*pernal*, (?)*muscular*, (?)*planetar* e tantas outras formações possíveis?

Para entender a questão, faz-se necessário estabelecer a distinção entre *condições de produtividade* e *condições de produção* de uma RFP. BASÍLIO (1990, p. 3) estabelece assim essa distinção:

...uma vez estabelecida a esfera da competência lexical no conceito de produtividade, este conceito deve ser entendido tão somente como medida do potencial que uma regra

tem de operar sobre bases especificadas para produzir construções morfológicamente possíveis... As condições de produtividade de uma regra devem ser distintas das condições de produção, que dependem de fatores de ordem pragmática, discursiva e paradigmática.

Uma regra deve ser especificada em todas as suas características, quer quanto à base (categorização, sub-categorização, constituição morfológica, traços semânticos, etc.), quer quanto ao produto (idem). É isso o que se entende por condição de produtividade. A base *dólar*, por exemplo, reúne as condições ideais de produtividade da RFP $[X] N \Rightarrow [[X] N \text{-eiro}] N$, uma vez que apresenta tais e tais características. Por sua vez, o produto - *doleiro* - é um item concreto, ou seja, uma palavra real da língua, com tais e tais características. O mesmo não acontece com a palavra *franco* (moeda francesa). Como base, ela apresenta as condições ideais de produtividade, com tais e tais características, similares a *dólar*. O que se constata, porém é que (?)*fraqueiro*, embora seja um item lexical possível, não é um produto concreto, ou seja, não é uma palavra real da língua. Em resumo: no caso de *franco*, existem as condições de produtividade com relação à RFP, mas há restrições relacionadas com as condições de produção.

É preciso considerar, portanto, que as restrições *lato sensu* constituem sérios entraves para a existência real de um determinado item léxico. Embora seja um produto possível, muitas vezes uma formação deixa de ser uma palavra real em uma comunidade lingüística. É possível apontar vários tipos de restrição: fonológica, paradigmática, pragmática e discursiva. Também como restrição à formação de novas palavras podem ser apontados alguns tipos de bloqueio, como o paradigmático (que se confunde com a restrição paradigmática), o heterônimo, o homônimo e o parônimo. Pode-se também falar em inércia morfológica, como um tipo de restrição, mas essa é uma questão que escapa aos objetivos deste trabalho (cf. ROCHA, 1998 e ROCHA, 1999).

Creemos portanto que, deixando-se de lado a formação passiva (com a intrincada questão das relíquias morfológicas) e considerando-se a força das restrições como um forte empecilho na produção de itens lexicais, é possível conceber um léxico organizado e bem definido, como propõe BASÍLIO (1980, p. 113): “Abandonamos, assim, a noção de que o léxico consiste meramente de uma lista não ordenada de entradas lexicais. Ao contrário, em nossa proposição o léxico apresenta uma estruturação subjacente definida, sendo organizado de acordo com padrões de diferentes tipos...”

8. Conclusão

Um dos empecilhos para se considerar a morfologia como um dos componentes da lingüística, ao lado da fonologia, da sintaxe e da semântica, por exemplo, tem sido a constatação, por parte de alguns lingüistas, de que as relações lexicais são irregulares, assistemáticas e imprevisíveis. Desse modo, torna-se difícil fixar as bases de um ramo da lingüística que se caracteriza muito mais por apresentar fatos idiossincráticos do que resultados previsíveis.

Neste trabalho procuramos demonstrar primeiramente que essas irregularidades, que chamamos de *reliíquias morfológicas* (atendendo a uma sugestão de Aronoff), existem em grande quantidade na língua. Depois de examinarmos alguns tipos de relíquias morfológicas, colocamos a seguinte questão: por que a persistência de relíquias lingüísticas se dá de maneira tão ostensiva na morfologia e o mesmo não acontece na sintaxe e na fonologia, por exemplo? Chegamos à conclusão de que tal anomalia se dá pelo fato de que o mecanismo morfológico está intimamente ligado à lista de itens, como, aliás, propõe Basílio (a competência lexical é formada por uma lista de itens lexicais e por regras morfológicas). Desse modo, uma nova palavra pode ser estocada em um depósito e congelada. Em conseqüência disso, podem acontecer dois fenômenos, concomitantemente ou não: a estrutura morfológica do vocábulo se fossiliza e/ou o seu

componente semântico se modifica. Determinadas palavras passam a ser repositórios de fases anteriores da língua, tornando-se difícil, ou mesmo impossível, a sua análise com uma instrumentação que seja ao mesmo tempo contemporânea e funcional.

O futuro da morfologia parece residir em uma análise que esteja voltada quase que exclusivamente para os processos produtivos da língua, desprezando-se as relíquias morfológicas e os fósseis lexicais que permanecem no idioma. Repetindo as palavras de BASÍLIO (1987, P. 25), sabemos que “muitas vezes, o que aconteceu não pode mais acontecer. Daí a fundamental importância de se distinguir as formas já feitas dos processos de formação”.

Em nosso trabalho chegamos à conclusão de que a morfologia poderá ser considerada um ramo organizado e sistemático da gramática, se forem levados em consideração dois aspectos:

– o abandono das estruturas estratificadas da morfologia, ou seja, do relicário morfológico, em favor de uma postura voltada para os processos produtivos de formação de palavras;

– o reconhecimento de que as RFP's não são amplas, gerais e irrestritas, como pode parecer a alguns estudiosos, mas de que elas sofrem sérias restrições na produção de novos itens lexicais.

Referências Bibliográficas

ARONOFF, Mark. (1976) *Word formation in generative grammar*. Cambridge: The MIT Press.

AULETE, Caldas. (1985) *Dicionário contemporâneo da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Delta, 5 v.

BASÍLIO, Margarida. (1980) *Estruturas lexicais do Português: uma abordagem gerativa*. Petrópolis: Vozes.

_____. (1987). *Teoria lexical*. Rio de Janeiro: Ática,. (Série Princípios).

_____. (1990). Produtividade e função do processo de formação de palavras no Português falado. In: Congresso Internacional da

- Associação de Lingüística e Filologia da América Latina, 9, Campinas, p. 1-9.
- _____ (1996). O estudo da morfologia no Português falado: condições de produtividade e condições de produção. In: Castilho, Ataliba Teixeira de. (Org.) *Gramática do Português falado. V. III: As abordagens*. 2. ed. Campinas: Ed. da UNICAMP, P. 364-372.
- BAUER, Laurie (1983) *English word-formation*. Cambridge: Cambridge University Press.
- CÂMARA JÚNIOR, Joaquim Mattoso (1964). *Princípios de Lingüística Geral*. 4. ed. Rio de Janeiro: Acadêmica.
- _____ (1966). *Manual de expressão oral e escrita*. 2. ed. Rio de Janeiro: Ozon.
- _____ (1970). *Estrutura da Língua Portuguesa*. Petrópolis: Vozes.
- CEGALLA, Domingos Paschoal (1979). *Novíssima gramática da Língua Portuguesa*. 20. ed. São Paulo: Nacional.
- CHOMSKY, Noam (1972). *Lingüística cartesiana*. Petrópolis: Vozes.
- CUNHA, Antônio Geraldo da (1982). *Dicionário etimológico. Nova Fronteira da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley (1985). *Nova gramática do Português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- KATAMBA, Francis (1993). *Morphology*. Houndmills: The Macmillan Press.
- LEÃO, Ângela Vaz [s.d.]. Classificação dos verbos em conjugações (uma sugestão para a nomenclatura gramatical unificada). Belo Horizonte, Mimeografado.
- MATHEWS, P. H. (1982) *Morphology - an introduction to the theory of word-structure*. Cambridge: Cambridge University Press.
- NASCENTES, Antenor (1955). *Dicionário etimológico da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Acadêmica, 2 v.
- OITICICA, José (1950). *Manual de análise*. 9. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- ROCHA, Luiz Carlos de Assis (1998). *Estruturas morfológicas do Português*. Belo Horizonte: Ed. UFMG.

ROCHA, Vanderlea Martins da (1999). *Condições de produtividade e condições de produção das RFP's formadoras de agentes denominais no Português*. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal de Uberlândia.

SANDMANN, Antônio José (1991). *Competência lexical: produtividade, restrições e bloqueio*. Curitiba, Scientia et Labor.

SCALISE, Sergio (1994). *Generative morphology*. Dordrecht: Foris.

Capítulo 2: FORMAS DE ENTRADA E OTIMIZAÇÃO DO LÉXICO¹

Seung Hwa Lee

0. Introdução

O presente estudo tem como objetivo discutir as formas de entrada (*Input*) e a otimização do léxico, à luz da Teoria da Otimidade (OT) e da Teoria da Correspondência, introduzidas na literatura por PRINCE & SMOLENSKY (1993) e MCCARTHY & PRINCE (1995).

Nas teorias baseadas em regras, a forma de entrada (a representação subjacente) é dada pelo léxico de cada língua particular, que contém propriedades idiossincráticas daquela língua; na OT, as formas de entrada possíveis são universais para todas as línguas devido à Riqueza da Base e a representação subjacente de uma língua particular é determinada pela interação das restrições universais da OT, que se aplicam paralelamente na saída, e pela Otimização do Léxico.

¹ Agradeço a Profa. Leda Bisol, Prof. Leo Wetzels, Prof. Luiz Carlos Cagliari, Prof. Marco Antônio de Oliveira e Gabriel Antunes pela discussão e comentários e à Profa Eunice Nicolau pela leitura e correção do português. Todos os erros que por ventura persistam são da minha inteira responsabilidade.

Este estudo, portanto, argumenta a favor de que não há arquifonema /S/ na representação subjacente do português e a representação subjacente correspondente a esse arquifonema é determinada pela interação de restrições hierarquizadas da OT e pela Otimização do Léxico.

1. Léxico na Teoria Derivacional

No início da Gramática Gerativa-Padrão (CHOMSKY, 1965; CHOMSKY & HALLE, 1968), o léxico é concebido apenas como uma listagem - ou seja, um conjunto idiossincrático, imprevisível e não-organizado dos formativos lexicais - que preenchem as estruturas geradas pelas regras de reescritura; postula-se que, dessa operação, resultam as estruturas profundas (subjacentes), que, através da aplicação de regras derivacionais e transformacionais (que constituem os componentes derivacionais e transformacionais da gramática), são convertidas em estruturas superficiais (ou saídas do componente sintático), que se constituem de morfemas e sobre os quais são aplicadas operações fonológicas para se obterem as formas fonéticas corretas. Nesse modelo, a maior parte da morfologia relacionada às variações dos morfemas é tratada no componente fonológico - as regras fonológicas são usadas para explicar as relações morfológicas, não distinguindo os condicionamentos morfológicos dos condicionamentos fonológicos.

Os fenômenos fonológicos/morfológicos (a gramática), por exemplo, são definidos pelas regras de reescritura que codificam generalizações gramaticais, como mostra (1):

(1) $A \rightarrow B / X _ Y$

Em (1), A descrição estrutural (XAY) e a mudança estrutural (XBY) são ligadas na própria regra e o esforço da gramática está concentrado em determinar classes de entrada e em definir as delimitações de *entrada* para se obter saída (*output*) correta - a regra determina as entradas (*input*) potenciais para

estruturas XAY (descrição estrutural) e faz mudanças nelas (XBY, mudança estrutural): A se torna B no ambiente X__Y. Nessa abordagem, as aplicações da regra de reescritura de cada língua são específicas, no sentido de que as gramáticas de diferentes línguas não compartilham o mesmo conjunto de regras, embora o formato da regra (1) seja universal².

Na abordagem baseada em regras (doravante, Teoria Derivacional), cada língua possui um léxico - que contém todas as propriedades contrastivas dos morfemas (raiz, radical, afixos, etc.), incluindo propriedades fonológicas, morfológicas, sintáticas e semânticas - e oferece especificações de entrada (*input*) que são submetidas à descrição estrutural. Assim, por exemplo: i) /kaza/ faz parte do léxico do português, enquanto a vogal longa faz parte da gramática do inglês, não vice-versa; ii) a seqüência de /skr-/ faz parte do léxico do inglês, de acordo com a condição da estrutura do morfema, ao passo que essa seqüência não acontece no português. Nessa teoria, cada morfema tem exatamente uma forma de entrada na representação subjacente e as variações (alomorfas) na forma superficial (*output*) são atribuídas às aplicações de regras fonológicas. Por exemplo, o sufixo de pluralização do português, [-s, -is, -z, -iz], é derivado da mesma forma subjacente /-S/, como demonstra o exemplo (2):

(2) a. /gato + S/ (<i>Input</i>)	b. /feliS +S/	Formas Subjacentes
_____	[feliSiS]	Epêntese (Regra Fonológica)
:	:	Outras regras Fonológicas
[gatus]	[felizis]	Formas Superficiais (<i>Output</i>)

Na formação do plural do português, o morfema /-S/ é acrescentado (ou concatenado) ao lado direito da palavra. Em (2a), o morfema de plural /-S/ se realiza como [s] na palavra

¹ A regra (1) pode representar permutação (A->B, quando ambos não são nulos), inserção (quando A é nulo) e apagamento (quando B é nulo).

final, enquanto o encontro de /S+S/ justifica uma regra de epêntese, resultando [-zis], em (2b) - as regras fonológicas determinam as diferentes realizações fonéticas do morfema /-S/ no português.

Em resumo, a Teoria Derivacional, assume que: a entrada (UR) é determinada pela gramática de cada língua; as regras se aplicam serialmente nas formas subjacentes; as formas de superfície são derivadas pelos ordenamentos de regras ou pelos princípios de boa-formação; os níveis e ciclos são estipulados; há representações intermediárias entre a representação subjacente (*input*) e a representação de superfície (*output*).

2. Teoria da Otimalidade

De acordo com a gramática gerativa, o objetivo da teoria lingüística é determinar e caracterizar as propriedades universais das línguas (faculdade da linguagem) que são compartilhadas por todas as línguas do mundo e a tipologia das diferentes línguas. A OT propõe que a Gramática Universal é constituída pelo conjunto de restrições (*constraints*) universais, violáveis e hierárquicas (*ranked*) - a gramática de cada língua específica é definida pelas diferentes hierarquias (*ranking*) das restrições violáveis e gerais da OT.

Diferentemente da Teoria Derivacional, a OT concentra seu esforço na saída (*output*) - a forma fonética correta é obtida pelas interações e hierarquia das restrições que se aplicam simultaneamente nas formas de superfície - de modo que dispensa representação intermediária.

De acordo com a OT, a Gramática Universal oferece: Con (conjunto) de restrições universais; Gen (gerador), que gera os candidatos potenciais infinitamente a partir de entrada (*input*); finalmente, H-eval (avaliação de harmonia), que avalia os candidatos potenciais paralelamente e escolhe o candidato ótimo (*output*). A gramática da OT pode ser esquematizada como abaixo:

(3) Estrutura da Gramática no âmbito da OT (cf. PRINCE & SMOLENSKY, 1993, p.4):

- a. Gen (In_k) \rightarrow $\{Out_1, Out_2, \dots\}$
 b. H-eval ($Out_i, 1 \leq i \leq \infty$) \rightarrow Out_{real}

A gramática da OT é o mecanismo de entrada-saída. Encontra-se somente uma saída para cada entrada dada no Gen. O exemplo (4) mostra vários candidatos possíveis de saída que o Gen cria a partir de forma de entrada /XAY/ sob o Princípio da Liberdade de Análise (McCarthy & Prince, 1993: 20):

- (4)/....XAY.../ -> [...XAY....] (Não há mudança)
 [...XBY....] (mudar /A/ para [B])
 [...XCY....] (mudar /A/ para [C])
 [...XY....] (apagar /A/)
 [...AY....] (apagar /X/)
 [...XAB....] (mudar /Y/ para [B])
 [...XABY....] (inserir [B] entre A e Y)
 [...XA....] (apagar /Y/)

:

No entanto, somente um candidato é escolhido como a saída ótima pela H-eval que avalia simultânea e paralelamente todos os candidatos criados pelo Gen com o mecanismo da hierarquia de restrições violáveis da OT. A saída ótima é a estrutura (candidato) que viola minimamente a hierarquia (*ranking*) de restrições de língua particular. O processo da avaliação dos candidatos na OT pode ser demonstrado por *tableau* que lista os candidatos de saída verticalmente em ordem fortuita e as restrições horizontalmente, sendo dominância hierárquica (*ranking*) descendente da esquerda para direita.

(5)

/Entrada/	Restrição 1	Restrição 2
☞ candidato 1		*
candidato 2	*!	

Em (5), há duas restrições em conflito em relação a /Entrada/ e o candidato 1 viola uma vez a Restrição 2 (a violação é marcada pelo asterisco (*) no *tableau*), enquanto o candidato 2 viola uma vez a Restrição 1. O candidato 1 é escolhido como ótimo (marcado por (σ) no *tableau*), porque a Restrição 1 domina a Restrição 2. A exclamação (!) no *tableau* significa uma violação fatal e o sombreamento é usado para demonstrar a irrelevância na escolha do candidato ótimo depois da violação fatal - ou seja, o candidato 1 é ótimo, mesmo que ele viole mais de uma vez a Restrição 2. Em (5), a restrição 1 nunca é afetada pela Restrição 2 na escolha do candidato ótimo. Se a hierarquia de restrições for inversa, o candidato 2 será escolhido como ótimo. Antes de determinar as formas de entrada faz-se necessário explicar as restrições universais da OT que avaliam as saídas. Geralmente as restrições pertencem a uma das duas famílias de restrições: de Fidelidade (*Faithfulness*) e de marcação (*Markedness*). As restrições de Fidelidade exigem que as saídas preservem as propriedades de suas entradas, enquanto as restrições de Marcação exigem que as saídas satisfaçam algum critério de boa-formação de estrutura.

A fim de melhor explicitar as restrições da OT, retomase, a seguir, a regra de reescritura (1), da seção .1. De acordo com KAGER (1999), essa regra pode ter as seguintes interpretações nos termos da OT: a descrição estrutural /XAY/, que é entrada nessa regra, é um gatilho para definir a configuração que deve ser evitada, ou seja, se torna uma restrição de Marcação *XAY na OT; a mudança estrutural A -> B é uma operação de contexto livre, devido ao Gen, e se torna uma restrição de Fidelidade, antimudança *A->B na OT - o que significa que A não deve se realizar como B. Para se realizar a mudança (A->B), a restrição de Marcação (gatilho) deve dominar a restrição de Fidelidade (antimudança): *XAY >> *A->B. Se a relação de dominância é inversa, a mudança (A->B) não ocorre.

Em alguns dialetos do português do Brasil, há processos de palatalização - o segmento oclusivo alveolar se torna africado pós-alveolar diante de vogal alta anterior - como exemplificado em (6):

- (6) /ti/a -> [τʃi] a
 /di/a -> [δʒi] a

Os exemplos de (6) mostram que o segmento oclusivo alveolar assimila os traços de continuidade e altura da vogal seguinte. Em termos da OT, o oclusivo alveolar não deve ocorrer do lado esquerdo da vogal /i/ - *ti/*di (constituindo a restrição de Marcação *ti/*di) e viola a restrição de Fidelidade-IO (*t/d -> τʃ/δʒ) - para se obter a forma fonética correta, a restrição de Marcação domina a restrição de Fidelidade-IO, como mostra o tableau (7):

- (7) *di >> Fidelidade-IO

/dia/	*di	Fidelidade-IO
☞ δʒi a		*
dia	*!	

Como foi observado na seção anterior, a forma de entrada na Teoria Derivacional é dada pelo léxico, que é baseado no sistema de contrastes em cada língua específica. A entrada na OT, no entanto, diferentemente do previsto pela Teoria Derivacional, é universal para todas as línguas, segundo o Princípio de Riqueza da Base (*Richness of the base*), transcrito em (8), a seguir:

- (8) *Richness of the base* (Smolensky 1996:3)
The source of all systematic cross-linguistic variation is constraint reranking. In particular, the set of inputs to the grammars of all languages is the same. The grammatical inventories of a language are the outputs which emerge from the grammar when it is fed by the universal set of all possible inputs.

Esse princípio prediz que as línguas (os inventários do léxico) se diferenciam somente pela hierarquia de restrições

universais; não há restrições de línguas particulares no léxico (representação subjacente) e as restrições universais somente se aplicam na saída. Em outras palavras, as possíveis entradas são universalmente não-restringidas e ricas. Os contrastes são derivados pelas interações de restrições nas formas de saída. Por exemplo, o falante nativo do português pode deduzir que as consoantes fricativas coronais são contrastivas em relação ao traço vozeamento e ao ponto de articulação, como mostram os exemplos de (9):

(9) a[s]a vs. a[z]a vs. a[ʃ]a vs. a[ʒ]a

Esses contrastes superficiais devem ser especificados na representação subjacente dos morfemas do português. No entanto, o falante nativo deduz que esse contraste de fricativas desaparece na posição final da sílaba, como em (10-11):

(10) a. me[s], me[ʃ]
b. de[z]de, pa[s]ta vs. de[ʒ]de, pa[ʃ]ta
c. casa[s], casa[z]amarela vs. gato[ʒ] lindos, gato[ʃ]

(11) me[z]es, de[z]embarcar

Na Teoria Derivacional, a falta de contrastes no final da sílaba é tratada com o arquifonema na representação subjacente, em que os traços de vozeamento e anterioridade são sub-especificados na representação subjacente e são preenchidos durante a derivação, pelas regras. Dependendo do dialeto, o arquifonema /S/ realiza-se [s] ou [ʃ] na posição de final de palavra, como em (10a) e [s, ʃ] ou [z, ʒ] diante de consoante (devido à assimilação do traço vozeamento), como em (10b e 10c). Os exemplos de (11) mostram que o arquifonema sempre se realiza como [z] na posição inicial da sílaba (resultado de ressilabificação), independentemente do dialeto; nesse caso, sempre há junção morfológica - morfema ou palavra.

Na OT, a representação subjacente (a entrada possível) é derivada de evidências de formas superficiais que examinam contrastes superficiais. As propriedades previsíveis não podem ser codificadas na representação subjacente e podem ser deduzidas pela hierarquia das restrições da OT, de modo que a fonologia previsível diz respeito à marcação (*markedness*). PRINCE & SMOLENSKY propõem que o falante nativo use a gramática para escolher a melhor forma de entrada através do princípio da Otimização do Léxico (*Lexicon Optimization*):

- (12) Lexicon Optimization (PRINCE AND SMOLENSKY: 1993: 192³)

suppose that several different input $I_1, I_2 \dots, I_n$ when parsed by a grammar G lead to corresponding outputs $O_1, O_2 \dots, O_n$, all of which are realized as the same phonetic form Φ - these inputs are phonetically equivalent with respect to G . Now one of these outputs must be the most harmonic by virtue of incurring the least significant violation marks: suppose this optimal one is labeled O_k . Then the learner should choose, as the underlying form for Φ , the input I_k .

De acordo com este princípio⁴, a entrada possível é selecionada entre as mais próximas da saída ótima na ausência das evidências empíricas para uma entrada.

A partir de exemplos de (10-11), pode-se deduzir as seguintes restrições de Marcação e de Fidelidade em relação ao arquifonema /S/:

- (13) Ident-Voi: As consoantes devem ser fieis à especificação de vozeamento da representação subjacente.

³ Ver também ITO, MESTER & PADGETT (1995).

⁴ De acordo com MCCARTHY (2000:109), a otimização do léxico é mais estratégia da aprendizagem do que princípio da gramática – o falante nativo escolhe forma atual como representação subjacente, quando não há evidências nos dados primários.

(14) Obs/Voi: As obstruintes são [-vozeado] na sílaba final.

A restrição de (14) prevê que o arquifonema /S/ realiza-se como [s] na sílaba final. O tableau (15), a seguir, mostra a interação destas restrições no português: Obs/Voi domina Ident-Voi. Essa dominância significa que, independentemente da forma de entrada, a saída ótima é sempre [mes].

15)

a. /mes/	Obs/Voi	Ident-Voi
☞ mes		
mez	*!	*
b. /mez/		
mez	*!	
☞ mes		*
c. /meS/		
mez	*!	*
☞ mes		*
meS	*!	

Os candidatos [mez] e [mes] sempre violam a restrição de Marcação que proíbe obstruinte vozeada na palavra final. Portanto, a otimização do léxico escolhe a forma /mes/ como a entrada na representação subjacente, que é a mais próxima da saída ótima - o arquifonema /S/ da Teoria Derivacional teria o /s/ na representação subjacente na OT.

No entanto, há evidência no português para se evitar o uso de /s/ na representação subjacente. O falante nativo do português percebe/aprende que existe a alternância [s] ~ [z] nas palavras derivadas e flexionadas, tais como **me[z]ada** e **me[z]es**. Portanto, a forma da entrada de (15) deve ser /mez/ e a forma fonética correta é adquirida pelo desvozeamento na sílaba final. Na OT, a forma de entrada é plenamente especificada pelos princípios da Riqueza da base e Otimização do Léxico, o que elimina a possibilidade de o arquifonema /S/ como a forma de entrada na representação subjacente. O tableau (16), abaixo, mostra que o candidato

(16a) é escolhido como a saída ótima, que viola uma vez a restrição Ident-Voi, visto que (16b) viola a mesma restrição duas vezes.

16)

/mez+iz/	Obs/Voi	Ident-Voi
a. me^{z} mezis		*
b. mezis		*!*

O /z/ como a forma de entrada na OT, no lugar do arquifonema /S/ da Teoria Derivacional, satisfaz todas as formas fonéticas corretas, como foi demonstrado nos tableaux (15-6). Isso é válido para o morfema do plural, que motiva ressilabificação entre palavras, como nos exemplos (10c) - a representação subjacente do morfema de plural é /z/, de modo que esse morfema mostra alternância [s] ~ [z] ~ [is] ~ [iz]⁵.

Se a entrada é /mes + is/, o candidato errado é escolhido como ótimo, como mostra o tableau (17). A forma fonética correta [mezis] viola a restrição Ident-Voi, enquanto o suposto candidato ótimo não viola nenhuma restrição.

17)

/mes+is/	Obs/Voi	Ident-Voi
a. me^{z} mezis		
b. mezis		*!

Para explicar os exemplos que assimilam o vozeamento da consoante seguinte (assimilação regressiva), precisam ser introduzidas as restrições Agree e IDOnsLar (cf. LOMBARDI, 1996).

- (18) Agree: A seqüência de obstruintes deve coincidir em traço [vozeamento].
 IdOnsLar: A consoante da posição Onset deve ser fiel à especificação laríngea da representação subjacente.

⁵ O morfema de plural das formas não-verbais pode se realizar foneticamente como [-s, -z, -is, -iz]/[-j, -3, -iʃ, -iZ], dependendo do dialeto e [-is, -iz, -iʃ, -iZ] são resultado de epêntese, quando acrescentados nas palavras que terminam em -R e -S (nos termos da Teoria Derivacional). Ver Lee (1999) sobre a epêntese do português à luz da OT.

Essas restrições são introduzidas na literatura para explicar a assimilação regressiva - a restrição IdOnsLar proíbe a mudança de traço de vozeamento do Onset, enquanto a restrição Agree força a assimilação do traço vozeamento na sequência de obstruinte. O tableau (19) mostra a interação dessas restrições que escolhe a forma fonética correta:

(19)

a. /pasta/	Agree	IdOnsLar	Obs/Voi	Ident-Voi
☞ pasta				
pazda		*!	*	**
pazta	*!		*	*
b. /pazta/				
pazta	*!		*	
☞ pasta				*
c. /paSta/				
pazta			*!	*
☞ pasta				*

Em (19), a forma de entrada /pasta/ é escolhida pela otimização do léxico, de modo que o candidato [pasta] é a saída ótima independentemente das formas de entrada e não há alternância [s] ~ [z] neste exemplo. Em outras palavras, quando não há evidências, a forma mais próxima à saída ótima é escolhida como a forma da representação subjacente pela otimização do léxico.

A dominância da restrição Agree em relação à restrição Obs/Voi explica também a assimilação regressiva entre palavras, como mostra o tableau (20):

20)

kazaz bonitaz	Agree	IdOnsLar	Obs/Voi	Ident-Voi
a. ☞ kazaz bonitas			*	*
b. kazaz bonitas	*!			**
c. kazaz bonitaz	*!			*

Os candidatos (20b, c) violam a restrição Agree, que proíbe a seqüência de obstruinte (*sb), enquanto o candidato (20a), que é escolhido como ótimo, não viola a restrição Agree, mas comete violação das restrições Obs/Voi e Ident-Voi que ficam embaixo na hierarquia das restrições.

Em resumo, a forma da entrada é determinada pelos princípios da Riqueza da Base e da Otimização do Léxico na OT. De acordo com estes princípios, /z/ é a representação subjacente no lugar do arquifonema /S/ da Teoria Derivacional, quando há a alternância [s] ~ [z] e, quando não há essa alternância, /z/ ou /s/ é a representação subjacente, dependendo do conteúdo. A realização fonética correta é definida pela interação das seguintes restrições hierárquicas da OT: Agree; IdOnsLar >> Obs/Voi >> Ident-Voi

3. Teoria Derivacional e Arquifonema /S/

Na Teoria Derivacional, o arquifonema /S/ é introduzido na representação subjacente para explicar a falta de contrastes no final da sílaba. Observe-se a seguinte derivação fonológica do arquifonema /S/:

(21)	a. /veSgoS/	b. /feliS +S/	Formas Subjacentes (<i>Input</i>)
	_____	[feliSiS]	Epêntese (Regra Fonológica)
	:	[feliziS]	s-sonorização (<i>feature filling</i>)
	[veSgos]	[felizis]	desvozeamento final (<i>feature filling</i>)
	[vezgos]	:	assimilação (<i>feature filling</i>)
	:	:	
	[vezgus]	[felizis]	Formas Superficiais (<i>Output</i>)

Nos processos lexicais, o arquifonema sub-especificado /S/ realiza-se como [s] ou [z] durante a derivação devido ao preenchimento do traço vozeamento (*Feature Filling*) na saída do léxico pelas seguintes regras:

- (22) a. /S/ -> [+voz] / ____ + V
 b. /S/ -> [-voz] / ____ #
 c. /S/ -> [αvoz] / ____ C[αvoz]

A regra (22a) insere [+voz] diante de uma vogal simultaneamente à junção morfológica; (22b) mostra que o traço [-voz] é inserido no final de palavras e /S/ assimila o traço de vozeamento da consoante seguinte.

Nos processos pós-lexicais, as regras de mudanças de traço (*feature changing*: [s] -> [z]) aplicam-se, de modo que o vozeamento de /S/ já está preenchido pelas regras (22) na saída do léxico, como pode ser verificado em (23):

- (23) a. casa[z/*s] bonitas
 b. gato[z/*s] amarelos

As regras de (24), abaixo, significam que [s] se torna [z] diante de uma consoante vozeada como em (23a) e diante de uma palavra que começa com vogal, como em (23b):

- (24) a. s -> z / __ # C[+voz]
 b. s -> z / __ # V

Os contextos em que ocorrem a assimilação de vozeamento (22c vs. 24a) e a sonorização de [s] (22a vs. 24b) são semelhantes, e as formas fonéticas são idênticas - as seqüências de obstruintes sempre coincidem quanto ao traço vozeamento e [s] -> [z] quando ocupa a posição inicial da sílaba. Na Teoria Derivacional, o uso do arquifonema sub-especificado /S/ não prevê as semelhanças dessas regras, tratando-as como processos distintos - as regras lexicais e as regras pós-lexicais. Este fenômeno é conhecido na literatura como *conspiração* ou *duplicação* (KENSTOWICZ & KISSEBERTH, 1979), ou seja, a mesma restrição pode se aplicar no léxico e persistir durante derivações fonológicas.

Para se obter a forma fonética correta [z] pela rersibilização, o processo lexical é um processo (S -> z) como em (26b), enquanto o processo pós-lexical necessita de três regras (S -> ʃ -> ʒ -> z), como em (26a).

Em resumo, o uso do arquifonema /S/ na representação subjacente implica complexidade de regras para derivar a forma fonética correta e não prevê as semelhanças que existem entre as regras (problemas de conspiração).

4. Conclusão

A representação subjacente da Teoria Derivacional é determinada pela gramática de cada língua, e a alomorfia de um morfema é derivada pelas regras fonológicas, que se aplicam serialmente a partir da única representação subjacente.

Na OT, as formas de entrada possíveis (representações subjacentes) são universais para todas as línguas e são derivadas das evidências de formas superficiais que examinam contrastes superficiais. Nessa perspectiva da OT, as propriedades previsíveis de uma língua particular não podem ser codificadas na representação subjacente e podem ser deduzidas pela hierarquia das restrições devido ao princípio Riqueza da Base, e a representação subjacente de uma língua particular é determinada pela interação das restrições universais da OT, que se aplicam simultânea e paralelamente na saída, e pela Otimização do Léxico.

O arquifonema /S/, que mostra a falta de contraste dos traços vozeamento e anterioridade, é usado na Teoria Derivacional para representar a alomorfia [s, z, ʃ, ʒ] no português. Este artigo mostrou que o uso do arquifonema /S/ na representação subjacente é problemático: implica conspiração e complexidade de regras, além de níveis intermediários e ordenamento das regras.

Este artigo, portanto, argumentou a favor de que não há arquifonema /S/ do português na representação subjacente e a forma da entrada dessa língua é determinada pela Riqueza da Base e pela Otimização do Léxico na OT - /z/ é representação

subjacente no lugar do arquifonema /S/ da Teoria Derivacional, quando há a alternância [s] ~ [z] e, quando não há essa alternância, /z/ ou /s/ é a representação subjacente, dependendo do conteúdo; a realização fonética correta é definida pela interação das seguintes restrições hierárquicas da OT: Agree; IdOnsLar >> Obs/Voi >> Ident-Voi.

Referências Bibliográficas

- CHOMSKY, N. (1965) *Aspects of the Theory of Syntax*. MIT Press, Cambridge, MA.
- CHOMSKY, Noam and Morris HALLE (1968) *The Sound Pattern of English*. New York: Harper and Row.
- ITÔ, Junko, Armin Mester, and Jaye Padgett. (1995) Licensing and Underspecification in Optimality Theory. *Linguistic Inquiry* 26: 571-613.
- KAGER, René (1999). *Optimality Theory*. Cambridge University Press. London,.
- LEE, S. H. (1999). Teoria da Otimalidade e Silabificação do PB. em Ibler, Veronika. B, Eliana A. M. Mendes e Paulo F. M de Oliveira (eds.) *FALE-30 ANOS: Edição Comemorativa dos 30 anos de Existência da Faculdade de Letras da UFMG*. Belo Horizonte.
- LOMBARDI, Linda (1995). *Why place and voice are different: Constraint interactions and featural faithfulness in Optimality Theory*. Ms., University of Maryland, College Park.
- MCCARTHY, John. J. (2000) *A Thematic guide to Optimality Theory*. Draft version. University of Massachusetts, Amherst.
- MCCARTHY, John & Alan PRINCE (1993b) *Prosodic Morphology I: Constraint interaction and satisfaction*. Ms., University of Massachusetts, Amherst, and Rutgers University.
- MCCARTHY, John & Alan PRINCE (1995). Faithfulness and Reduplicative Identity. *University of Massachusetts Occasional Papers in Linguistics 18: Papers in Optimality Theory*. pp 249-384.

- PRINCE, Alan and Paul SMOLENSKY (1993) *Optimality Theory: Constraint Interaction in Generative Grammar*. ms. Rutgers University and University of Colorado, Boulder.
- SMOLENSKY, Paul (1996). *The initial state and 'richness of the base' in Optimality Theory*. Technical Report JHU-CogSci-96-4, Cognitive Science Department, Johns Hopkins University, Baltimore, MD. ROA-154.

Capítulo 3:
SINTAXE FORMAL E GRAMATICALIZAÇÃO:
ROTEIRO DE UMA PESQUISA

Lorenzo Vitral

1. Introdução

A partir do artigo “A Forma *Cê* e a Noção de Gramaticalização” (cf. VITRAL, 1996), dei início, no âmbito da linha de pesquisa “Estrutura Gramatical da Linguagem” do curso de pós-graduação em estudos lingüísticos, com a colaboração de mestrandos do curso e da profa. Jânia Ramos, a uma pesquisa lingüística que tem analisado fenômenos sintáticos do português do Brasil com o objetivo principal de modelar a relação entre duas perspectivas teóricas distintas, a saber, a gramática gerativa, particularmente o Programa Minimalista, modelo que se encontra atualmente em discussão (cf. CHOMSKY, 1995) e a abordagem da Gramaticalização, que pode ser abstraída de diversas análises de processos diacrônicos que se servem da noção de gramaticalização (cf. HEINE, HÜNNEMEYER & CLAUDI, 1991; HOPPER & TRAUGOTT, 1993). O objetivo deste artigo é permitir ao leitor uma visão panorâmica dos trabalhos realizados sob a ótica que acabamos de mencionar, tendo, como guia, as questões por eles levantadas.

2. A Forma *Cê* e a Noção de Gramaticalização

Examinando a distribuição de, de um lado, a forma *cê* e, de outro, as formas *você* e *ocê*, proponho, em VITRAL (1996),

que *cê* é um dos estágios de um processo de gramaticalização cujo estágio inicial é representado pela forma de tratamento *vossa mercê*. De acordo com essa proposta, *cê* é um clítico, o que se deveu à análise dos dados seguintes:

Pré-verbal:

(1) (V)ocê me telefonou ontem.

Cê

Pós-verbal:

(2) Eu amo (v)ocê

* cê

Posposto:

(3) Foi (v)ocê o culpado.

* cê

Preposto:

(4) (V)ocê, ele não viu.

* Cê

Ênfase ou foco:

(5) Só (v)ocê não consegue emprego.

* cê

Resposta :

(6) – Quem ganhou?

– (V)ocê

– * Cê

Complemento de preposição:

(7) Eu trouxe pra você.

pr'ocê

*pra cê

Coordenação:

(8) a. Ele e (v)ocê podem votar contra.

b. *Ele e cê podem votar contra.

Com exceção do contexto pré-verbal, possivelmente a posição do sujeito, em todos os outros ambientes, a presença da forma *cê* causa agramaticalidade. Ora, nesses mesmos ambientes, não encontramos clíticos no português brasileiro falado. Um

clítico não pode aparecer topicalizado como em (4); nem receber foco ou ênfase como em (5); não pode ser, sozinho, resposta a uma pergunta como em (6), isto é, um clítico precisa se escorar em algum outro termo(ou ter um “hospedeiro”); não pode ser complemento de preposição como em (7), ambiente em que só encontramos as formas fortes ou tônicas; e não pode ser coordenado com uma forma tônica, o que nos permite dizer que *cê* é átono, já que só coordenamos constituintes similares. No caso de (2) e (3), consideramos, de acordo com KATO (1994:13), que “todos os casos de ênclise produzidos pelos aprendizes são produtos do contacto com a escrita ou da intervenção da escola” (ver também DUARTE (1986) que constatou que os clíticos acusativos ocorrem em apenas 5% dos seus dados, mesmo assim, restrito a contextos sociais bem específicos). A forma *cê* então se comporta como um clítico. Essa é a hipótese central do artigo. A questão que se colocou foi como interpretar esse fato. Propus assim que *cê* é o penúltimo estágio de um processo de gramaticalização que pode ser descrito por meio das etapas que aparecem em (9)

- (9) a. item lexical > b. item gramatical > c. clítico > d. afixo.
(cf HOPPER & TRAUGOTT, 1993)

Consideramos que *cê* é a terceira etapa desse processo, *você* a segunda e *vossa mercê* a primeira. A origem lexical desta forma de tratamento incluía a idéia de “favor vosso ou pessoa que presta um favor” e foi esse conteúdo que se perdeu nesse processo.

3. Sintaxe Formal e Gramaticalização: Questões e Desenvolvimentos

A análise resumida acima é plena de conseqüências e fez surgirem várias questões de ordem empírica e teórica que tem sido, como já disse, desenvolvidas por mim, com a colaboração

de Jânia Ramos e de mestrandos, em suas dissertações apresentadas ao curso de pós-graduação em estudos lingüísticos (consultem-se, por exemplo, VIANNA (2000), ALVES (1998), REIS (1997), CORRÊA (1998), VITRAL (1999), VITRAL & RAMOS (1999), RAMOS (1997), VITRAL (2000)). Alguns dos principais temas desenvolvidos nesses trabalhos podem ser ordenados através das questões abaixo:

- (10) A. A cliticização de *cê* é um fenômeno isolado no português brasileiro atual ou há fenômenos semelhantes a esse?
- B. Qual é a natureza do processo de gramaticalização, isto é, como descrever explicitamente a perda de substância fônica e de conteúdo de que falam os autores que trabalham com essa noção?
- C. Os fenômenos descritos através da noção de gramaticalização são “visíveis” pelo componente sintático no sentido de CHOMSKY (1995) ou trata-se apenas de processos que afetam o componente lexical?
- D. Como descrever explicitamente o ciclo da gramaticalização de (9)? (Ora, (9) mistura critérios de análise, isto é, as etapas (a) e (b) são determinadas levando-se em conta alteração de natureza semântica dos itens, enquanto que as etapas (c) e (d) se valem de alteração da forma dos itens.)
- E. As características fônicas de *cê* são comparáveis com as das demais formas reconhecidamente clíticas do português?
- F. Considerando que *cê* é um clítico, ocorreria, como (11) o mostra, o fenômeno da *interpolação*, que deixou de ser produtivo em português a partir do século XIX:
- (11) a. Djalma disse que (ontem) *cê* (ontem) tinha saído quando ele chegou.
- b. Por que (**não*) *cê* (*não*) exigiu uma outra lasanha?

Como tratar esse fato já que teríamos *interpolação* em cem por cento dos casos?

A resposta à primeira pergunta de (10) é que há sim casos semelhantes a *cê* no português brasileiro atual. Em VITRAL (1999), foi discutido o caso das formas negativas *não* e *num* cujos exemplos estão em (12):

- (12) a. Não/*num pertinente; não/*num fiável.
– Você comprou o carro?
b. Não/*num.
c. José não/num é inteligente.
d. Não/*num, o Oto não parou de fumar.
e. Eu não vi a Marta não/*num

Como se vê, é muito plausível uma comparação entre *não* e *num* e *você* e *cê*: *num* não pode ser resposta a uma pergunta; não pode ser topicalizado; e não pode aparecer em posição pós-verbal. No caso do exemplo (12 a), precisamos da comparação com o francês, que tem, como sabemos, a forma tônica *non* e a forma átona *ne*, esta última muitas vezes analisada como clítico (cf. MOIGNET, 1965; VITRAL, 1992). Antes de adjetivo, sempre aparece a forma *non* e nunca *ne*. Ora, no português brasileiro, como (12 a) o mostra, o comportamento das formas *não* e *num* é idêntico ao das partículas francesas: temos *não* mas nunca *num* diante de adjetivos. Ainda em relação à pergunta (10 A), podemos também comentar o caso das formas de terceira pessoa *el*, *ez* e *eis*, que apresentam distribuição diferente das formas plenas *ele/eles*. São os dados em (13), extraídos da dissertação de CORRÊA (1998):

- (13)– Quem chegou? (Ex. (3) de Corrêa, 1998:15)
a. *el
b. * Só que batalhou el. (Ex. (5) de Corrêa, 1998:15)
c. El passava debaixo da janela dela. (Ex. (2) de Corrêa, 1998:15)
d. * Eis e meus pais num queriam deixar (Ex. (22) de Corrêa, 1998:19)
e. * Querem eis ver o processo. (Ex. (10) de Corrêa, 1998:16)

- f. Acabaram com a alegria do pessoal, eis num aceitaram.
(Ex. (20) de Corrêa, 1998:19)
- g. As noivas, os noivos, eles já querem. (Ex. (21) de Corrêa,
1998:19)

Também nesse caso, o comportamento de formas de terceira pessoa é comparável com o de *cê* e *num*: aquelas formas também não podem ser resposta a perguntas; não aparecem em posição posposta; e não podem ser coordenadas com sintagmas nominais do tipo de “meus pais”. No caso de (13f/g), Corrêa, que trabalhou com corpus de entrevistas, afirma que a forma *eles* em (g) recebe acento contrastivo mas não a forma *eis* de (f).

Há, por outro lado, certas diferenças de comportamento entre essas formas de terceira pessoa e a partícula *cê*: *el*, por exemplo, pode aparecer como complemento de preposição e também na posição objeto, o que não ocorre com *cê*. Este fato enfraquece a análise de *el* como um clítico, fazendo parte de um processo de gramaticalização. Nessa perspectiva, deve-se levar em conta também o fato de que existia a forma *el* (e similares) no português medieval, podendo, de acordo com Mattos e Silva (1989:220), aparecer em posição acentuada. Esse fato mostra-nos, assim, não se tratar de clítico. Poder-se-ia, portanto, levantar a hipótese de que essas formas reduzidas atuais são resíduos.

Entretanto, a probabilidade de ocorrência dessas formas reduzidas na posição objeto é menor que na posição sujeito. É preciso considerar, igualmente, que, de acordo com Corrêa (op.cit.:55), “nas formas reduzidas dos pronomes de terceira pessoa, a probabilidade de ocorrência de indeterminação do sujeito é bastante alta (.67), comparando-se com os casos de sujeito determinado (.45)”. Essa tendência de o falante usar a forma reduzida quando se trata de indeterminar o sujeito é esperada de acordo com a ótica da gramaticalização e é comparável, como veremos abaixo, com o comportamento da forma *cê*.

É interessante também observar, de acordo com Corrêa, que, analisando-se a faixa etária em três grupos: velho, mediano

e jovem, há maior probabilidade de ocorrência de forma reduzida de terceira pessoa como marca de indeterminação do sujeito no grupo de jovens. Este grupo apresenta (.63) de probabilidade de usar uma forma reduzida dessa maneira enquanto que os velhos apresentam (.42) de probabilidade e os medianos (.39). Esses resultados levam o autor a discutir a possibilidade de estar havendo mudança em progresso no português brasileiro. Também nesse aspecto, como discutiremos abaixo, é válida a comparação com a partícula *cê*.

Continuando com a pergunta (10 A), podemos comentar, enfim, a dissertação de VIANNA (2000) que analisou o comportamento dos verbos modais portugueses. Na literatura sobre esses verbos, discute-se se a junção de um verbo modal - como *querer*, *dever* ou *poder* - com um verbo no infinitivo deve ser analisado como uma única oração, e neste caso, o modal é classificado como um tipo de auxiliar, ou como duas orações, e nesta análise, o modal é um verbo pleno que seleciona, de acordo com a nomenclatura tradicional, uma oração reduzida de infinitivo. A observação atenta aos trabalhos de PONTES (1973), PERINI (1977) e VITRAL (1987) mostrou-nos que há argumentos pertinentes que vão nos dois sentidos, ou seja, ora os modais parecem se comportar como auxiliares ora como verbos lexicais.

A hipótese examinada por Vianna foi que, à semelhança do que ocorreu em inglês (cf. LIGHTFOOT, 1979), há um processo de gramaticalização em curso modificando a natureza dos verbos modais, que passam de lexicais a gramaticais ou auxiliares. A fim de discutir essa hipótese, Vianna procedeu a uma investigação da trajetória desses verbos, comparando o comportamento deles nos períodos arcaico, moderno e contemporâneo da língua portuguesa. Com vistas a examinar se os verbos modais sofreram, ou estão sofrendo, um processo de mudança que os gramaticaliza, o autor valeu-se da observação do comportamento dos modais em relação a 15 (quinze) critérios, divididos em 4 (quatro) grandes áreas: A)critérios de ocorrência; B)critérios sintáticos: estrutura interna de modal + infinitivo (de agora em

diante, M+Inf); C)critérios morfofonéticos; e D)critérios semânticos. Esses critérios estão expostos abaixo (cf. Vianna (op.cit.:113):

A) critérios de ocorrência:

- 1) ocorrência simples (frequência do item em relação ao tamanho do corpus (em número de palavras)).
- 2) ocorrência de M+Inf/nº de palavras (frequência da estrutura M+Inf em relação ao tamanho do corpus (em número de palavras)).
- 3) ocorrência de M+Inf/total do item (frequência da estrutura M+Inf em relação ao total de ocorrências do item).

B) critérios sintáticos: estrutura interna de M+ Inf:

- 4) material interveniente (número de ocorrência de material separando o modal e o infinitivo).
- 5) distribuição (número de possibilidades de distribuição (tipos distribucionais) para um número determinado de ocorrências.
- 6) distribuição (percentual de ocorrências de um tipo distribucional padrão (ou ainda: relação entre o percentual de ocorrências e o número de tipos)).
- 7) cliticização (possibilidade de alçamento do clítico).
- 8) cliticização (padronização distribucional do uso do clítico (como em 6)).
- 9) negação (impossibilidade de se negar separadamente o infinitivo).
- 10) negação (padronização distribucional do uso da negação (como em 6))

C) critérios morfofonéticos:

- 11) número de formas de flexão do verbo para um número determinado de ocorrências.
- 12) percentual de ocorrências de uma forma padrão.
- 13) perda de material fônico.

D) critérios semânticos:

- 14) utilização em maior número de sentidos.
- 15) percentual de ocorrências com sentido mais radical ou mais agentivo e percentual de ocorrências com sentido menos radical ou mais epistêmico.

Os critérios acima evidenciam ou não gramaticalização desses verbos de acordo com o grau de incidência de determinada característica nas estruturas das quais esses verbos participam. Assim, o cotejamento dos dados, extraídos dos corpora, e esses critérios, tomados de forma conjunta, favoreceram, consistentemente, a hipótese da gramaticalização dos verbos modais portugueses na medida em que, comparando-se os três períodos, houve, podem-se destacar, aumento de frequência dos modais e maior simplificação das estruturas envolvendo um modal e um verbo no infinitivo, isto é, menor quantidade de material interveniente entre os dois verbos, menor número de formas ou tipos distribucionais em relação ao número de ocorrências de modal e infinitivo, maior frequência da forma padrão M+Inf, aumento progressivo da estrutura Neg M+Inf (onde Neg = negação), mais alçamento de clítico quando comparamos os períodos arcaico e moderno, menor número de formas de flexão dos modais. Em relação ao significado, encontrou-se, comparados os três períodos, utilização de mais possibilidades de sentidos atribuídos aos modais. Assim, levando-se em conta os 5 (cinco) sentidos básicos desses verbos, dos quais destacaremos dois, isto é, o sentido agentivo e o sentido epistêmico (cf. BYBEE *et al.*, 1994; VIANNA, *op.cit.*:133), observou-se aumento progressivo da utilização de maior número de sentidos e, especialmente, incremento do uso da acepção epistêmica em detrimento da “leitura” agentiva. Esses resultados são compatíveis com a análise da gramaticalização da trajetória desses verbos.

É preciso levar em conta, por outro lado, que o termo mudança empregado no trabalho de Vianna é diferente da noção laboviana. O que ocorre, na verdade, é um acréscimo de acepções associadas à mesma forma ou a outras formas derivadas. Não se

trata, portanto, no caso da trajetória dos modais, de competição entre duas formas com o mesmo valor de verdade.

A eventual redução fônica dos modais, uma das etapas esperadas se se trata de gramaticalização, não foi explorada quantitativamente pelo autor devido, em parte, à sua baixa incidência nos *corpora* analisados. Existem, no entanto, reduções fônicas de verbos modais no português do Brasil que vão na direção que nos interessa. Apresentamos abaixo um exemplo extraído de uma entrevista de um falante de Belo Horizonte:

(14) o táxi é um...**pó** falá que é uma profissão.. (E27)

A redução acima em que o modal dissílabo é realizado como monossílabo é comparável com o que encontramos em relação às formas pronominais e, analisadas a frequência e a distribuição dos itens, pode favorecer a hipótese da gramaticalização dos verbos modais.

O trabalho de Vianna traz-nos ainda uma discussão a respeito da noção tradicional de categorização sintática. Os resultados do autor permite-nos pensar um possível exame da concepção tradicional de categoria sintática em que os itens da língua têm, todos, traços sintáticos pré-determinados. Em lugar disso, adotou-se uma visão dos fatos em que os itens da língua, no caso, os modais, se encontram, nos vários estágios de uma língua, mais ou menos próximos de categorias sintáticas abstratas, as quais fazem parte do componente sintático mas que não estão associadas, a priori ou inerentemente, aos itens. É evidente que essa perspectiva de análise necessita ainda de desenvolvimento que vise a fundamentá-la e reflita sobre suas conseqüências em relação à teoria da gramática.

Podemos agora voltar-nos para a segunda questão de (10).

O desenvolvimento de (10B) é também importante porque, na literatura sobre gramaticalização, a identificação das perdas de substância fônica e de conteúdo é, normalmente, realizada de maneira intuitiva ou pré-teórica. Num artigo, em co-autoria com Jânia Ramos, tratei, ainda que parcialmente, dessa questão (cf.

VITRAL & RAMOS (1999)). Em relação à parte do conteúdo, propusemos que, quando um item que era usado, num determinado estágio da língua, apenas como item lexical e passa, em outro estágio, a ser também empregado como item gramatical ou funcional, não ocorre, simplesmente, uma perda de conteúdo mas sim a natureza do item é que se modifica. A distinção referência real e virtual, proposta por MILNER (1982), pode ajudar, segundo argumentamos, a pensar essa questão.

De acordo com Milner(op.cit.), o segmento de realidade associado a uma forma da língua é sua referência real e o conjunto de condições que caracterizam uma unidade lexical é sua referência virtual. Os nomes e os pronomes ilustram essas duas noções. A todo nome, é possível associar, fora do enunciado, uma extensão, a classe de seres designadas por esse nome. Por outro lado, não se pode associar a um pronome pessoal uma classe bem definida de seres; um pronome não possui uma extensão fora do enunciado. Assim, os nomes são termos dotados de referência virtual e de referência real próprias enquanto que os pronomes são termos desprovidos de referência virtual mas dotados, no enunciado em que aparecem, de referência real. A perda de conteúdo mencionada na literatura sobre gramaticalização foi descrita então como perda de traços semânticos que caracterizam a referência virtual, isto é, traços semânticos que permitem aos itens selecionar, diretamente, um referente no universo do discurso. O tratamento de cada processo de gramaticalização deve, assim, descrever de forma explícita que traços semânticos estão implicados nesse tipo de processo de mudança.

Nesse artigo, discutimos ainda os usos das formas *ocê* e *cê* na função de indeterminação do sujeito e o que parece ser um uso expletivo dessas formas. Observem-se os exemplos de (15)

- (15) a. Na primeira aula [de helicóptero], *cê* fica assim, meio babinha, mas depois é ótimo. (ex. (51) de Alves (1998:68)).
- b. Em Kyoto, *ocê* tem aquela confusão nas ruas. (ex. (6b) de Vitral & Ramos (1999:61)).

Em (15 a), a forma *cê*, sujeito de *fica*, não se refere à segunda pessoa mas sim à terceira pessoa que é interpretada como indeterminada, com valor de *se*. Já em (15b), *você* não pode ser interpretado como possuidor e como a estrutura é de verbo existencial, esta forma parece comportar-se como expletivo. Como expletivo, *você* ocupa a posição sujeito, o que é um tendência do português brasileiro apontada por diversos autores (cf. TARALLO, 1983; DUARTE, 1995).

O uso das formas *você* e *cê* como indeterminadoras do sujeito foi ainda estudado por RAMOS (1997) e ALVES (1998). Numa análise variacionista, Ramos observou, com base no tempo aparente, certa tendência à especialização no emprego dessas formas: os jovens tendem a usar *cê* como indeterminador enquanto que os velhos o usam com referência determinada, respectivamente, 55% e 59%. Alves (op.cit.:81) mostra também que o uso das formas em questão como marcas de indeterminação do sujeito é o recurso preferido dos falantes “pois de um total de 287 ocorrências de construções de indeterminação, 131 envolvem o uso dessas formas”. O emprego dessas formas com valor de indeterminação é esperado de acordo com a nossa hipótese da gramaticalização. Como Alves discute, ainda que especulativamente, um item submetido a um processo desse tipo tende a ser interpretado de maneira mais “abstrata”. Essa idéia está presente nos vários trabalhos que tem a gramaticalização como referência. A dificuldade é, evidentemente, definir explicitamente a noção de abstração (cf. Alves(op.cit.) para um resumo das várias tentativas nesse sentido). Contudo, a interpretação indeterminada parece-nos poder ser descrita como abstrata em oposição à interpretação determinada. A noção de extensão, que, no caso da indeterminação, pode ser vista como inclusão de mais pessoas do discurso em oposição à interpretação determinada que incluiria menos pessoas do discurso, é promissora em futuros desenvolvimentos desses tópicos e, segundo acreditamos, merece ser aprofundada.

Vejamos a seguir a questão (10C).

Essa questão abre a possibilidade de pensar se os fenômenos descritos através da noção de gramaticalização,

identificados, portanto, por meio de perspectiva funcionalista, podem ser analisados também através de um quadro de sintaxe formal. Esse tema foi desenvolvido num artigo em que, a partir da análise da distribuição de itens de valor negativo no português brasileiro e em outras línguas, delineei de que maneira as operações Merge e Move do sistema computacional (cf. CHOMSKY, 1995), ao identificar a natureza lexical ou funcional dos itens, gera “outputs” diferentes (cf. VITRAL, 1999). Este trabalho abre, assim, a possibilidade de refletir acerca da articulação das duas perspectivas teóricas. A fim de detalhar um pouco o que acabo de afirmar, apresento abaixo os principais resultados desse artigo.

Inicialmente, é elaborada uma análise da distribuição de itens negativos como *ninguém, nunca, nada, jamais, nenhuma pessoa, etc.*, aplicando-se a Teoria da Checagem de CHOMSKY (1995), o que vai gerar uma descrição que consiste, grosso modo, no seguinte. Existe um núcleo negativo com um traço negativo a ser checado. Essa categoria se situa entre as categorias T(tempo) e VP(sintagma verbal) e o traço negativo deve ser checado por itens que são, eles também, caracterizados inerentemente por esse traço. A checagem poderá ocorrer nos níveis LF(forma lógica) ou PF(forma fonológica). Quando o traço tem a natureza Forte, a checagem é visível, isto é, em PF; quando é Fraco, não é visível, ou seja, ocorre em LF. Essas proposições, aliadas ao recurso do movimento do verbo (visível ou não) permitiram-me descrever tipos de línguas, estabelecendo a classificação seguinte:

- (16) a. Línguas em que NEG é Forte: português, inglês, italiano.
- b. Línguas em que NEG é Fraco: islandês, sueco, francês falado.

Nas línguas em que NEG é Forte, a negação é pré-verbal e, nas línguas em que NEG é Fraco, a negação pode ocorrer numa posição pós-verbal.

Na segunda parte do artigo, que é bem mais especulativa, pergunta-se, em primeiro lugar, a respeito da razão da variação

entre as línguas no que concerne à natureza da categoria negativa, que determina se os itens negativos se alocam antes ou depois do verbo. Para tratar dessa questão, levo em conta, inicialmente, o célebre ciclo de Jespersen, que aparece abaixo:

(17) Ciclo de Jespersen:

Inglês	Francês
1° Ic ne secge	Jeo ne di
2° I ne seye not	Je ne dis pas
3° I say not	Je dis pas
4° I do not say	
5° I don't say	

Esse ciclo, que compara o desenvolvimento da negação em inglês e francês de acordo com estágios históricos dessas línguas, mostra que há uma relação entre a redução fonética das partículas negativas pré-verbais e o aparecimento de itens de valor negativo em posições pós-verbais. Mais pesquisas são necessárias para se pode falar em causalidade nesse caso, isto é, se houve a redução fonética por causa do aparecimento de negação pós-verbal ou se, inversamente, o aparecimento de negação pós-verbal se deve à redução fonética; mas a relação parece-nos evidente (será necessário acompanhar a implementação das várias construções aprofundando a análise da frequência delas nos períodos pertinentes). De toda maneira, foi proposto que o ciclo de Jespersen captura, na verdade, um processo de gramaticalização e que a teoria da checagem, como mencionei acima, dá conta de prever a alocação dos itens negativos. Assim, à medida em que há redução de partículas pré-verbais, que tendem a ser expletivas e chegarem ao estágio 0 da gramaticalização, outros itens são cooptados, do léxico, para se gramaticalizar e checar o traço negativo. Enfim, como disse acima, são as operações Merge e Move que “enxergam” os traços funcionais negativos dos itens e determinam a posição estrutural deles através do mecanismo da checagem.

A dissertação de REIS (1997), que analisou os sintagmas nominais e adjetivais desempenhando a função de modificador, pode também ser mencionada como um trabalho que discutiu a visibilidade dos processos de gramaticalização pelo componente sintático. Analisando os contrastes abaixo:

- (18) a. Ele chegou esta manhã/ * a manhã/ * uma manhã.
b. O trem chegou atrasado/* aflito.

Reis propõe que, em (18 a), o componente computacional reconhece, devido à sua origem como dêitico, a natureza mais lexical do demonstrativo, ao compara-lo com os artigos definido e indefinido, que são inteiramente funcionais, e explica o contraste acima argumentando que, no caso dos artigos mas não no caso do demonstrativo, há traços-phi para serem checados e, entretanto, não existe categoria funcional disponível para checá-los. Já no caso de (18b), a explicação é que, quando são usados como modificadores, os adjetivos gramaticalizam-se, perdendo a propriedade de serem referenciais, ao passo que os adjetivos que não podem ser “adverbializados”, como *aflito*, conservam a propriedade de serem referenciais ou “mais lexicais”.

A próxima questão a ser comentada é a (10D)

Essa questão foi também desenvolvida, parcialmente, no artigo que analisou a distribuição da negação (cf. VITRAL, 1999). Propus um ciclo da gramaticalização revisto no qual são separadas as duas dimensões, isto é, a formal e a semântica. Esse ciclo está exposto abaixo:

(19) Ciclo da Gramaticalização (VITRAL, 1999):

- A. a. lexical > b. gramatical
B. a1.p.máxima > b1 p.máxima > b2.núcleo > b3.clítico
>b4. Afixo (onde p.= projeção)

Exemplos: b1: pas, ekki(negação em islandês), nunca.

b2: não, non, not.

b3: num, ne, n´t

De acordo com (19), sustentamos que o processo de gramaticalização funciona em paralelo levando em conta os eixos A, que descreve mudanças no nível do conteúdo, e B, que retrata mudanças no nível da forma. Toda a parte sobre mudanças de natureza lexical, como por exemplo, aquelas que se dão através do mecanismo da metáfora, e que são opacas ao sistema computacional, estaria prevista pelos itens a e a1 de (19). Existe ainda um número considerável de pontos a serem desenvolvidos em relação à formulação do ciclo da gramaticalização, como por exemplo, de que maneira as operações do sistema computacional vão distinguir núcleos de clíticos, isto é, através de que traços formais, ou, dito de outra maneira, quais são as contribuições dos componentes fonético e sintático na caracterização da cliticização? Há ainda outros problemas que exigem aprimoramentos, como o caso de, na exemplificação de (19), termos arrolado *pas*, *ekki* e *nunca* como exemplos do estágio b1 do ciclo, embora *pas* e *ekki* sejam apenas marcadores negativos enquanto que *nunca* pode assumir valores semânticos adicionais.

Ocupemo-nos agora da questão (10E)

A hipótese de que *cê* é um clítico não deixa de causar estranheza quando comparamos essa forma com os clíticos pronominais de nossa língua: à primeira vista, *cê* parece ser tônico e não átono como esses últimos. Para discutir esse problema, será preciso levar em conta, em primeiro lugar, que a cliticização, como mostro em relação à discussão da pergunta (10F) seguinte, não é, contrariamente ao que parece, um fenômeno homogêneo, quando comparam-se línguas e estágios diferentes de uma mesma língua. Em segundo lugar, deveremos analisar do ponto de vista fonético, e de maneira comparativa, orações em que aparecem *cê* e clíticos pronominais, como por exemplo, orações como as seguintes:

- (20) a. Quem *cê* disse que saiu?
b. Quem se disse que saiu?

É provavelmente útil então verificar o que nos informa orações como (20), em relação à acentuação, quando retratadas por um analisador de fala. Note-se que, nessas orações, *cê* e *se* estão entre o interrogativo *quem* e a primeira sílaba de *disse* e *dizem* que elementos tônicos. Se considerarmos, como propõem FROTA & VIGÁRIO (1999), que o ritmo do português brasileiro é binário, isto é, há alternância de segmentos tônicos e átonos, *cê* e *se* podem ser comparados em termos de atonicidade. Essa linha de análise, que só agora começa a ser trabalhada por mim, parece-me com boas chances de desenvolver de forma satisfatória o problema levantado por (10E).

Chegamos finalmente à questão (10F), que foi desenvolvida num artigo ainda inédito (cf. VITRAL, 2000). Para tratar dessa questão, realizei um estudo do fenômeno da interpolação no português medieval e no português clássico, focalizando o clítico *se*, com vistas a comparar o comportamento desse clítico, nesses períodos, com o da forma *cê* no português brasileiro de nossos dias. A hipótese examinada foi a seguinte:

- (21) Considerando a cliticização como um processo sujeito a estágios específicos, o surgimento de um novo clítico implica que, num momento inicial, sua distribuição seja compatível com a distribuição prevista no estágio inicial do processo de cliticização.

O que se pretendeu mostrar com a hipótese em (21) é que a caracterização da interpolação nos contextos em que *cê* aparece não invalida atribui-se-lhe o estatuto de clítico. Pelo contrário, esse fenômeno é esperado tendo em vista que *cê* - um novo clítico - deverá trilhar estágios iniciais da cliticização que admitem a ocorrência de interpolação.

Em relação aos corpora, foi utilizado, para o português medieval, séculos XII, XIV e XV, o corpus de documentos notariais editado por MARTINS (1994). Para o período clássico, séculos XVI, XVII e XVIII, valemo-nos de cartas e textos

literários extraídos do Corpus Anotado do Português Histórico Tycho Brahe (cf. GALVES, 1999).

Já que a proposta é comparar o comportamento do clítico *se* com o da forma *cê*, foi necessário ainda lançar mão de um corpus do português brasileiro atual fim de analisar a distribuição de *cê*. Utilizei então um corpus constituído de entrevistas realizadas com 12 (doze) informantes de Belo Horizonte, de três faixas etárias. Esse corpus tem sido utilizado num projeto coordenado por Jânia Ramos e por mim chamado “Estudo da Fala de Minas Gerais: variação e mudança sintática”.

Procedi da seguinte maneira: do corpus de documentos notariais, extrai todas as ocorrências da forma *se*, que totalizaram 191 ocorrências e, em seguida, a fim de compatibilizar os corpora e a quantidade de dados, retirei uma amostra do corpus Tycho Brahe, composta da seguinte maneira: extrai, dos textos de dois autores de cada século considerado, 32 ocorrências da forma *se*, o que totalizou 192 ocorrências. Para os nossos objetivos, como comento em detalhe no artigo, esse procedimento é plenamente justificável.

Nossas escolhas em relação aos corpora colocam-nos algumas questões. A primeira delas diz respeito à validade da comparação de textos de gêneros diferentes. Isso não parece constituir problema em relação aos nossos objetivos porque, observando-se os períodos citados, como mostro abaixo, há um decréscimo progressivo do fenômeno da interpolação independentemente do gênero do texto. O cotejamento adicional de documentos notariais do século XVI com textos literários desse mesmo século mostrou que a tendência ao decréscimo da interpolação independe do tipo de texto.

Outra questão concerne à legitimidade da confrontação entre dados do português europeu e do português brasileiro e à definição da moldura teórica dentro da qual essa comparação pode ocorrer. Como se sabe, essa questão é recorrente em todo trabalho de lingüística histórica que leva em conta o português brasileiro. Há de se supor uma certa continuidade entre o português europeu e brasileiro mas essa continuidade não pode deixar de implicar a

possibilidade de escolhas gramaticais pelo português brasileiro que não foram previstas ou trilhadas pelo português europeu. No nosso caso específico, parece-me que isso não será problema porque a análise da trajetória do *se* comprova que houve prosseguimento no português brasileiro de tendências renovadoras previstas no português europeu.

Por outro lado, a comparação de *cê* com *se* se justifica pelas seguintes razões:

Em primeiro lugar, diferentemente dos demais clíticos, *se* está associado, modernamente, assim como *cê*, à posição do sujeito, estando relacionado com o caso nominativo. É verdade que *se* e *cê* não parecem ocupar a mesma posição estrutural. Isso não é problemático, em princípio, porque inúmeros trabalhos recentes têm mostrado que não é possível falar de homogeneização absoluta em relação aos clíticos. O comportamento dos clíticos nas línguas românicas modernas, como o francês e o espanhol, tem sido visto muito mais como uma exceção do que como definidor de uma eventual categoria universal de clíticos (Consultem-se, por exemplo, KLAVANS, 1982; ZWICKY e PULLUM, 1983; ANDERSON, 1992; FONTANA, 1996; VINCENT, 1997). Mas, de toda maneira, essa diferença entre as duas formas deve ser explicada e se enquadra na nossa hipótese de trabalho.

A segunda razão para comparar as duas formas é que o percurso histórico de *se* também pode ser analisado como um processo de gramaticalização que, em certo número de aspectos, é comparável com o processo de gramaticalização no qual a forma *cê* está envolvida.

Por fim, *se* tem uma particularidade que o difere dos demais clíticos e o aproxima de *cê*: *se* não pode sofrer elisão com outro clítico, o que sugere que ele tem mais autonomia fonética que os outros clíticos, assim como o nosso *cê* clítico, o que mostra também que o fenômeno da cliticização não é homogêneo mesmo dentro do domínio de clíticos pronominais amplamente aceitos como tal.

Nas análises anteriores sobre a interpolação, é normalmente apontado pelos autores que o fenômeno de não adjacência entre clítico e verbo era comum no português medieval e clássico

(cf. OGANDO, 1980; MARTINS (op.cit.); PAGOTTO, 1993). No período medieval, a interpolação ocorria de forma ampla, isto é, vários tipos de constituintes, como sintagmas nominais, pronomes, negação, advérbios e sintagmas preposicionais, podiam se interpôr entre os clíticos e o verbo. Observem-se os exemplos seguintes. Todos eles com a presença do clítico *se*, que se encontra sublinhado:

- (22) a. e que dera daquelha agua a qual herdamento uija da que sse mais podesse ajudar (Corpus N, 1310)
b. sse dona Sancha quitaua desse herdamento e sse delle saya. (Corpus N, 1295)
c. de que sse o dicto Rodrigue anes procurador do dicto Conçelho deu por entregue. (Corpus N,1355)

A questão que se coloca é a da frequência desse fenômeno nesse período: é importante saber se a interpolação foi produtiva ou apenas marginal no português medieval. De acordo com os dados de Martins, o emprego de estruturas interpoladas é mais frequente que o emprego de estruturas não interpoladas mas, a partir do século XVI, a frequência da estrutura sem interpolação começa a aumentar. A interpolação com a partícula *não* apresenta particularidades em relação à interpolação com os outros constituintes: sua frequência é sempre superior à dos demais constituintes que se interpolam, aproximando-se, no século XIII e XIV, a 100%.

No período clássico, de acordo com MARTINS (op. cit.: seção 4.3), o fenômeno da interpolação continua a ocorrer mas de maneira restrita, isto é, somente *não* aparece interposto entre os clíticos e o verbo. Nos dados com *se* que investigamos não se encontrou realmente, nesse período, nenhum caso de interpolação desse clítico com constituintes diferentes de *não*. Alguns exemplos encontram-se abaixo:

- (23) a. em o qual se não destruem soberbos. (Corpus TB, Lôbo, 15, p.16)

- b. Enquanto se não conhecem bem instruídas...(Corpus TB; Melo, 16; p.10)
- c. as que se não vêm. (Corpus TB;Garção,17 ,p.113)

A interpolação não ocorre em qualquer ambiente: é basicamente em orações subordinadas e não-dependentes introduzidas por constituintes que forçam a procliticização no português europeu atual, isto é, sintagmas-QU, quantificadores, complementizadores, advérbios procliticizadores, etc.

Como MARTINS o mostra, no período clássico, há grande variabilidade, considerando os diversos autores, no uso de estruturas com interpolação. Pode-se falar, no entanto, de perda progressiva de interpolação quando confrontamos os períodos medieval e clássico com o contemporâneo. Nesse último, a interpolação deixa de existir como uma opção produtiva da gramática, limitando-se, como CUNHA e CINTRA (1985) afirmam, à prosa de alguns escritores portugueses.

Nossa análise da interpolação do clítico *se* está de acordo com os resultados de MARTINS para os clíticos em geral. Encontramos os seguintes resultados: no período medieval, 18,5% das ocorrências de *se* apresentam interpolação (15,6% de interpolação com outros constituintes e 2,9% com *não*; 71% de estruturas com *não* estão interpoladas e 29% de estruturas com *não* estão sem interpolação). No período clássico, apenas 4,1% das ocorrências de *se* apresentam-se interpoladas, todas elas com *não*. Se considerarmos enfim que no português contemporâneo a interpolação é marginal ou preciosismo de linguagem no português europeu e um recurso inexistente no português brasileiro, conclui-se que esse fenômeno deixou de existir.

Em relação ao uso de documentos notariais, um objeção que expusemos antes, pode observar que, em documentos notariais do séc. XVI, o uso da interpolação é de 13,9%, o que mostra que também nesse tipo de texto, a interpolação diminuiu. Menos, é verdade, que em textos literários do séc. XVI em que encontramos 6,5% de interpolação, o que é, provavelmente, devido ao reconhecido caráter conservador de textos jurídicos,

mas mesmo assim, trata-se de textos, obviamente, sujeitos à história. Outro dado interessante em relação a esses documentos do século XVI é que dos 13,9% de interpolação, 8,5% são de interpolação com negação, muito próximo portanto dos 6,5% dos textos literários do século XVI, que só apresentam interpolação com negação. Esses resultados eliminam a objeção em relação à legitimidade da comparação de gêneros de textos diferentes, pelo menos para o fenômeno que estamos analisando.

Observando agora mais de perto os dados de interpolação com outros constituintes que estão em (22), notamos que o clítico aparece na segunda posição da oração, após um subordinante ou uma conjunção.

O fato de clíticos aparecerem na segunda posição da oração, enclítico, foneticamente, em relação ao primeiro constituinte, tem sido descrito, modernamente, através do rótulo 2P (= second position). Várias línguas apresentam esse fenômeno, dentre elas, o grego homérico, o espanhol arcaico, e línguas modernas como o tcheco, servo-croata, e outras..

Em 100% dos casos de interpolação com outros constituintes que examinei, o clítico *se* aparece como segundo termo da oração logo após um subordinante como *que*, ou após conjunções como *segundo*, *poes* e *e*. Há, porém, exceções em que o clítico está em terceira ou quarta posição. Essas exceções, aliás, existem também nas línguas reconhecidamente 2P, como o grego, analisado por TAYLOR (1990). Na verdade, essa terminologia 2P é um rótulo cômodo que abriga fenômenos para os quais devemos também buscar análises explícitas. Será necessário uma análise mais ampla de dados do português a fim de classificarmos nossa língua de forma mais acurada em relação a esse fenômeno..

Mas, por enquanto, é interessante observar o comportamento do clítico *se* nesses casos: ele se aloca numa posição entre o complementizador e a oração. A comparação do comportamento desse clítico com o da forma *cê* é muito instigante nesse caso: nos dados sobre *cê*, a probabilidade de ocorrência dessa forma em interrogativas com a partícula *que* na posição C é de (.75) (cf. RAMOS, 1997). Nas várias análises que têm sido propostas

para o fenômeno 2P, supõe-se que o clítico se desloca de uma posição argumental e se aloca numa posição entre C e IP (ou TP). Adotei a análise, desenvolvida por Taylor (op.cit.) para o grego homérico e por FONTANA (1993,1997) para o espanhol medieval, que consiste em dizer que o clítico adjuge ao domínio oracional IP ou TP. Será preciso explicar, além disso, porque esse movimento ocorre, o que vai ser difícil para qualquer tipo de análise porque há grande variabilidade nesse deslocamento do clítico.

Essa visão dos fatos interessa-nos porque, de acordo com Taylor (op.cit.) e Fontana (op.cit.), os clíticos 2P não são núcleos mas sim projeções máximas, que é o que os permite estarem adjuntos a uma projeção máxima. De acordo com Fontana, os clíticos, nas línguas românicas, sofrem um processo de mudança que os faz caminharem de projeções máximas para afixos verbais, ou seja, de XP para X°. Para esse autor, os clíticos são, num primeiro momento, elementos associados á categoria C, são clíticos-C, e se tornam clíticos associados a Infl, isto é, clíticos-I. Nessa perspectiva, as características dos clíticos pronominais das línguas românicas modernas são, na verdade, um resultado de um processo de cliticização e não condições universais e ahistóricas de uma eventual categoria clítica. Que as características dos clíticos das línguas românicas modernas não são exclusivas e universais já tinha sido proposto anteriormente por, por exemplo, ZWICKY (1977), e KLAVANS (1982).

Há a possibilidade então de ver a cliticização como um processo, gradual, que admite no seu início a análise do clítico como uma projeção máxima. Esse é o principal resultado desse artigo e é o que precisamos para justificar a distribuição da forma *cê* antes da negação no português brasileiro atual. Assim, *Cê* é um clítico mas não é um núcleo e sim uma projeção máxima. Essa conclusão força-nos também a tenta explicitar o ciclo da gramaticalização proposto em VITRAL (1999), que foi apresentado em (19) acima, e rever a classificação de *cê* nesse ciclo.

Vejam agora, para concluir, alguns aspectos da comparação realizada entre *se* e *cê* no que diz respeito ao conteúdo.

O clítico *se* que no português atual participa de um bom número de construções é originário do pronome reflexivo latino *se*, acusativo (e ablativo), que, por sua vez, vincula-se à raiz indo-européia *se-* que significa “à parte, separado, próprio de” de acordo com ROMANELLI (1975).

A partir da construção reflexiva, *se* expandiu-se, em português, de maneira a trilhar a seguinte trajetória: (1) ele participa da construção passiva-*se*, com concordância; (2) da construção com verbo transitivo mas sem concordância; nesse caso, *se* é chamado de *se*-impessoal ou indeterminador (cf. NARO, 1976 e NUNES, 1990);(3) Esse *se*-indeterminador em seguida *se* expande para construções com verbos intransitivos ou “intransitivizados” e daí passa a ocorrer em vários ambientes: com transitivos preposicionados, verbos de ligação, verbos ergativos, verbos em construções passivas perifrásticas, e com infinitivos. Em relação ao que vamos concluir, pode-se considerar também um fenômeno característico do português brasileiro que é a construção de sujeito indeterminado, sem o *se* e com o verbo na 3ª pessoa do singular, como por exemplo, “Aqui não usa mais saia” (cf. GALVES, 1987).

Esse percurso do *se*, como argumento em detalhe no artigo, pode ser seguramente identificado como um processo de gramaticalização. Temos assim sua origem lexical que remonta ao indo-europeu e sua progressiva ampliação em variadas construções e com funções diferentes; e a ausência de *se* em certas construções de indeterminação pode ser analisada como o estágio 0, também previsto nos processos de gramaticalização.

Nossa conclusão é que, comparadas as trajetórias das formas *cê* e *se*, há evidências para manter o estatuto de clítico da primeira que também reforçam a hipótese de que a cliticização é um processo gradual que está incluído num processo mais amplo de gramaticalização.

4. Conclusões

Como a intenção desse artigo foi dar uma visão global dos trabalhos realizados na área de sintaxe sob a ótica da gramaticalização, vista por meio dos recursos da gramática gerativa, sua leitura não dispensa a consulta aos trabalhos originais que apresentam mais detalhes acerca dos temas discutidos aqui. É preciso ter em mente, contudo, que a perspectiva teórica adotada nesses trabalhos deve ser vista como um *programa de pesquisa*, naturalmente, aberto, que busca sua melhor formulação e desenvolvimento. Assim, parte das propostas mencionadas são, na realidade, especulações que ainda exigem explicitação e desdobramento. Podemos mencionar, a título de ilustração desse último ponto, duas questões teóricas principais sobre as quais devemos continuar a refletir. Uma delas diz respeito à necessidade de precisar o “diagnóstico” dos processos de gramaticalização e, a respeito disso, o trabalho de VIANNA (2000) fez avanços consideráveis, elaborando um esboço de uma metodologia estatística compatível com a identificação dos fenômenos que queremos descrever. A outra questão é acerca da elaboração de um modelo de sintaxe formal que seja conciliável com a descrição dos processos de gramaticalização. Há, evidentemente, muito o que fazer em relação a esse aspecto, destacando-se o tema dos princípios que regem as relações de dependência entre categorias lexicais e gramaticais (ou funcionais) e, do ponto de vista da nossa atuação, a necessidade de fazer triagem das proposições elaboradas no âmbito da gramática gerativa, selecionando aquelas que se mostram efetivas na análise dos processos de gramaticalização. Apesar de tudo, acreditamos, mesmo com os riscos corridos em termos de objetividade, que os resultados já alcançados estão na boa direção e merecem desenvolvimento e aprofundamento.

Referências Bibliográficas

- ALVES, N.(1998), *As Formas Você e Cê e a Indeterminação do Sujeito no Português Brasileiro*, Dissertação (Mestrado), UFMG
- ANDERSON,S.(1992), *A-Morphous Morphology*, Cambridge: Cambridge University Press.
- BYBEE, J., R. Perkins & W. Pagliuca (1994), *Tense, Aspect and Modality in The Languages of the World*, University of Chicago Press, Chicago.
- CHOMSKY, N. (1995) *The Minimalist Program*. The MIT Press, Cambridge.
- CORPUS Anotado de Português Clássico Tycho Brahe, coordenado por Charlotte Galvez, USP e UNICAMP.
- CORRÊA, L.T. (1998), *A Forma Clítica de Pronome Pessoal no Dialeto Mineiro:Uma variante sociolingüística*, Dissertação (Mestrado), UFMG.
- DUARTE, M.E.L. (1997) *A Sociolingüística paramétrica: perspectivas*. Comunicação apresentada no 1º Seminário Nacional de Estudos Lingüísticos, João Pessoa.
- FONTANA, J. (1993) *Phrase Structure and the Syntax of Clitics of Spanish*. Phd Dissertation, University of Pennsylvania.
- GALVES, A., G. Paula & M. Goebrels (1998) *Evolução Temporal da Variação Próclise/ênclise no português Clássico*, relatório técnico, Centro de Estatística Aplicada/USP (ERA-CEA-98P10).
- GALVES, C.(1999) Relatório Nº 1 do Projeto Temático “Padrões Rítmicos, Fixação de Parâmetros e Mudança Lingüística”. Unicamp.
- HOLMBERG, A.& C. PLATZACK (1988) *On the Role of Inflection in Scandinavian Syntax*. Ms., University of Stockholm.
- HOPPER,P.& E. TRAUGOTT (1993) *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press.
- JERPERSEN, O. (1971) *The Philosophie de la Grammaire*. Tradução francesa de The Philosophy of Grammar. Paris: Editions de Minuit.

- _____ (1917) *Negation in English and other languages*.
Kobenhavn: Bianco Lunos Bogtrykkeri.
- KATO, M. (1994) *Português Brasileiro Falado: aquisição em contexto de Mudança lingüística*, ms., Congresso Internacional sobre o Português, Lisboa.
- KLAVANS, J. (1982) *Some problems in a Theory of Clitics*.
Indiana University Linguistics Club. Bloomington.
- LIGHTFOOT, D. (1979), *Principles of Diachronic Syntax*,
Cambridge, MIT Press.
- MARTINS, A.M. (1994) *Clíticos na História do Português*.
Dissertação (Doutoramento), Universidade de Lisboa.
- MATTOS & SILVA, R.V. (1990) *Estruturas Trecentistas: Elementos para uma Gramática do Português Arcaico*. Lisboa:
Imprensa Nacional, Casa Da Moeda.
- MILNER, J-C. (1982) *Ordres et Raisons de Langue*, Paris: Le Seuil.
- MOIGNET, G. (1965) *L'Opposition Non/Ne en Ancien Français*,
Trav.Ling. Litt., Strasbourg, T3, pp.41-65.
- MORITZ, L. & D. Vallois (1994) Pied-Piping and Specifier-Head Agreement. *Linguistic Inquiry*, 25,4. pp.667-707.
- MULLER, C. (1984) L'Association Négative, *Langue Française* 62: 59-94.
- NARO, A. (1976), The Genesis of the Reflexive Impersonal in Portuguese. A Study in Syntactic Change as a Surface Phenomenon, *Language*, v.52. n.4.
- NUNES, J.M. (1990), *O Famigerado SE: uma análise sincrônica e diacrônica das construções com se apassivador e indeterminador*, Dissertação (Mestrado), Unicamp.
- PAGOTTO, E. (1992) *A Posição dos Clíticos em Português: um estudo Diacrônico*. Dissertação (Mestrado), Unicamp.
- PERINI, M. (1977), *Gramática do Infinitivo Português*, Petrópolis, Vozes.
- PONTES, E. (1973), *Verbos Auxiliares em Português*, Petrópolis, Vozes.
- RAMOS, J (1997) O Uso das Formas Você, Ocê e Cê no Dialeto Mineiro, In Da Hora (ed.), *Diversidade Lingüística no Brasil*. pp.43-60.

- REIS, M.C.F. (1997), *Sintagmas Adjetivais e Sintagmas Nominais em Função Adverbial: a questão dos traços de concordância*, Dissertação (Mestrado), UFMG.
- TAYLOR, A. (1990), *Clitics and Configurationality in Ancient Greek*, Doctoral Dissertation, University of Pennsylvania.
- VIANNA, H.L.G. (2000), *A Estrutura Modal+Infinitivo em português: Gramaticalização e Modalização*, Dissertação (Mestrado), UFMG.
- VINCENT, N. (1997), "The Emergence of the D-system in Romance", In: van Kemenade & Vincent (eds.), *Parameters of Morphosyntactic Change*, Cambridge: Cambridge University Press.
- VITRAL, L. (1987), *Sobre a Complementação Infinitiva em Português*, Dissertação (Mestrado), UFMG.
- _____ (1992) *Structure de la Proposition et Syntaxe du Mouvement en Portugais Brésilien*. Thèse de doctorat nouveau régime: Université Paris VIII.
- _____ (1996) A Forma Cê e a Noção de Gramaticalização. *Revista de Estudos da Linguagem* 5, pp.115-124.
- _____ (1999) A Negação: teoria da Checagem e mudança lingüística. *D.E.L.T.A.* 15,1, pp.57-84.
- _____ (2000), Sintaxe Formal e Gramaticalização: roteiro de uma pesquisa, palestra pronunciada no IEL-Unicamp (13-12-2000)
- _____ & J.Ramos (1999) Gramaticalização de "você": um processo de perda de informação semântica?, *Filologia e Lingüística Portuguesa*, v.3, p.55-64, Humanitas Publicações, São Paulo.
- ZWICKY, A. & G. PULLUM (1983) Cliticization vs. Inflection: English n't. *Language* 59, pp.502-510.

Capítulo 4:
A (IM)POSSIBILIDADE DE OCORRÊNCIA
DE DP PÓS-VERBAL EM SENTENÇAS
INACUSATIVAS:
UMA QUESTÃO DE CASO?¹

Eunice Nicolau

0. Considerações Iniciais

A literatura gerativa abriga um grande número de estudos preocupados em explicar o licenciamento do DP (categoria que, em vários dos referidos estudos, corresponde a NP²) pós-verbal encontrado em sentenças com verbos não-marcoadores de Caso acusativo³, de modo geral, analisando esse DP como o sujeito de sentenças que exibem a ordem Verbo-Sujeito.

Esses estudos, por remeterem a diferentes datas, espelham diferentes rumos apontados pela Teoria (principalmente, no

¹ Este trabalho é uma versão revisada de parte da minha Tese de Doutorado (NICOLAU, 1995), elaborada sob a orientação da Profa. Dra. Mary A. Kato.

² Segundo RAPOSO (1992:209-10), a “hipótese DP”, de ABNEY (1987), introduz na literatura a concepção das categorias tratadas como NPs na teoria de Chomsky (1970) ou de Stowell (1987), são projeções de D e, não, de N, de modo que são DPs (do inglês, Determiner Phrase).

³ A palavra Caso, designando uma propriedade abstrata, ou seja, como um termo técnico, será grafada com inicial maiúscula.

âmbito da Teoria da Regência e Ligação - TRL), mas compartilham da opinião de que, diante da ocorrência de DP pós-verbal de uma estrutura inacusativa, o problema a ser resolvido é a marcação, ou não, de Caso no referido DP; em outras palavras, assumem explícita ou implicitamente, que a condição exigida para um DP pós-verbal que não recebe Caso acusativo (doravante, DP[-Acus]) ser licenciado é que o Filtro do Caso não seja violado.

O objetivo principal do presente estudo é argumentar contra essa opinião, que norteia diversas propostas de explicação para o licenciamento do DP[-Acus] pós-verbal - no italiano (BURZIO, 1981, 1986; BELLETTI, 1988), no português europeu (RAPOSO & URIAGEREKA:1990), no português brasileiro (NASCIMENTO, 1984; FIGUEIREDO SILVA, 1994; NASCIMENTO & KATO, 1995) e, inclusive, no inglês⁴. (BRANIGAN, 1992; CHOMSKY, 1992, 1995) - tendo-se em vista o fato de que essas propostas, nas quais se encontram diversas restrições à ocorrência do fenômeno, fornecem evidências de que apenas a solução para questões relativas ao Caso não permite explicar satisfatoriamente a possibilidade, ou não, dessa ocorrência.

1. Sobre o Caso nos moldes da TRL

De acordo com CHOMSKY(1981), a marcação de Caso é um fenômeno essencialmente sintático que se inclui na gramática de qualquer língua - em algumas línguas (como, por exemplo, o Latim, o Finlandês e o Russo), o Caso se manifesta através de marcas morfológicas que servem para codificar as funções gramaticais e semânticas dos NPs, enquanto, em outras línguas (o inglês, o português, etc.), o Caso não se manifesta através de marcas morfológicas, mas está abstratamente presente e é atribuído por um determinado elemento lingüístico, em ambientes sintáticos particulares: apenas as categorias lexicais [-N], ou seja,

⁴ A ocorrência de DP pós-verbal em sentença inacusativa é tratada como "inversão livre do sujeito" por CHOMSKY (1981), que propõe ser essa uma das propriedades das línguas pro-drop (entre as quais, o inglês não se inclui).

as categorias V e P, e a categoria funcional INF(Agr) são elementos aptos a marcar Caso: O autor defende, então, a existência de um princípio que exige a manifestação de um Caso abstrato em todo NP foneticamente realizado, ou seja, postula a existência do Filtro do Caso (FC), como transcrito em (1), a seguir (cf. CHOMSKY:1981, p. 49, (6)):

(1) *NP if NP has phonetic content and has no Case

Para CHOMSKY(1980, 1981, 1986a, 1986b), nas línguas ditas configuracionais, o DP sujeito recebe o Caso nominativo de Infl e o DP objeto recebe o Caso acusativo do verbo, sendo ambos os Casos atribuídos sob regência. O licenciamento de um DP em posição pós-verbal deve, portanto, satisfazer uma das seguintes condições:

1a) O DP é subcategorizado pelo verbo, que lhe atribui o Caso acusativo, conforme ilustram os exemplos de (2):

- (2) a. John bought the book. (inglês)
b. João comprou o livro. (português)

2a) O DP é o sujeito de uma mini-orção-complemento, subcategorizada por um verbo do tipo que, excepcionalmente, atribui o Caso acusativo a esse DP, cujo licenciamento, ilustrado em (3), abaixo, constitui, portanto, uma idiosincrasia:

- (3) a. I consider John to be intelligent. (inglês)
b. Considero o João inteligente. (português)

Assim sendo, nas construções com os verbos de alçamento (do tipo seem, no inglês e parecer, no português) e nas construções passivas, um NP gerado na posição de objeto não é licenciado, de modo que a sua permanência nessa posição deriva sentenças agramaticais; em vista disso, o referido NP deve, necessariamente, ser movido para a posição de sujeito. Esse não-licenciamento é

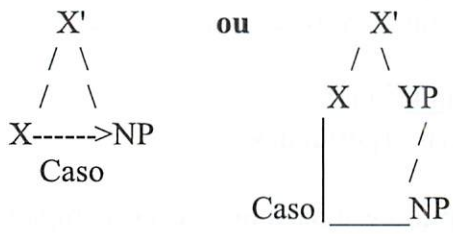
explicado pela ausência de Caso no NP, que, para satisfazer o FC, precisa se mover para a posição de sujeito, onde pode receber o Caso nominativo, o que se verifica em (4a) e (5a), como mostram, respectivamente, as estruturas (4b) e (5b):

- (4) a. John seems sad.
- b. [John [seems [t sad]]]]

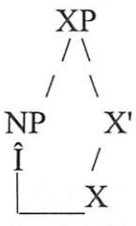
- (5) a. John was killed.
- b. [John [was killed t]]

De acordo com KOOPMAN & SPORTICHE(1988) e KOOPMAN & SPORTICHE(1991), o Caso estrutural pode ser marcado nos tipos de configuração de (6):

- (6) a. marcação de Caso sob regência



- b. marcação de Caso sob concordância



ROBERTS (1990, 1993) examina a marcação do Caso nominativo, preocupado em explicar as várias interações entre inversão sujeito-verbo e a posição da realização do NP sujeito,

que, segundo o autor, são atestadas em várias línguas. Seguindo KOOPMAN & SPORTICHE (1988) e KOOPMAN & SPORTICHE (1991), no que diz respeito à marcação do nominativo, ROBERTS assume que a escolha da configuração para essa marcação é uma escolha paramétrica não-exclusiva e propõe, então, que há estas três possibilidades⁵ de marcação do Caso nominativo (ROBERTS, 1990, p. 26, (37)):

- (7) a. a marcação do nominativo sob regência e sob concordância
- b. a marcação do nominativo apenas sob regência
- c. a marcação do nominativo apenas sob concordância

Assim, nas sentenças sem inversão, a marcação do nominativo ao sujeito se dá na posição de Espec/IP, numa configuração de concordância, ao passo que, nas sentenças com inversão, I sobe para C e o nominativo é marcado ao sujeito no Espec/IP, sob regência. Para ROBERTS, o sujeito é gerado na posição interna ao VP (cf. KOOPMAN & SPORTICHE:1988, entre outros), e o Caso nominativo não pode ser atribuído ao NP sujeito nessa posição numa configuração de regência porque: o elemento que atribui esse Caso é, na verdade, Agr; estando o NP no interior do VP, a relação de regência entre Agr e o NP é impedida pela projeção TP (já que Espec/TP não seria uma posição de Caso mas, uma posição Especificador A-Barra, à semelhança do Espec/CP).

Mas o referido autor considera a possibilidade de o Caso nominativo ser atribuído por T ou por Agr - o que também resultaria de uma escolha paramétrica -, de modo que a marcação do Caso nominativo por T ao NP sujeito na posição de base (isto é, numa posição interna ao VP) é que explicaria:

1º) as sentenças declarativas das línguas célticas VSO (como o galês), que fazem opção pela marcação do nominativo apenas sob regência e apresentam um sistema em que a proprie-

⁵ O autor observa que não vai levar em conta a possibilidade de haver língua sem Caso nominativo, o que, provavelmente, não deve, *a priori*, ser excluído.

dade ter Caso nominativo é dissociada da propriedade exibir traços- Φ de Agr;

2º) a “inversão livre”, exibida pelas línguas românicas de sujeito nulo (ilustrada pela sentença (8), do italiano, a seguir) e presente, de forma mais restrita, no francês (como ilustra (9)) - uma língua românica que não permite o sujeito nulo, na qual a inversão contida em (8) é um subcaso da “inversão estilística” (cf. Kayne & Pollock, 1978, Kayne, 1986; etc):

(8) Ha telefonato Maria. (RO:44)

(9) À quelle heure a téléphoné Marie? (RO:45)

Para ROBERTS, nessas estruturas, o sujeito é gerado à direita do resto do VP e, na medida em que o italiano, assim como o francês moderno, não permite que Agr marque o Caso nominativo sob regência, T é o elemento marcador do nominativo, sob a seguinte configuração (cf. Roberts: 1990, p. 32, (46)):

(10)

$$\begin{array}{c}
 T \\
 / \ \backslash \\
 T \quad VP^* \\
 \quad / \ \backslash \\
 \quad VP \quad \text{sujeito}
 \end{array}$$

2. O licenciamento de DP [-Acus] pós-verbal e a marcação de Caso

No âmbito da TRL, a busca de explicação para o licenciamento de DP pós-verbal em construções inacusativas e passivas, de modo geral, revela a preocupação em responder a seguinte questão:

(11) Qual é (e como é marcado) o Caso ao DP[-Acus] pós-verbal?

BURZIO (1981) propõe que, nas sentenças com verbos ergativos (que não atribuem papel- θ ao sujeito e, sim, ao objeto), a “inversão livre” se explica pelo fato de o sujeito ser gerado na posição de objeto. De acordo com CHOMSKY (1981), essa análise deve ser rejeitada, uma vez que não permite explicar a inserção de PRO, em tais sentenças.

Para BURZIO (1986), o DP[-Acus] caracteriza-se como [+Caso] se funciona como complemento e como [-Caso] se é o sujeito não-alçado de uma mini-orção complemento. No primeiro tipo de construção, o DP-complemento recebe o Caso nominativo, marcado por Inf sob regência; ele é um objeto formal *in situ*, que forma uma CADEIA (CHOMSKY:1986b) com o sujeito [e], ou seja, a marcação de Caso a esse DP se explica pela Hipótese de Transmissão de Caso (HTC), de modo que as construções com DP não-alçado, como as de (12), se assemelham a construções com DP alçado, como as de (13):

- (12) a. [IP [e]_i I [_{VP} [V' arrivare [NP molti studenti]_i]]]]
b. [IP [e]_i furono [_{VP} [V' arrestati [NP molti studenti]_i]]]

- (13) a. [IP [molti studenti]_i I [_{VP} [V' arrivare [NP t_i]]]]
b. [IP [molti studenti]_i furono [_{VP} [V' arrestati [NP t_i]]]]]

Essa opinião, no entanto, não é a de BELLETTI (1988), para quem as sentenças com verbo que subcategoriza apenas um elemento interno - portanto, um verbo que não marca acusativo - podem apresentar um DP licenciado na posição pós-verbal, contanto que esse DP:

(a) permaneça dentro do VP (mais exatamente, numa posição interna a V), podendo ser opcionalmente marcado com o Caso partitivo;

(b) seja movido para a posição de sujeito externo ao VP, onde pode receber o nominativo, sob regência.

O licenciamento expresse em (a), entretanto, só explica as sentenças nas quais o referido DP é indefinido, uma vez que o partitivo - um Caso inerente, marcado junto com o papel- θ (cf. CHOMSKY:1986) - só é compatível com DPs que podem ser interpretados como parte de um conjunto, como atesta o contraste entre as sentenças, do italiano, contidas em (14):

- (14) a. Ieri è entrato un uomo dalla finestra.
b. * Ieri è entrato l'uomo dalla finestra

Conseqüentemente, BELLETTI rejeita a HTC e, também, a marcação direta de Caso nominativo por Inf, alegando que essa marcação, além de ser bloqueada pelo VP (uma barreira inerente), seria afetada pela Condição de Minimalidade, e propõe que: nas construções inacusativas, o DP pode receber o Caso nominativo, marcado por Inf sob regência, se é alçado para a posição de Espec de IP - como se verifica nas sentenças de (15), abaixo - ou se é adjungido a VP (como ocorre em (16), onde se verifica a inversão livre do sujeito), e essa análise pode ser estendida às sentenças como (17), onde o DP, segundo a autora, não é dominado por V, porque está adjungido a VP:

- (15) a. Molti studenti arrivano.
b. Molti studenti furono arrestati.

- (16) a. Arrivano molti studenti.
b. Furono arrestati molti studenti.

- (17) Fu arrestato il professor.

Em síntese, para BELLETTI, o Caso partitivo é marcado opcionalmente (de modo que o DP gerado à direita de DP pode ser licenciado sob a condição (a) e, portanto, não receber esse Caso), mas a sua marcação implica uma restrição - o Efeito de Definitude (ED) - propriedade que caracteriza a posição de objeto dos verbos intransitivos que selecionam apenas argumento interno

(ou seja, não-ergativos) e a posição de sujeito não-alçado de uma mini-orção complemento que tem como predicado um particípio, conforme atesta o contraste encontrado em (18):

- (18) a. Estavam alguns rapazes bêbados.
b. *Estavam os rapazes bêbados.

E as sentenças com DP[-Acus] nas quais esse DP não recebe o nominativo, sob a condição (b), ou o partitivo, sob a condição (a) são agramaticais por violarem o FC.

O FC é também assumido como um pressuposto básico em diversos estudos que tratam da ocorrência de DP pós-verbal em construções inacusativas do português - europeu (PE) e brasileiro (PB).

2.1. Sobre o Caso nas Construções Inacusativas e Passivas do PE

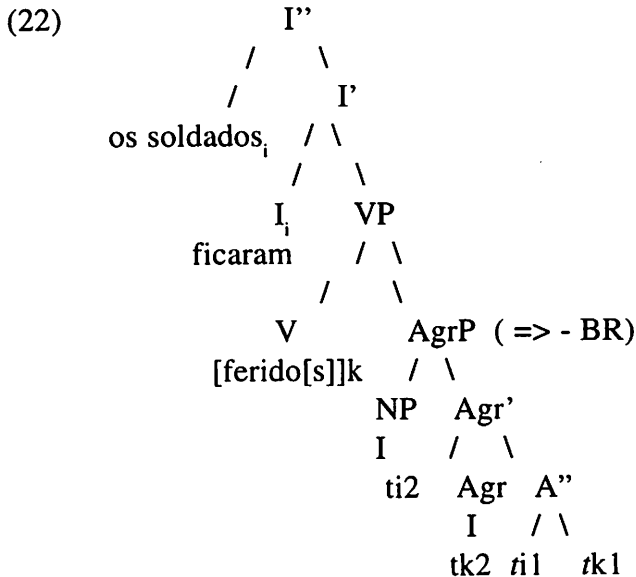
RAPOSO & URIAGEREKA (1990) defendem “a marcação do Caso nominativo à longa distância”, alegando que as construções inacusativas e passivas do português incluem casos em que o DP pós-verbal é licenciado por receber o Caso partitivo, como sugere BELLETTI (1988), mas o DP sujeito não-alçado de uma mini-orção (MO) complemento *may receive nominative or accusative Case from the matrix clause, depending on structural and lexical properties of the syntactic configuration*.

Para RAPOSO & URIAGEREKA (doravante, R&U), ambas as sentenças de (19), abaixo, apresentam uma MO complemento de verbo inacusativo mas se distinguem pelo fato de o DP pós-verbal aparecer seguido de um AP em (19a) e de um PP em (19b), e o contraste entre essas sentenças mostra, de um lado, que a análise de BELLETTI não permite explicar a gramaticalidade de MOs com NP sujeito não-alçado que ocorrem no PE e, de outro lado, que é impossível a marcação de Caso ao NP pós-verbal, em determinadas estruturas sintáticas do português:

B - A gramaticalidade de (21)

(21) Ontem, em Beirute, [os soldados]_i ficaram [_{MO} t_i feridos].

A sentença (21) resulta do seguinte: (i) o primeiro núcleo lexical adjetival sobe para Agr⁰; em seguida, o complexo [Adj [Agr]] sobe para o núcleo do VP matriz; (ii) o NP os soldados - gerado dentro da MO - num primeiro passo, sobe para Espec de AgrP; em seguida, como o complexo [Adj [Agr]] tem o efeito de levar AgrP a perder o estatuto de BR, o NP sobe para Espec de IP matriz, como mostra (22):



C - O contraste encontrado em (23):

- (23) a. Em Beirute, [e] ficaram [alguns soldados feridos]
 b. *? [e] São consideradas [algumas actividades] úteis..]

Após afirmarem que essas sentenças *não podem ser analisadas como MOs, pelo fato de, sob tal análise, terem um NP sujeito não-alçado impedido de receber o nominativo, como*

ocorre em (30a), R&U assumem, então, que as estruturas de predicação podem ser livremente analisadas como MOs (cf. Stowell, 1983), ou como Predicação Secundária (cf. Williams, 1983) – a menos que algum fator semântico ou sintático independente impeça uma dessas análises –, e isso lhes permite formular as seguintes hipóteses:

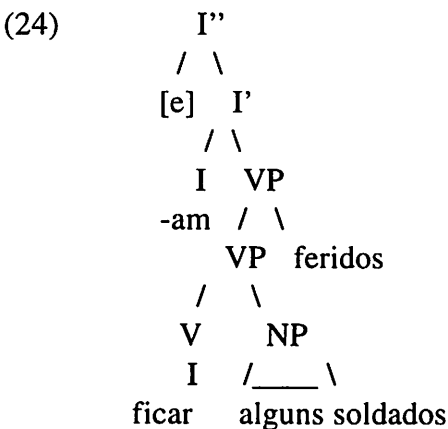
a) a possibilidade de ser analisada como uma Predicação Secundária (daqui para a frente, PS) está semanticamente restrita às estruturas onde o adjetivo é um predicado CÊNICO (“*stage-level*”), ou seja, um adjetivo através do qual se expressa um estado de coisas (*cansado, bêbado, ferido, doente*, etc.); assim, a PS não é possível, quando o adjetivo é um predicado INDIVIDUAL (“*individual-level*”), ou seja, um adjetivo através do qual se refere a um ser individual (*úteis, inteligente*, etc.).

b) se analisadas como PS, tais estruturas estão sujeitas a mais uma restrição: o Efeito de Definitude (doravante, ED).

Seguindo a sugestão de BELLETTI (1988), os referidos autores admitem que o Caso partitivo pode ser marcado no NP pós-verbal, que ocupa sozinho a posição de complemento de verbo inacusativo, ou seja, no NP que constitui o objeto temático *in situ*.

Com base em tais hipóteses, os autores afirmam que:

(i) a sentença (23a), é uma estrutura de predicação na qual o predicado é um *adjetivo stage-level (ferido)*, de modo que pode ser analisada como PS, onde o NP pós-verbal é um objeto temático *in situ* e recebe o Caso partitivo, como mostra (24):



(ii) a sentença (23b) é agramatical, embora com NP pós-verbal indefinido, porque é uma estrutura na qual o predicado é *um adjetivo Individual (úteis)*, de modo que não pode ser analisada como PS;

(iii) a sentença (19a) contém um NP pós-verbal sem Caso e não pode ser analisada como MO nem como PS, pois: se analisada como MO, contém um DP pós-verbal que, conforme (20), não pode receber o nominativo - assim, o FC é violado; se analisada como PS, apresenta um predicado constituído de um adjetivo *stage-level (feridos)* e, como objeto temático *in situ*, um NP definido (*os soldados*), não-marcado, portanto, com o Caso partitivo - essa estrutura também viola o FC.

D - O contraste encontrado em (25)

- (25) a. [e] [_{VP} continuava [_{MO}[o meu amigo] sem assistência médica]]
b. [e] [_{VP} nasceu [um rapaz] [_{PS} com uma costela partida]]
c. *[e] [_{VP} nasceu [o Manel] [_{PS} com uma costela partida]]

R&U assumem que a distinção na marcação do Caso no NP pós-verbal - o NP recebe nominativo, se é sujeito de MO preposicional e partitivo, se é um objeto temático *in situ* - é que explica o contraste que pode ser encontrado, também, entre construções V+NP+PP, como mostra (25), que tem esta explicação: a sentença (25a) contém uma MO, [NP+PP], assim como (19b), de modo que o NP recebe nominativo do Inf matriz (por regência) e a sentença é gramatical; (38b, c) não contém MO, ou seja, tais sentenças contêm PS - [[V+NP]+PP] - de modo que V rege o NP objeto temático e, portanto, bloqueia a regência (e a marcação de Caso nominativo) desse NP por I; V rege o NP e lhe atribui Caso partitivo; conseqüentemente, o NP tem que ser indefinido; daí a gramaticalidade de (25b) e a agramaticalidade de (25c).

Essa análise, à primeira vista, mostra-se dotada de um forte poder explicativo; no entanto, apresenta problemas de

natureza tanto teórica quanto empírica. Do ponto de vista empírico, não explica o licenciamento do DP pós-verbal de construções inacusativas do PB, como em:

- (26) a. Chegou O ESTUDANTE tarde.
- b. Foi convidado O ESTUDANTE para a festa.
- c. Ficaram OS SOLDADOS feridos

Do ponto de vista teórico, a análise suscita inúmeras questões, dentre as quais:

a) Por que o DP que é seguido do particípio não pode ser analisado como o sujeito de uma MO complemento, que não precisaria ser alçado pelo fato de receber o partitivo desse particípio (já que o particípio pode atribuir tal Caso (cf. BELLETTI)); em outras palavras: por que sujeito de MO complemento só é licenciado quando pode receber o nominativo?

b) Por que, ora há motivação para o movimento do DP, que é alçado para o Espec/IP onde recebe o Caso nominativo (como em (21)), ora não há motivação para o movimento do DP para o Espec/IP onde possa receber o Caso nominativo - como em (19), (23), (25)?

Além disso, a proposta de R&U inclui uma série de restrições ao licenciamento do DP[Acus] pós-verbal no PE, na medida em que, em síntese, prevê que, nessa língua, esse DP é licenciado em construções inacusativas e passivas se:

1 - é sujeito não-alçado de uma MO preposicional complemento, que pode receber o Caso nominativo (á distância): de Inf matriz, sob regência; nesse tipo de estrutura, não se verifica a atuação do ED.

2 - é um objeto temático *in situ* de uma predicação secundária, que recebe o partitivo marcado pelo verbo, junto com o papel- θ - sendo, portanto, INDEFINIDO (ou seja, nesse caso, verifica-se a atuação do ED) e permitido em:

a) estrutura [[V NP] PP];

b) estrutura [[V NP] AP], sse AP é a projeção de um adjetivo CÊNICO.

2.2. A ocorrência de DP pós-verbal no PB e a Questão do Caso

2.2.1. O “Sujeito Posposto” Nominativo

Para NASCIMENTO (1984), as frases com “posposição do sujeito” no PB devem ser analisadas como frases apresentativas e possuem as mesmas características das proposições com ORDEM V-S do português chamadas de existenciais (cf. Perlmutter, 1976).

De acordo com Perlmutter, a única ordem possível em português é S-V (NP), e a ORDEM V-S só pode ocorrer com os verbos do tipo (27), abaixo (os NPs que seguem tais verbos são sujeitos subjacentes que deixam de ser sujeitos pela ação de uma regra de “rebaixamento”) de modo que frases como (28a) são aceitáveis apenas em contexto contrastivo, como em (28b):

(27) *existir, faltar, sobrar, ficar, aparecer, surgir, rebentar, acontecer, etc.*

- (28) a. *Chegaram os delegados alemães ontem..
b. Chegaram OS DELEGADOS ALEMÃES (e não X)...
ontem.

Mas NASCIMENTO observa que, mesmo sem o acento contrastivo, essas frases são perfeitamente boas se constituem respostas a uma questão QU- do tipo de (29) e também em frases apresentativas, conforme evidencia o contraste entre (30a) e a resposta de (30b):

- (29) a. - Chegou/correu quem?
b. - Chegou/correu o Paulo.

- (30) a. *Há o Paulo.
b. - Há quem para ser atendido?
- Há o Paulo.

Para o autor, as frases produzidas como respostas a questões QU- (como (29b)) introduzem um contexto de lista, o que permite que os NPs com artigo definido ocorram na posição pós-verbal de frases apresentativas (no PB, permitidas com qualquer verbo intransitivo). Propondo que os contextos de lista (aos quais, Perlmutter se refere) sejam tratados como exemplos típicos de frases apresentativas, NASCIMENTO associa às frases de (31) uma interpretação do tipo (32) e supõe que (32), ou uma representação semântica desse tipo, pode distinguir (31) de (33); ou seja, que o contraste entre (31) e (33) se deve ao fato de as frases apresentativas rejeitarem NPs com quantificadores universais, que incluem o artigo definido:

- (31) a. Viajou uma moça.
b. Viajaram duas moças/algumas moças/ etc.

(32) Viajar ... X & $X \in \{\text{moças}\}$.

- (33) a. *Viajou a moça.
b. *Viajou toda moça.

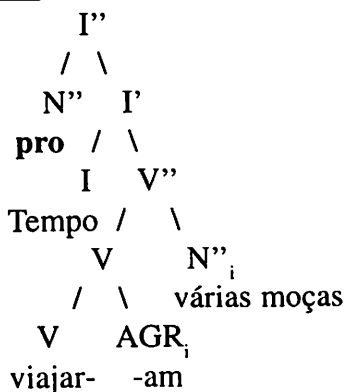
Depois de demonstrar que a interpretação de lista, entendida como uma condição necessária para um NP ocorrer na posição pós-verbal de sujeito de frases apresentativas, pode se manifestar também em outras construções, NASCIMENTO defende que, no caso de inversão do sujeito em português, todo verbo intransitivo (ergativo ou intransitivo) não só manifesta o ED como admite a presença de lista nos contextos de frases impessoais. E propõe, para a ocorrência de DP (nos termos do autor, NP) pós-verbal em sentenças do português do tipo de (34), abaixo, a explicação sintetizada a seguir:

(34) Viajaram várias moças.

De acordo com NASCIMENTO, AGR, enquanto um elemento pronominal, deve se submeter ao princípio B da Teoria

da Ligação e, como o sujeito da proposição, deve receber o papel- θ reservado para o argumento externo. Assim sendo, o elemento AGR é obrigado a se mover para o interior de VP (uma categoria regente) e obrigado a participar de uma cadeia temática, para que o papel- θ carregado por ele possa se realizar. A exigência de que pelo menos um dos elementos de uma cadeia seja associado a uma posição A e a exigência de que as categorias vazias ligadas à cabeça de uma cadeia temática sejam apropriadamente regidas acabam definindo duas posições de S como candidatas a acolher o NP sujeito: [NP, S] e [NP, VP]. Como todas as cadeias nominativas que se têm associado às frases com sujeito posposto em português caracterizam-se por terem como cabeça um NP na posição de objeto direto, por não admitirem mais do que dois elementos (AGR e o NP sujeito) e por não incluírem o expletivo pro que ocupa a posição pré-verbal de sujeito, a frase de (34), acima, apresenta a Est-S expressa em (35), que se associa à cadeia nominativa de (36):

(35) Est-S:



(36) C : (AGR_i, várias moças_i)

Para o autor, as frases com “posposição do sujeito” reproduzem, portanto, a situação das impessoais: nos dois tipos de frase, a categoria vazia na posição pré-verbal de sujeito não será coindexada com AGR: no primeiro tipo, porque o papel- θ

carregado por AGR vai para o NP que ocupa a posição pós-verbal e, no segundo, porque AGR não recebe papel- θ a ser transmitido. Dessa forma, em português, o Caso é marcado aos sujeitos pospostos diretamente na posição de objeto direto, o que explica a distribuição complementar entre sujeito posposto e objeto direto no interior dos VPs no PB, no qual:

A - Todas as seqüências do tipo **0 - verbo [-transitivo] - NP sujeito** devem ser consideradas como Frases Apresentativas;

B - A inversão do sujeito no PB não passa de um processo de formação de frases apresentativas, que exclui os verbos transitivos;

C - Todas as frases apresentativas veiculam um conteúdo semântico que exclui da posição pós-verbal de sentenças como (34) o NP universalmente quantificado e explica o licenciamento, nesse contexto, de diversos tipos de NP que permitem interpretação de lista, tais como :

- (37) NP de descrição definida: Havia na mesa uma/a faca de cortar pão.
- (38) NP contendo relativa restritiva: Correu um/o carro de que todos falavam.

A análise de NASCIMENTO revela intuições que vão se mostrar presentes em propostas que, mais tarde, passaram a integrar a literatura gerativista, e uma delas é a de que o licenciamento do DP[-Acus] em posição pós-verbal está vinculada à presença de expletivo nulo na posição de sujeito, o que condiz com CHOMSKY(1986b, 1995).

Além disso, a referida análise fornece evidências inequívocas de que a explicação para o licenciamento do DP[-Acus] pós-verbal em português se restringe às estruturas nas quais esse DP pode receber uma interpretação de lista; ou seja, de que a possibilidade de ocorrência de tal DP remete a uma restrição de natureza semântica.

2.2.2 O “Sujeito Posposto” Partitivo

FIGUEIREDO SILVA (1994) refere-se à “inversão do sujeito” afirmando que *Cette propriété est ‘historiquement’ liée à celle du sujet nul, et particulièrement importante ici, car c’est la propriété ‘manquante’ du PB*. Segundo essa autora, o PB se comporta diferentemente do italiano no que diz respeito à “inversão do sujeito”, na medida em que:

A - o italiano exibe o contraste de (39), que se deve à atribuição do Nominativo ao sujeito pós-verbal se a posição do objeto está vazia ou esse sujeito segue um verbo não-transitivo:

- (39) a. ??Ha mangiato il dolce Gianni (FS: (3b))
b. ??Ha mangiato Gianni il dolce (FS: (3c))
c. L’ha mangiato Gianni (FS: (4a))
d. Ha tossito Gianni (FS: (3a))

B - o PB rejeita as sentenças do tipo (40), e isso sugere que *cette langue a un traitement uniforme des structures à sujet inversés: elles sont interdites, avec n’importe quel type de verbe*:

- (40) a. *Tossiu o João (FS: (1b))
b. *?Comeu o bolo o João (FS: (2b))
c. *Comeu o João o bolo (FS: (2c))
d. *Comeu o João (FS: (4b))

Assumindo que a marcação do Nominativo pode ser ou sob regência e sob concordância, ou apenas sob regência, ou apenas sob concordância (cf. ROBERTS, 1990), a autora afirma que a última opção é a exibida pelo PB, que rejeita as estruturas com sujeito invertido e as construções nas quais o verbo precede o sujeito, o que explicaria:

Em primeiro lugar, o resultado agramatical se o verbo flexionado sobe para C e o sujeito permanece no Espec/IP, como se verifica em (41), que correspondem aos exemplos (FS: (8) e (9)):

- (41) a. *Tinha telefonado o João?
 b. *Tinha o João telefonado?
 c. *O que ((é) que) tinha comprado o João nesse mercado?
 d. *O Que ((é) que) tinha o João comprado nesse mercado?

Em segundo lugar, a impossibilidade do movimento “Aux-para-Comp”, atestada pelos dois fatos mencionados a seguir:

1º) Diferentemente do que ocorre no italiano, no PB, a construção condicional em que o auxiliar “substitui” o complementizador *se* não é permitida (como mostra (42)) e a subida do auxiliar para C na ausência do complementizador é impossível (como mostra (43)):

- (42) a. Avesse lui capito al volo, tutto sarebbe andato bene (FS: (10d))
 b. *Tivesse ele compreendido rápido, tudo teria dado certo. (FS: (11a))

- (43) a. Speravo (che) tu fossi disposto ad aiutarci (FS: (12a))
 b. Speravo (*che) fossi tu disposto ad aiutarci (FS:(12b))
 c. Eu esperava *(que) você estivesse disposto a ajudar a gente. (FS: (13a))
 d. *Eu esperava estivesse você disposto a ajudar a gente. (FS: (13b))

2º) O PB não tem a inversão Aux-Suj com elemento negativo inicial, o que é possível no inglês:

- (44) a. John said that under no circumstances would he do that (FS: (14a))
 b. *O João disse que de jeito nenhum ia ele fazer uma coisa dessas (FS: (14b))

Ao examinar os casos em que “a inversão do sujeito ainda é possível no PB”, FIGUEIREDO SILVA assume que, nessa língua, o sujeito invertido apresenta uma restrição interpretativa

derivada do Caso que a ele é atribuído, ou seja, já que a HTC deve ser rejeitada (cf. BELLETTI:1988), o PB apresenta construções em que se verifica a atuação do ED: por não poder marcar o nominativo sob regência, essa língua conta com uma única posição para os sujeitos invertidos - a posição interna a V - onde, o sujeito invertido só é licenciado se recebe o Partitivo, como atesta (45):

(45) a. Desapareceu um livro. (FS: (16c))

a. *Desapareceu o livro. (FS: (16d))

A autora observa que o PB permite DP definido pós-verbal, que não pode, pois, ser analisado como objeto marcado com Partitivo, o que parece evidenciar a possibilidade de “sujeito posposto” no PB como no italiano; conclui, no entanto, que as sentenças de (46) e (47) sugerem que essas últimas são permitidas porque o DP definido figura seguido de um outro sintagma:

(46) *Saiu o João. (FS: (30b))

(47) a. Saiu a renovação da minha bolsa. (FS: (30a))

b. Daí veio o gerente no balcão e disse que. (FS: (32a))

c. Daí veio o gerente e a Maria começou a bater boca com ele. (FS: (33c))

De um lado, na medida em que assume a atuação do ED como restrição ao licenciamento do DP[-Acus] pós-verbal no PB, essa análise, à semelhança do que foi observado em relação à análise de R&U, deixa sem explicação sentenças tais como:

(48) a. Chegou O ESTUDANTE tarde.

b. Foi convidado O ESTUDANTE para a festa.

c. Ficaram OS SOLDADOS feridos

De outro lado, essa análise aponta, para as construções do PB que contêm DP[-Acus] definido em posição pós-verbal, a

mesma restrição semântica (interpretação de lista) que, segundo NASCIMENTO, é a restrição imposta ao licenciamento desse DP.

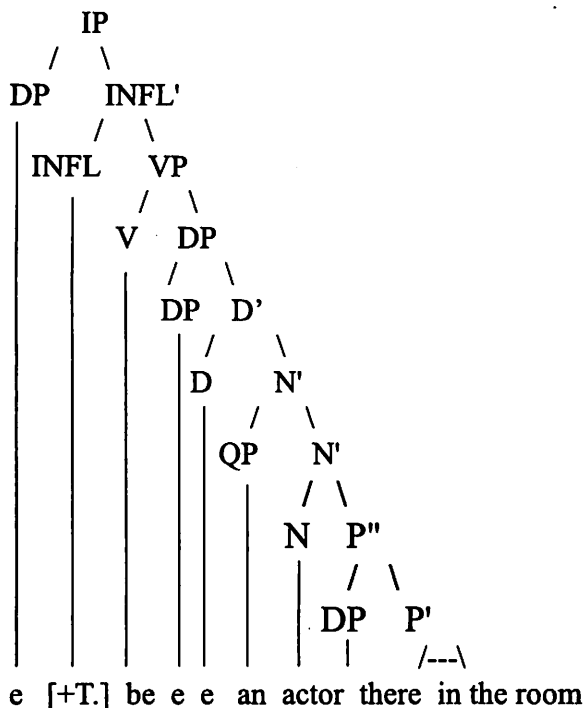
2.2.3 A Dispensabilidade de Caso no Nominal Pós-verbal de Sentenças Inacusativas

NASCIMENTO & KATO(1995) examinam o comportamento dos complementos das construções com verbos inacusativos, focalizando: a questão do Caso, o estatuto funcional e a restrição sobre a definitude de tais complementos. Assumindo a existência de um Adverbial Locativo (there, no inglês; y, no francês; nulo, no português), esses autores (doravante, N&K) propõem uma análise unificada para as construções inacusativas, a partir das construções existenciais.

De acordo com tal proposta, o nominal pós-verbal das construções em questão é o predicado de um adverbial, com o qual estabelece uma predicação, por mini-orção, de modo que em (49), cuja estrutura subjacente é (50), there é o sujeito de P", que se move para receber Caso e, com isso, torna visível o predicado complexo D'; N' é definido como um predicado e, como tal, dispensa Caso; esse predicado é licenciado pelo t_i mais alto, licenciado na Cadeia Nominativa [there, t_i t_i].

(49) There is an actor in the room. (N&K: (7a))

(50)



N&K propõem, então, que, nas construções inacusativas do português, um Locativo Adverbial Nulo é gerado na posição de sujeito de uma mini-orção complemento do verbo inacusativo e sobe para a posição de sujeito pré-verbal, onde recebe Nominativo (através de uma Cadeia, que constitui com o seu vestígio), de modo que sentenças do tipo (51a) têm a Estrutura-P e a Estrutura-S como (51b) e (51c), respectivamente. Os autores ressaltam a possibilidade de ocorrência de nominais definidos à direita de verbos inacusativos, como em (52), abaixo, e o fato de essas sentenças apresentarem acento típico de Foco (acento contrastivo), o que sugere que devem, também, ser tratadas como casos nos quais figuram mini-orções predicativas na posição pós-verbal:

(51) a. Chegaram umas cartas. (N&K: (21a))

b. $[_{IP} [_{DP} e] INFL [_{VP} chegar [_{DP} [_{DP} Loc. 0] [_{D'} [e] [_{N'} umas cartas]]]]]$

c. $[_{IP} [_{DP} Loc 0_i] chegaram [_{DP} [_{DP} t_i] [_{D'} [_{D} e] [_{N'} umas cartas]]]]]$

(52) *Chegaram as cartas.* (N&K: (56a))

Essa análise aponta mais uma restrição à ocorrência de DP[-Acus] definido em posição pós-verbal de sentenças do português: esse DP, então analisado como um N' (NP, nos termos de FUKUI & SPEAS, 1986) predicado, deve ser um elemento focalizado.

3. Sobre a Checagem do Caso do DP[-Acus] pós-verbal

As análises apresentadas na seção anterior baseiam-se em pressupostos que foram revistos no estágio mais recente da Teoria Gerativa (CHOMSKY: 1992, 1995), entre os quais: a noção de regência, que passa a ser considerada dispensável; a marcação estrutural de Caso, que cede o seu lugar à concepção do Caso como um traço Caso ou Marcar Caso - o primeiro, especificado no DP, e o segundo, especificado em V e em T, exigindo checagem. A época em que essas análises foram realizadas justifica também estipulações nelas encontradas e não mais sustentáveis no estágio atual da Teoria: em NASCIMENTO (1984), por exemplo, AGR é concebido como um elemento que se associa a TEMPO para formar a categoria funcional, Infl, mas comporta-se como elemento desvinculado de TEMPO; AGR move-se de cima para baixo.

Mas, mesmo diante da concepção radicalmente diferente do Caso assumida no Programa Minimalista desde o seu início (CHOMSKY, 1992), a preocupação em relação ao Caso na busca de explicação para o licenciamento de DP[-Acus] pós-verbal parece se manter, obviamente implicando a reformulação da questão (11), nos seguintes termos:

(53) Qual é (e como é checado) o Caso especificado no DP[-Acus] pós-verbal?

Essa questão é respondida por BRANIGAN(1992), para quem, nas sentenças como (54), abaixo, o DP pós-verbal sobe

para a posição de Espec/IP, onde tem checado o seu Caso e satisfaz o PPE (Princípio de Projeção Estendido) em Forma Lógica (FL); uma vez satisfeito o PPE, esse DP pode permanecer **in situ** (ou seja, dentro do VP) em Forma Fonética (FF), de modo que tais sentenças têm, então, a estrutura representada por (55):

(54) Every Thursday at noon, into the salon wander three stevadores. (BR: (117))

(55) Every Thursday at noon [Ó “ into the salon [IP wander [VP three stevadores t]]](BR: (122))

De acordo com o autor, a posição Espec/TP seria A(rgumental), na medida em que está no domínio de T (um núcleo L-relacionado, por checar traços de núcleos lexicais); o fato de que a posição para onde vão os PPs contidos em (54) é uma posição não-A(rgumental) constitui, pois, evidência de que tal posição não é a de Espec/TP. Com base nesse argumento, BRANIGAN advoga a existência de uma posição, à qual se refere como Σ (núcleo de Σ ’), entre CP e IP, para onde vão os referidos PPs; isso o leva a propor que, para essa posição, vão, também, os sujeitos das sentenças simples com tempo finito do inglês, tais como (56), que teria, portanto, a estrutura representada por (57):

(56) John admires Mary. (BR: (123))

(57) [Σ “ John [IP t loves Mary]] (BR: (124))

Mas, segundo CHOMSKY(1995), a posição de Espec/TP - uma posição A(rgumental) - pode ser ocupada, em FF, por um elemento sem Caso; ou seja, o traço-D forte de Infl (na verdade, de T), no qual se reduz o PPE, exige checagem envolvendo um elemento com conteúdo fonético, mas esse elemento pode ser tanto com Caso (e com papel- θ , como em (58), ou sem papel- θ , como em (59)) quanto sem Caso (sem papel- θ), como em (60):

- (58) **Mary** loves Peter.
- (59) **It** seems that Mary is intelligent.
- (60) **There** are three men in the garden.

Assim sendo, a proposta de BRANIGAN de que, em (55), o PP não se encontra no Espec/TP e, sim, em Σ (uma posição não-A, entre CP e IP) apresenta o seguinte problema: se um elemento sem Caso pode ocupar uma posição-A (de checagem de Caso), o PP, em sentenças como (54), também pode ocupar uma posição-A e, já que a posição ocupada pelo PP pode ser uma posição-A, a evidência de que essa posição não é Espec/TP não existe; conseqüentemente, se o PP pode estar na posição Espec/TP, não se justifica postular a existência de uma posição Σ como um lugar de pouso para esse PP.

Além disso, se ignorado o problema mencionado acima, a proposta de BRANIGAN suscita as seguintes questões:

(i) Como atribuir a possibilidade de construções com o sujeito dentro do VP (como (55)) ao fato de o PPE já ter sido satisfeito, se não é esse PPE (mas, sim, a necessidade de checagem de Caso) que justificaria o movimento do sujeito para IP?

(ii) Se o PPE pode ser satisfeito em FL (por um elemento que permanece dentro do VP em FF), como se explica a ocorrência de There em construções como (61) abaixo, com um DP pós-verbal, que poderia, então, satisfazer o PPE? Além disso, por que There (cuja presença já não seria, portanto, motivada) ainda subiria para a posição Σ ?

- (61) There are three men in the garden.

(iii) O que motivaria o movimento normal do sujeito para a posição mais alta em (57), depois de o sujeito já ter os seus traços checados em I?

(iv) Por que, no inglês, o movimento do sujeito em função de checagem de traços ocorre normalmente na FF e, só nas

construções do tipo (55), esse movimento é em FL (de modo que o sujeito permaneça dentro do VP)?

A proposta de BRANIGAN deixa, portanto, evidente que solucionar questões relativas ao Caso do DP[-Acus] pós-verbal não é suficiente para se explicar o licenciamento desse DP.

É possível supor que, em (54), o elemento [*into the salon*]⁷ se move para o Espec/TP devido à permanência do DP [*three stevadores*] na posição pós-verbal, uma vez que, de acordo com CHOMSKY(1995):

- a) a presença de um elemento na posição de Espec/TP é motivada, antes de tudo, pela necessidade de checagem do traço-D forte de T;
- b) o traço Marcar Caso Nominativo, especificado em T, exige checagem, mas não necessariamente através de uma operação que envolve o elemento envolvido na checagem do traço-D (ou seja, de um elemento que vai, portanto, ocupar a posição de Espec/TP);
- c) a checagem do traço Marcar Caso Nominativo, de T, pode ser feita através de uma operação que envolve um elemento que ocorre em posição pós-verbal em FF, cujos traços sobem para a posição de adjunção ao núcleo T em FL - nesse tipo de construção, a posição de Espec/TP é ocupada por um elemento sem Caso (como se verifica no exemplo (61)).

Enfim, seguindo CHOMSKY (1995), é possível supor que o fato de o traço-D forte de T exigir checagem na sintaxe explícita constitui motivação, tanto para a ocorrência de **There** em (61), quanto para o movimento de [*into the salon*] para o Espec/TP em (54), cuja estrutura seria, portanto, a representada em (62):

⁷ Essa hipótese apresenta o seguinte problema: o fato de in the salon ser um elemento que ocupa a posição de Espec/TP de modo a permitir que a exigência de checagem do traço-D de T seja satisfeita implica que esse elemento, embora não-especificado quanto ao Caso, seja especificado quanto ao traço-D (uma proposta de solução para esse problema pode ser encontrada em NICOLAU, 1995).

- (62) Every Thursday at noon [_{TP} into the salon_i [_T [_{VP} [_V wander
[_{DP} three stevadores]]] [_{t_i}]]]

Mas essa hipótese suscita uma questão, já colocada, em termos específicos, em relação à proposta de BRANIGAN:

- (63) Por que o movimento do sujeito em função de checagem de traços ocorre normalmente na FF e, apenas em determinadas construções (com verbo inacusativo), esse movimento é em FL (de modo a permitir que o sujeito permaneça em posição pós-verbal)?

3. Conclusão

De acordo com NASCIMENTO & KATO (1995), os constituintes pós-verbais de sentenças contendo verbos inacusativos são construções predicativas, de modo que a “restrição de definitude” que os afeta decorre do fato de serem predicados, razão pela qual dispensam Caso, e esses constituintes, mesmo contendo “nominais” definidos, devem ser analisados como predicados que ocorrem em sentenças com acento típico de foco. Os outros autores que examinam dados do italiano, do PE e do PB mencionados no presente trabalho, propõem formas de licenciamento do DP[-Acus] em posição pós-verbal nessas línguas e, com exceção de BÚRZIO (1981, 1986), todos eles apontam condições sob as quais o Caso é atribuído a esse DP.

Enfim, inúmeros estudos realizados sob a perspectiva da TRL (NASCIMENTO, 1984; BELLETTI, 1988; RAPOSO & URIAGEREKA, 1990; FIGUEIREDO SILVA, 1994; NASCIMENTO & KATO, 1995), embora associem a ocorrência do DP[-Acus] na posição pós-verbal à necessidade, ou não, de um Caso no referido DP, incluem restrições que devem ser obedecidas quando se verifica tal ocorrência: Efeito de Definitude, natureza do adjetivo (predicado de mini-oração que tem o DP como sujeito), interpretação de lista, leitura focal (contrastiva), etc.

O estudo de BRANIGAN (1992) - à semelhança da proposta de CHOMSKY (1995), segundo a qual, em sentenças inacusativas, o traço marcar Caso Nominativo de T é checado depois do Spell Out, através de movimento implícito de traços do DP[-Acus] pós-verbal, não inclui uma motivação para o referido DP permanecer *in situ* (no interior do VP). Esses dois autores, na verdade, apontam para o fato de que, também à luz de pressupostos minimalistas (CHOMSKY, 1992-1995), o licenciamento do DP[-Acus] pós-verbal não se explica diante apenas da solução para a questão do Caso (seja da checagem do traço marcado no DP, seja do traço Marcar Caso especificado em T, na qual o referido DP parece ser levado a se envolver).

As diversas análises examinadas no presente estudo permitem, portanto, concluir que a (im)possibilidade de ocorrência de DP[-Acus] pós-verbal não se deve, meramente, a questões relativas a marcação ou checagem de Caso.

Referências Bibliográficas

- BELLETTI, A. (1988) The Case of Unaccusatives. *Linguistic Inquiry* 19:1. pp.1-34.
- BRANIGAN, P. (1992) *Subjects and Complementizers*. dissertação Ph..D, MIT.
- BURZIO, L. (1981) *Intransitive causative constructions*, dissertação Ph..D, MIT.
- (1986) *Government and Binding Approach*. D. Reidel. Publishing Company. Dordrecht
- CHOMSKY, N. (1980) On binding. *Linguistic Inquiry* 11:1. pp. 1-46.
- (1981) *Lectures on Government and Binding: The Pisa Lectures*. Dordrecht:Foris.
- (1986a) *Barriers*. Cambridge, Mass: MIT Press.
- (1986b) *Knowledge of Language: its nature*,
- (1992) A Minimalist Program for Linguistic

Theory. MIT Occasional Papers in Linguistics Number 1, Cambridge, Mass.

- (1995) *The Minimalist Program*. Cambridge, Mass: MIT Press.
- FIGUEIREDO SILVA, M.C. (1994) *La position sujet en Portugais Brésilien - dans les phrases finies et infinitives*. Tese de Doutorado, Université de Genève.
- FUKUI, N. & M. SPEAS (1986) Specifiers and projection. in FUKUI, N., T. RAPPORT & E. SAGEY (eds.) *MIT Working Papers in Linguistics* 8. pp. 128-172.
- KOOPMAN, H. & SPORTICHE. D. (1988) *Subjects*. manuscrito., University of California, Los Angeles.
- (1991) The Position of Subjects. *Lingua*, 85: 211-58.
- NASCIMENTO, M. (1984) *Sur la postposition du sujet dans le Portugais du Brésil*. Tese de Doutorado, Universidade de Paris VIII, Paris.
- NASCIMENTO, M. & M. KATO (1995) O Estatuto dos Nominais Pós-Verbais dos Verbos Inacusativos. *Revista de Estudos da Linguagem* 4:1. pp. 1-74.
- NICOLAU, Eunice m. D. (1995) *As Propriedades de Sujeito Nulo e ORDEM V-S on Português Brasileiro*. Tese de Doutorado, Unicamp.
- RAPOSO, E. & J. URIAGEREKA (1990) Long Distance Case Assignment. *Linguistic Inquiry* 21,. pp. 505-537.
- ROBERTS, I. (1990) *Verbs and Diachronic Syntax - a Comparative History of English and French*. Universidade de Wales, publicado em 1993.
- (1992) *Two Types of Head Movement in Romance*. ms. University of Wales.

Capítulo 5: PAPÉIS TEMÁTICOS E LÉXICO¹

Márcia Cançado²

Este artigo apresenta algumas novas hipóteses a respeito da relação léxico e papéis temáticos. Será, mostrada, em seus pontos principais, uma teoria de papéis temáticos que pode ser classificada como semântico-lexical, pois é uma abordagem baseada exclusivamente nos itens lexicais e na composição destes. Serão mostradas, também, as vantagens de se usar uma teoria de papéis temáticos como parte de uma teoria gramatical, utilizando-se para tal, dados do português brasileiro.

O modelo que aqui será apresentado, conhecido como “Teoria Generalizada dos Papéis Temáticos”, teve seus primeiros fundamentos em FRANCHI (1975), tendo sido apresentada, em CANÇADO (1995), uma primeira versão baseada em manuscritos do autor, e tendo como última versão o manuscrito de FRANCHI (1997b). Das principais idéias encontradas nesses trabalhos citados, farei uma breve resenha nas seções que se seguem.

¹ Este trabalho é uma versão revisada do artigo intitulado “O Papel do Léxico em uma Teoria de Papéis Temáticos”, publicado em *D.E.L.T.A.* 16:2.

² Agradeço o apoio financeiro da FAPEMIG e do CNPq.

1. Um Modelo de Semântica Representacional: Teoria Generalizada dos Papéis Temáticos

1.1 Pressupostos da Teoria

Os pressupostos gerais dessa proposta são:

- Assume-se, com JACKENDOFF (1983, 1987a e b, 1990), CHIERCHIA (1984, 1989), de certo modo DOWTY (1989, 1991), e outros, que o sentido das orações é estruturado e sujeito a um tratamento sistemático, constituindo um componente autônomo da teoria gramatical; assim como a sintaxe constitui um outro componente (JACKENDOFF, 1990 e CULICOVER, 1988).

- Autonomia, aqui, significa que a teoria é elaborada, em cada um desses componentes, com primitivos (categorias, relações e funções³) e operações próprios, e que a teoria se formula em um sistema independente de princípios teóricos.

- Adota-se um princípio de projeção (MARANTZ, 1984) da representação semântica sobre a representação sintática e regras de correspondência (a hierarquia temática⁴) entre essas duas representações (JACKENDOFF, 1990). Espera-se explicar generalizações descritivas feitas, em propostas anteriores, sobre a sintaxe e o léxico.

- Portanto, além de uma semântica referencial, tradicionalmente construída como uma semântica de valores de verdade (ou como uma semântica de situações, como em BARWISE e

³ Essas noções são usadas no sentido de Franchi (1975). Por *categorias* entenda-se propriedades ou conjuntos estruturados de propriedades que servem à delimitação, em um dado universo, das classes a que pertencem seus elementos (um princípio de classificação). Nesse sentido, são categorias semânticas noções como as de evento, ação, estado, objeto, etc. Por *relações* entendemos os liames de dependência que se estabelecem entre objetos do sistema e que caracterizam um pelo outro. Finalmente, as *funções* são os papéis específicos que os objetos desempenham na estrutura determinada por uma relação, pelo modo de relacionar-se com o outro. Assim, são funcionais noções como predicado e argumento, ou papéis temáticos.

⁴ A Hierarquia Temática é um princípio que nos possibilita ordenar a estruturação sintática das sentenças em função das relações semânticas, ou seja, dada uma certa estruturação de um evento em termos de papéis temáticos, esse princípio diz “qual papel temático vai para qual posição sintática”.

PERRY (1983)), faz sentido se falar em uma semântica representacional, ou seja, uma semântica que lida com a estruturação das representações mentais das noções predicativas de agente, paciente, etc. (FRANCHI, 1975 e CHIERCHIA & GINET, 1990).

- E, finalmente, assume-se a noção de predicação⁵ semântica de FRANCHI (1998): “a Predicação (semântica) é, pois, uma relação de sentido entre duas expressões singulares ou, composicionalmente, entre expressões complexas (ou seja, determinada exclusivamente por propriedades semânticas dos itens lexicais e pela composição desses itens), correlata das operações construtivas que as combinam na derivação sintática. Um modo natural de expressar as conseqüências de sentido associadas ao argumento pela predicação é fazê-las corresponder aos papéis dos argumentos determinados por essa relação, os chamados papéis temáticos.”

1.2 Eventos e Representações

Há um consenso geral de que os papéis temáticos, ou casos de agente, paciente, tema, etc., como foram concebidos inicialmente por FILLMORE (1968), hoje exercem um papel puramente descritivo. Isso se deve às definições muito informais e vagas para um tratamento teórico. Essas definições correspondem a caracterizações intuitivas e, certamente, divergentes quanto a suas classificações. Na prática, essas noções ainda são utilizadas por várias teorias lingüísticas, embora com abordagens teóricas divergentes e distinto estatuto teórico.

CHOMSKY (1981, 1986) e alguns outros gerativistas como STOWELL (1981), BAKER (1988) abordaram a questão dos papéis temáticos dentro do modelo de uma teoria modular de princípios e parâmetros (*Government and Binding Theory*- GB). Utilizam-se desses papéis apenas sob uma perspectiva diacrítica, isto é, o conteúdo semântico dos papéis temáticos particulares não

⁵ Daqui para frente, toda vez que se falar em predicação, estou me referindo à predicação semântica proposta por FRANCHI (1997a).

tem relevância gramatical, o que interessa é a existência ou não desses papéis que serão percebidos como meros índices da estrutura argumental, de natureza sintática. Portanto, termos como agente, tema, etc. reduzem-se a termos descritivos de referência, sem qualquer estatuto na teoria; quando muito, servem como propriedades, primitivas ou derivadas, na descrição lexical. É o caso, por exemplo, de BELLETTI & RIZZI (1988). Para eles, os papéis temáticos contribuem para determinar a representação sintática inicial (estrutura profunda ou estrutura-P) através de um sistema de mapeamento de princípios, projetando estruturas-theta em estruturas sintáticas e, a partir desse ponto, referência a tais entidades é excluída da gramática formal. Apenas é importante o formalismo theta vs. theta-barrado, isto é, presença ou ausência de papel temático. Podemos ainda citar outros importantes estudos lexicais como os trabalhos de MARANTZ (1984) e DI SCIULLO & WILLIAMS (1987) que, mediante símbolos auxiliares e diacríticos, distinguem argumentos externos de argumentos internos.

Assume-se, ao contrário, com JACKENDOFF e outros, que os papéis temáticos possuem estatuto teórico em uma semântica representacional, em que o sentido é estruturado. DOWTY (1989), embora em outro quadro teórico, afirma:

Deixem-me esclarecer o que quero dizer com conteúdo semântico dos papéis temáticos: quando eu digo que um sistema de papéis temáticos distingue um argumento de outro semanticamente, quero significar que eles permitem distinguir objetos (do mundo real, não lingüísticos), uns de outros, em virtude das propriedades que possuem enquanto participantes de um evento,

normalmente expresso pelo verbo. Essas propriedades podem ser identificadas em situações reais (“in the real world”), até certo ponto independentes da linguagem ou das representações semânticas.

Nesse sentido, o termo “semântica” envolve necessariamente uma relação entre a linguagem e as situações ou eventos que ela descreve. Para Jackendoff a ênfase se coloca nas

representações: existem um “mundo real” - o mundo dos eventos e das coisas, que tem apenas um papel indireto na linguagem - e um “mundo projetado” - a representação conceitual/mental -, este diretamente ligado à linguagem e relevante para os estudos lingüísticos. Somente a esse mundo projetado, inconscientemente organizado pela mente, é que temos acesso direto: só podemos falar das coisas na medida em que elas adquirem representação mental através desses processos de organização. Nesse sentido, o autor radicaliza a abrangência da “Grammatical Constraint⁶”, não aceitando uma representação de interface entre a sintaxe e a semântica (a Forma Lógica da Gramática Gerativa), bem como abandona noções de referência e de valores de verdade de uma semântica extensional⁷.

A teoria apresentada, também, envolve a organização dessas representações mentais e a investigação das relações formais entre esse nível e o nível sintático em que o conteúdo semântico se explicita. Entretanto, seguindo a linha de FRANCHI (1975), em uma perspectiva mais antropológica e sócio-histórica, essas noções são concebidas de um modo diferente.

Para esse autor, uma parte importante do processo pelos quais os falantes identificam aquilo a que se refere uma expressão lingüística é o de interpretá-la em um “sistema de referências” conceitual que o representa simbolicamente - em uma representação predicativo-descritiva constituída pelas propriedades semânticas dos itens lexicais (nomes, adjetivos, verbos e relatores

⁶ A “Grammatical Constraint” é um princípio metodológico, imposto por JACKENDOFF (1983), que diz que a representação semântica deve aproximar-se o quanto possível da projeção sintática, de modo a possibilitar o estabelecimento de regras de correspondência entre elas mediante mecanismos restritos e econômicos.

⁷ Jackendoff segue a tradição mentalista da Gramática Gerativa, e afirma que a semântica das línguas naturais deve fundar-se na psicologia cognitiva. Nesse quadro, por exemplo, responde à questão ligada a sua concepção de mundo projetado: como sabemos que estamos falando das mesmas coisas? O que garante a possibilidade de “comunicação” é que todos somos seres humanos, com estruturas mentais similares, de modo que nossas projeções, em grande escala, são razoavelmente compatíveis. Sempre sabemos se estamos falando das mesmas coisas, desde que estejamos vigilantes para detectar mal-entendidos.

- a maioria das preposições e conjunções) – o sentido lexical –, e pelo resultado da composição desses elementos em estruturas sintáticas bem determinadas - o sentido gramatical. Esse nível das representações estabelece os “modos de significação” que permitem falar do “mundo” e é nesse sentido que, além de uma semântica estritamente referencial-extensional, pode-se pensar em uma semântica do sentido, destinada a descrever e a explicar o sistema de categorias, relações e funções semânticas que permitem passar de uma expressão lingüística a sua referência. A linguagem, segundo FRANCHI (1977):

é um trabalho construtivo - uma atividade simbólica histórica e coletiva e, pois, cultural - pela qual se constituem não somente os sistemas lingüísticos, mas ainda o sistema de referência em que as expressões das línguas naturais se interpretam. Em outros termos, a linguagem constrói a base predicativo-descritiva da referenciação. Ela não é o espelho do “mundo” em uma semântica inocente. Nem “constitui” a realidade. A linguagem é determinada, por um lado, pelos modos de operar simbolicamente sobre o “mundo” e, por outro lado, pelos modos de operar concretamente sobre o “mundo”: representações e experiências concretas se “estruturam”, pois, dialeticamente⁸.

Embora se esteja assumindo a mediação de uma representação conceitual entre as expressões e os eventos e objetos a que se referem, a própria linguagem se estende além do componente conceitual-predicativo, através de mecanismos dêiticos (para incluir vários tipos de categorias funcionais como a dos determinantes e do tempo), quantificacionais (como a quantificação nominal, a intensificação adjetival e o aspecto verbal) e modais, que associam as representações conceituais e predicativas a determinados estados de fato. Não se exclui, pois, a relevância lingüística de uma semântica referencial e da forma lógica da linguagem⁹.

⁸ Esse ponto de vista não é incompatível com uma teoria que assumia princípios universais, nem exclui que tais princípios sejam genéticos.

⁹ Segundo Franchi, existe ainda um terceiro componente que seria uma semântica instrucional que diz respeito ao modo de organização do discurso do ponto de vista temático-informacional e argumentativo.

O que é importante ressaltar aqui é que a estruturação conceitual dos eventos (da “realidade”) e a estruturação lingüística de sua representação interagem de uma maneira complexa. Projetada sobre a estrutura sintática, dependendo de condições restritivas do léxico, morfologia e sintaxe, a representação conceitual adquire uma face lingüística: essa face reflete, por um lado, modos específicos de estruturação da realidade, enquanto seqüências de eventos espaço-temporalmente ordenadas e está, por outro, sujeita a limites da gramática das línguas naturais.

Assume-se, assim, uma certa estruturação dos eventos como base da noção lingüística de papéis temáticos; essa noção, entretanto, se reserva para definir os papéis que se determinam pela relação semântica entre predicadores e argumentos, no plano da linguagem. Embora a distinção entre papéis do evento e papéis como noções lingüísticas pareça relevante para compreender aspectos da interpretação de certas orações, não será trabalhado aqui esse ponto, sendo colocada a atenção somente sobre a noção lingüística de papéis temáticos¹⁰.

1.3 Teoria Generalizada dos Papéis Temáticos

As relações temáticas, geralmente, se estabelecem entre um verbo e seus argumentos. Por exemplo:

- (1) Paulo quebrou o vaso com um martelo.

¹⁰ ILARI E FRANCHI (1994) mostram que além dos papéis temáticos, necessariamente acarretados pelo predicador, podemos ter papéis que estão somente no evento. Vejamos o exemplo abaixo:

(i) O cabeleireiro cortou o cabelo de Carlos.

O item lexical *cortar*, na sentença acima, é compatível com um traço de controle por parte de Carlos, e, portanto, podemos ter:

(ii) Carlos cortou o cabelo com o cabeleireiro.

Mas observem que, apesar de a sentença ser perfeitamente gramatical e interpretável, o que sabemos sobre Sansão e Dalila não está de acordo com a sentença em (iiib):

(iii) a. Dalila cortou o cabelo de Sansão.

b. Sansão cortou o cabelo com Dalila.

Parece claro, então, como podemos distinguir papéis, enquanto participantes de um evento (BARWISE e PERRY, 1983; CHIERCHIA, 1989), e papéis temáticos, enquanto propriedades dos itens lexicais.

Em (1), o verbo *quebrar* atribui o papel temático de agente a *Paulo* e de paciente a *vaso*. Há autores, como ANDERSON (1979), CINQUE (1980), TORREGO (1984) e GIORGI E LONGOBARDI (1991), que estendem essa noção aos sintagmas nominais. Ainda HIGGINBOTHAM (1985) estende a noção de papel temático aos adjetivos. Diferentemente, FRANCHI (1998) assume que as relações temáticas não só se estabelecem entre todos os itens lexicais (incluindo aí as preposições), mas também entre expressões complexas. Aqui, se assume, juntamente com Franchi, que entre quaisquer categorias lexicais e mesmo entre expressões complexas, que serão chamadas de predicadores, estabelecem-se relações predicativas, que serão chamadas de relações temáticas¹¹. Por exemplo, em (1), o predicador complexo *quebrar o vaso com um martelo* atribui o papel de agente a *Paulo*; somente a partir da composição de *quebrar com um martelo*, pode-se necessariamente atribuir agentividade a *Paulo*.

Reformulando a definição de FRANCHI (1975), uma relação semântica qualquer entre um predicador, seja ele um item lexical ou uma expressão complexa, e seu argumento, ambos se caracterizam pelo papel determinado por essa relação, onde ao papel do predicador chamaremos de “diátese” e ao papel do argumento chamaremos de “papel temático”. Como em FRANCHI (1975), essa relação representa-se formalmente por um meta-predicado:

(2) $(\theta_i p) a$

Onde, o predicador “p” (uma categoria lexical ou uma expressão complexa) toma “a” como argumento em uma relação específica “ θ_i ”, que determina os papéis de seus termos: “ $F(\theta_i)$ ” o papel do predicador, ou seja, a diátese; e “ $F'(\theta_i)$ ” o papel temático do argumento. Falemos um pouco sobre a noção de diátese. Ao contrário do papel temático atribuído singularmente a um

¹¹ Sobre uma noção mais detalhada de predicação semântica, ver FRANCHI (1997a).

argumento, a diátese de um predicador pode construir-se em um esquema relacional complexo em que entram vários argumentos, e dependerá do número de argumentos que toma, que distingue, por exemplo, *matar* (cuja rede temática inclui um agente e um paciente) de *morrer* (que inclui um paciente); da qualidade dos papéis temáticos associados a seus argumentos; assim, *matar* e *temer* possuem o mesmo número de argumentos, mas se distinguem porque a rede temática de *temer* atribui a seus argumentos os papéis de experienciador e objetivo; e da orientação da relação estabelecida entre os argumentos pela mediação do predicador; *vender* e *comprar*, por exemplo, possuem o mesmo número de argumentos com a mesma qualidade temática (agente-fonte, agente-alvo ou destinatário, objeto estativo, valor), mas estabelecem diferentes perspectivas, uma tomando como ponto de partida a iniciativa do vendedor, outra, a iniciativa do comprador.

Entretanto, CANÇADO (2000 e 2001b) levanta um problema em relação à definição de diátese como tal. CANÇADO (1995) e FRANCHI (1997b) assumem que um item lexical-predicador contém em sua representação a diátese em que se fixou historicamente para seu uso atual, e que contribui para a estruturação da sentença e para sua interpretação, na medida em que determina um conjunto de argumentos explícitos ou implícitos que *devem* ser realizados em determinadas posições sintáticas. Mas vejam que a atribuição composicional (que é uma grande vantagem do modelo) traz problema para essa afirmação:

- (3) a. Paulo quebrou o vaso com um martelo.
- b. Paulo quebrou o vaso com o empurrão que levou.
- c. Paulo quebrou a cabeça no acidente.
- d. Paulo quebrou a cabeça com aquele problema.

Em (4), em termos descritivos, teríamos as seguintes diáteses correspondentes ao verbo *quebrar*:

- (4) a. {Agente, Paciente, Instrumento}
b. {Causa Indireta, Paciente, Causa Direta}
c. {Beneficiário, Paciente, Lugar}
d. {Experienciador, Objeto Estativo}

Se o item lexical-predicador *quebrar* tiver em sua representação lexical a diátese estabelecida pela relação do predicador (seja este simples ou complexo) com seus argumentos, seríamos obrigados a concluir que para cada relação em (3) temos uma diátese distinta, e, portanto, que existem quatro itens lexicais “quebrar”. Essa postura não seria nada desejável teoricamente. Vemos, então, que informações tão rígidas como papéis temáticos determinados, número de papéis e perspectivas, como era previsto para a diátese dada em CANÇADO (1995) e FRANCHI (1997b), provavelmente, não estão marcadas no léxico¹². Sem nos aprofundarmos muito, e sabendo que este ponto ainda demanda um maior refinamento da teoria, propomos simplesmente que a diátese de um predicador estabelece um campo de informações semânticas para a construção do sentido da sentença, aberto a novas informações e alterações da língua, e é esse campo que está marcado na representação lexical de cada item¹³.

Voltando, pois, à noção de papéis temáticos, observamos que a definição estabelecida acima encontra-se, ainda, em um nível bastante abstrato, deixando em aberto uma questão empírica: dado um certo predicador, como determinar o conteúdo semântico específico das relações estabelecidas entre esse predicador e seus argumentos?

¹² FRANCHI (1997b) e CANÇADO (1995), de uma certa maneira, já fazem alusão a este fato quando prevêm a seguinte representação lexical:

(i) quebrar: {CAUSA, Paciente}

Onde CAUSA significa a possibilidade de ocorrência de um agente, causa ou instrumento.

¹³ Vejam que esta proposta seria altamente compatível com uma teoria lexical do tipo da proposta composicional de PUSTEJOVSKY (1996).

1.4 O Conteúdo Semântico dos Papéis temáticos

No item anterior, assume-se que entre quaisquer predicadores e seus argumentos estabelecem-se relações predicativas, que são chamadas de relações temáticas. Às funções determinadas por essas relações sobre os termos, dá-se o nome de “diátese” e “papéis temáticos”. Os papéis temáticos assim caracterizados têm, portanto, um caráter derivado e não são noções primitivas da teoria¹⁴. Contudo, os papéis temáticos, assim definidos, ainda se situam em um nível de abstração que dificulta responder à questão sobre o conteúdo semântico dessas relações. Para essa resposta, será usado o trabalho de DOWTY (1989).

DOWTY (1989), informalmente, entende que o conteúdo semântico dos papéis temáticos define-se a partir da família de acarretamentos¹⁵ partilhados por argumentos da mesma posição sintática aberta por um verbo. Reformulando essa proposta parcialmente, FRANCHI (1998) fala de argumentos de “expressões predicadoras” e não de verbos. Primeiro, para incluir nesse termo os itens lexicais que entram em relações predicativas, independentemente da categoria sintática em que se manifestem (nome, verbo, adjetivo/advérbio, preposição); segundo, para dar conta do processo composicional que reconstrói o sentido das expressões complexas. Prosseguindo a definição de Dowty, agora reformulada para predicadores, primeiramente, define-se um papel temático individual como sendo o conjunto de todas as propriedades que se pode atribuir ao indivíduo através dos possíveis acarretamentos das expressões predicadoras. No exemplo:

(5) João beijou Maria.

¹⁴ Outros autores como FOLEY e VAN VALIN (1984), JACKENDOFF (1983, 1990), DOWTY (1989, 1991) já caracterizavam assim os papéis temáticos, a partir de categorias e relações primitivas.

¹⁵ A noção de acarretamentos é dada por: se A é verdade, B é necessariamente verdade (CHIERCHIA e MCCONNEL-GINET, 1990).

Podemos nos referir ao papel temático individual como sendo o conjunto de acarretamentos possíveis atribuídos a *João* pela expressão predicadora *beijar Maria*. Portanto, se é verdade que João beijou Maria, é verdade que:

- (6) a. João tem controle sobre a ação de beijar;
- b. João agiu, de um certo modo, intencionalmente;
- c. João desencadeou a ação de beijar;
- d. João tem boca;
- e. João tocou Maria; etc...

Em termos formais, temos:

Papel Temático Individual

Na descrição de um evento, seja um predicado δ de n -posições argumentais ϕ , e um argumento x_i desse predicador referindo-se ao indivíduo participante do evento: um “papel temático individual” $\langle \delta, i \rangle$ é determinado pelo conjunto de todas as propriedades α que se podem atribuir ao indivíduo τ tais que se efetiva o acarretamento $\theta [\delta(x_1, \dots, x_i, \dots, x_n) \rightarrow \alpha(x_i)]$

Em um segundo passo, define-se um papel temático-tipo como sendo uma interseção entre os acarretamentos que são comuns a todos os papéis temáticos individuais de argumentos de diferentes predicadores. Assim, em um grupo de verbos, como (7):

- (7) João beijou, assassinou, empurrou, atirou...

temos a interseção dos acarretamentos comuns atribuídos ao argumento *João* como sendo o papel temático-tipo. Ou seja, o papel temático-tipo é o conjunto de acarretamentos que são comuns a todos os papéis temáticos individuais do argumento *João* dos diferentes predicadores; por exemplo, *ter controle*, *desencadear um processo*, *ter iniciativa*, etc. A esse grupo de

acarretamentos, ou o papel temático-tipo do argumento externo de (7), podemos rotular de “agente”, mas sempre tendo em mente que termos como “agente”, “paciente”, “experienciador” e outros similares referem-se a certos papéis temáticos prototípicos, mais freqüentemente associados a um grande número de predicadores. Formalmente, temos:

(8) Papel Temático-Tipo

Seja um conjunto T de pares $\langle \delta, i_\delta \rangle$ em que δ é um predicador de n -posições argumentais e i_δ o índice de um de seus argumentos (possivelmente um diferente i para cada predicador):

- um papel temático-tipo τ é a intersecção de todos os papéis temáticos individuais determinados por T .

Mas como observa Dowty, (8) define um papel temático-tipo como a intersecção de *qualquer* conjunto de papéis temáticos individuais. Isso ainda deixa em aberto um problema: os propósitos teóricos a que visamos pressupõem um sistema de papéis temáticos específicos, ou seja, a caracterização empírica do sistema de papéis temático-tipo do português brasileiro, relevante para uma teoria gramatical. Temos, pois, que definir esse sistema de papéis temáticos-tipo; na verdade, temos que definir os acarretamentos que determinam certas propriedades semânticas dos argumentos, e que são relevantes para a explicação de certas generalizações gramaticais. Como essa parte empírica não tem relação direta com o objetivo deste artigo, remeto o leitor interessado a CANÇADO (2001a).

Vale ainda abrir parênteses para se mostrar a vantagem de assim se caracterizar os papéis temáticos. Com a atribuição composicional e a definição por acarretamentos de papel temático, livramo-nos de dois tipos de problemas que vêm permeando os estudos nessa área, desde então. Retomemos os exemplos e diáteses correspondentes (em termos descritivos):

- (9) a. Paulo quebrou o vaso com um martelo.
{Ag, Pac, Ins}
- b. Paulo quebrou o vaso com o empurrão que levou.
{Cau Ind, Pac, Cau Dir}
- c. Paulo quebrou a cabeça no acidente.
{Ben, Pac, Lug}
- d. Paulo quebrou a cabeça com aquele problema.
{Exp, Obj Est}

Como já comentamos acima, a atribuição de papel temático composicionalmente gera um problema para as diáteses e suas representações lexicais. Entretanto, do ponto de vista de atribuição de papel temático, se adotamos a atribuição composicional, não precisamos mais falar em quatro itens lexicais “quebrar” distintos, mas, sim, em quatro predicadores distintos: em a, *quebrar o vaso com um martelo* é o predicador atribuidor de agentividade a Paulo; em b, *quebrar o vaso com o empurrão que levou* atribui somente causatividade a Paulo; em c, *quebrar a cabeça no acidente* atribui o interesse a Paulo; e em d, *quebrar a cabeça com aquele problema* atribui a experiência a Paulo.

Um segundo ponto é que a definição proposta nos permite caracterizar os papéis temáticos de uma maneira mais flexível. É conhecido que uma das dificuldades para se caracterizar esses papéis de modo inequívoco está no fato de que os critérios usados nas definições nem sempre permitem distinguir argumentos de modo inteiramente exclusivo. Isto é, propriedades associadas ao agente, como a iniciativa, o controle e a intencionalidade, são reconhecidas em beneficiários e comitativos; a mudança ou afetação do objeto em determinados processos, que se gostaria de tomar como critério para a caracterização do paciente, atribui-se em muitos casos ao agente; agentes, pacientes, beneficiários comportam-se, se colocado o foco sobre o movimento envolvido em determinadas ações, como fonte, tema e meta; e assim por diante. Considerem as orações abaixo, comuns na linguagem coloquial:

- (10) a. O professor correu o garoto atrevido para fora da sala.
b. A mãe casou a filha bem.
c. O pai estudou todos os filhos até a faculdade.

Nas análises correntes, teríamos problemas para atribuir os papéis temáticos do objeto das sentenças em (10), porque *garoto/filha/filhos* seria um agente, no sentido em que eles, de certo modo, controlam a ação; entretanto, também, seriam classificados como pacientes no sentido em que são afetados pela ação do *professor/mãe/pai*. E, ainda, *professor/mãe/pai* também seriam classificados como agente.

A atribuição de dois papéis temáticos a um único argumento e de um único papel temático a dois argumentos de uma mesma sentença contraria o conhecido critério theta¹⁶, que é um critério aceito por várias correntes lingüísticas. Entretanto, se pensamos em um grupo de propriedades atribuídas ao argumento pelos acarretamentos da relação predador/argumento, como sendo o papel temático desse dado argumento, não teremos nenhum problema para classificar os papéis temáticos em (10). Ao *professor/mãe/pai* pode-se atribuir o seguinte papel temático: têm controle sobre a ação, desencadeiam um processo, etc., que descritivamente pode ser chamado de agente prototípico. Ao *garoto/filha/filhos* seria atribuído o seguinte papel temático: ter controle sobre o processo, desencadeiam um processo, são afetados por uma ação, etc., que descritivamente podemos chamar de agente/afetado ou paciente/agentivo. Notem que termos como “agente”, “paciente”, etc., dentro dessa perspectiva teórica, são meramente descritivos. Entretanto, se convenientemente bem caracterizados, podem ser utilizados, como um expediente prático, para distinguir argumentos em uma estrutura semântica. Pode-se fazer um paralelo desse uso com o que se faz na sintaxe para se designar noções estruturais, como as noções de “sujeito” e “objeto”.

¹⁶ O Critério-Theta é mantido, dentro da proposta de DOWTY (1989), pelas seguintes restrições:

Casos como estes têm desencorajado a incorporação dos papéis temáticos em uma teoria explícita da gramática (ou de princípios como o da hierarquia temática). Entretanto, não há nada de estranho nesses fatos, quando se pensa que os papéis temáticos se caracterizam justamente por essas variadas interseções possíveis (agente/paciente, agente/fonte, agente-destinatário). E é justamente o caráter mais flexível e aberto do conceito de papéis temáticos adotado que facilita a estratégia de atribuir um estatuto teórico não a papéis temáticos assim definidos, mas a certas propriedades cruciais para a gramática de uma dada língua.

2. O Papel do Léxico na Teoria

Recapitulando o apresentado, assume-se uma teoria gramatical em que o sentido é estruturado e sujeito a um tratamento sistemático: é a chamada semântica representacional. Portanto, além de um módulo sintático, incluindo aí a forma lógica, assume-se também uma semântica do sentido, em que se estabelecem relações predicativas (relações temáticas) que se relacionam com o mundo através de uma semântica referencial. Nesse módulo semântico é estabelecida uma estrutura conceitual. Encontram-se nessa estrutura as noções semânticas de papel temático e diátese dos predicadores. Essas noções não são primitivas, mas são funções derivadas das relações predicativas estabelecidas entre predicadores (itens lexicais ou expressões complexas), assumindo-se a noção de predicação semântica de FRANCHI (1997a). Ainda essas relações semânticas se encontram em um nível abstrato, não podendo se especificar seu conteúdo semântico. Para isso, usamos a definição reformulada de DOWTY

(i) **Compleitude**

Todo papel temático individual contém algum Papel Temático-Tipo, ou seja, a toda posição argumental de qualquer predicador é atribuído um único Papel Temático-Tipo.

(ii) **Distinção**

Toda posição argumental de um predicador é distinguida de qualquer outra posição argumental do mesmo predicador pelo Papel Temático-Tipo que lhes é atribuída.

(1989) em que o papel temático é um grupo de acarretamentos partilhados por argumentos determinados de certos predicadores. Portanto, noções como agente e paciente são simples rótulos para certos grupos de propriedades semânticas mais prototípicas da língua.

Nesse ponto, temos que voltar um pouco para esclarecer como se dá a passagem da estrutura ainda do evento (incluindo aí as noções de estados, processos e ações) para a expressão lingüística. Essa relação não é um-a-um. A estruturação conceitual dos eventos (da “realidade”) e a representação lingüística dessa estrutura interagem de uma maneira bastante complexa. Em um primeiro momento, depende da perspectiva adotada pelo falante. Ou seja, em um evento como :

- (11) <vaso> <com martelo>¹⁷
 <quebrar>
 <João>

O falante pode escolher, por exemplo, uma perspectiva agentiva para relatar o evento:

- (12) João quebrou o vaso com um martelo.

Ou, mesmo, uma perspectiva ergativa ou instrumental:

- (13) a. O vaso quebrou com o martelo.
 b. O martelo quebrou o vaso.

Reparem que esta escolha está sujeita a condições restritivas do léxico, morfologia e sintaxe. No exemplo em (11), imaginemos que se o falante tivesse a intenção de focalizar o ato de quebrar, certamente, a morfologia do português barraria a seguinte construção:

¹⁷ A notação usada representa o evento e não, os itens lexicais.

(14) *O quebramento do vaso por Paulo.

O falante teria que buscar outras alternativas possíveis na língua (lexicais, morfológicas ou sintáticas) para evidenciar a sua intenção, como, por exemplo, a propriedade sintática de topicalização:

(15) Quebrar o vaso, foi o que Paulo fez.

Podemos, assim, dizer que do evento no mundo para a representação semântica, o léxico, morfologia e respectivas propriedades podem ser descritos como filtros das múltiplas possibilidades em que podem se expressar os eventos.

Neste ponto, temos, então, uma estrutura conceitual semântica estruturada em função da perspectiva do falante e possibilidades da língua para se falar dos eventos. Essa estrutura conceitual é projetada na estrutura sintática via o Princípio da Hierarquia Temática que a organiza, determinando a ordem dos argumentos na sentença. Como já assumimos que as predicções e relações temáticas são determinadas pelas propriedades semânticas dos predicadores, possuindo um estatuto teórico no plano da representação, nesse quadro, não há, portanto, de se falar em atribuição de papéis temáticos na estrutura sintática. Essas relações vão se explicitar na sintaxe, ou se tornar visíveis para a interpretação via a Teoria dos Casos¹⁸. Para o português, há, basicamente, três mecanismos sintáticos de visibilidade dos papéis temáticos:

- o caso de visibilidade do argumento (A-visibility) na posição estruturalmente definida do complemento verbal e preposicional, via regência e adjacência;

- a visibilidade via "cópia" de traços do argumento no núcleo do predicador (H-visibility), nos casos de concordância verbal e adjetival;

¹⁸ CHOMSKY (1986) assume que um elemento é visível para a "marcação-theta" (e, pois, para a interpretação plena das funções temáticas) somente se lhe é atribuído um Caso, ou seja, se está em uma posição à qual é atribuído um Caso. Assim, formula-se o Princípio de Visibilidade associado ao Critério-theta:

- a visibilidade pela mediação das preposições.

Isso nos deixa com três posições sintáticas a considerar no estabelecimento da correspondência entre funções semânticas e funções gramaticais que serão referidas simplesmente como “sujeito”, “complemento”, e “adjunto”.

Ilustremos o mecanismo exposto acima, com um exemplo. Tomemos o evento no mundo:

(16) <vaso> <com martelo>
 <quebrar>
 <João>

Seja a perspectiva adotada pelo falante, a agentiva, que é uma possibilidade da língua. Atribuídos os acarretamentos, composicionalmente, a partir de todo o evento, restringidos pelos campos semânticos inscritos nas representações lexicais de cada item (como a definição para a diátese sugerida acima), temos a seguinte organização do evento em termos de estrutura conceitual:

(17) quebrar → { João → desencadeador com controle }
 { vaso → afetado }
 { com um martelo → desencadeador mediador }

É nesse ponto que entra o Princípio da Hierarquia Temática, organizando a estrutura conceitual para a sua projeção na estrutura sintática. Veremos à frente, que a hierarquia determina que a propriedade de controle é mais alta, a de afetado estaria logo abaixo e que a de desencadeador mediador, por um processo de concorrência com o desencadeador com controle (é o aspecto pluridimensional da hierarquia), recebe a posição mais baixa. A estrutura em (17), com as informações dadas pela hierarquia, é

(i) Cada argumento a aparece em uma cadeia contendo uma posição-theta visível P, e cada posição theta P é visível em uma cadeia contendo um único argumento a (pg.97).

projetada na sintaxe, e passando por todos os processos de visibilidade já explicitados sucintamente acima, coloca *João* na posição de sujeito, *vaso* na posição de objeto e *com o martelo* na posição de adjunto. E temos, finalmente:

(18) João quebrou o vaso com o martelo.

Fica mais claro, agora, os fundamentos de uma teoria dos papéis temáticos e a compreensão das várias representações sintáticas desse evento. O recorte discursivo que se faz na estrutura do evento e as relações que aí se estabelecem motivam uma determinada seleção de itens lexicais. Esses itens se compõem sintaticamente e ao mesmo tempo constroem o seu sentido mediante relações de predicação. Portanto, diátese e papéis temáticos são noções lingüísticas que dependem, em parte, do léxico atual disponível. E o léxico é visto, então, como um filtro para as possíveis instanciações sintáticas.

Falemos, pois, sobre o léxico nesta teoria. Como já realçamos acima, um primeiro problema para as propostas existentes em CANÇADO (1995a) e FRANCHI (1997b) é a existência de uma diátese que determine um conjunto de argumentos explícitos ou implícitos que *devem* ser realizados em determinadas posições sintáticas e que esteja representada no item lexical-predicador. Assumamos daqui para frente que a diátese de um predicador estabelece um campo de informações semânticas para a construção do sentido da sentença, aberto a novas informações e alterações da língua, e é esse campo que está marcado na representação lexical de cada item.

Ainda assim, resta um problema no que diz respeito às representações lexicais. Existem certas construções em que mesmo o sentido mais amplo de diátese não estaria expresso no léxico, mas, sim, no resultado da construção do sentido das expressões: é o caso das construções componenciais (no sentido de FRANCHI, 1997a). Um dos exemplos desse tipo de construção são as ocorrências envolvendo os chamados verbos leves.

FRANCHI (1997a:52), para falar sobre os predicadores complexos, usa as noções de composicionalidade e componencialidade:

Vou usar, um tanto arbitrariamente, os termos 'componencial' e 'composicional'. Com o primeiro, refiro-me ao fato de que é ao resultado da construção de uma expressão complexa $X = [YZ]$ que se deve atribuir uma propriedade da relação de X a outra expressão W , e não exclusivamente a propriedades de Y e de Z . Com o segundo termo, refiro-me aos casos em que se dá um processo transitivo pelo qual, se expressões X e Y contratam uma relação $R_{i,j}XY$, Y e Z contratam uma relação $R_{i,j}YZ$, então X e Z contratam uma relação $R_{i,j}XZ$.

Temos, pois, que a composicionalidade na língua é um processo transitivo em que o resultado final depende do sentido específico, ou melhor, da diátese expressa em cada item lexical participante desse processo, e está associada, sintaticamente, às posições de adjunção e predicados secundários:

(19) João quebrou o vaso com um martelo.

Somente a partir da diátese de *quebrar* em composição com a diátese de *com (um martelo)*, podemos estabelecer a diátese do predicador complexo que atribui agentividade a João: se João quebra o vaso com um instrumento e quem usa um instrumento para quebrar alguma coisa tem controle sobre essa ação, então, transitivamente, João tem controle sobre quebrar o vaso. Portanto, para o exemplo em (19), temos a diátese do predicador complexo expressa nos itens lexicais que o compõe.

Entretanto, não está muito claro como estará expressa no léxico a diátese dos predicadores formados por componencialidade. Como Franchi explicita, a componencialidade na língua é o resultado da construção de uma expressão complexa em que não entra exclusivamente as propriedades específicas de cada item lexical, e corresponde sintaticamente à posição dos complementos. Vejamos os exemplos:

- (20) a. O pai deu livros para a criança.
b. O pai deu alegrias ao filho.
c. O pai deu umas palmadas no menino.
d. O pai deu uma saidinha.
e. O pai/o ônibus deu umas voltas.

A representação da diátese do verbo *dar*, inscrita no léxico, seria:

- (21) *dar*: {Ag, Tema, Ben}

Os acarretamentos associados exclusivamente ao item lexical *dar*, como propõe DOWTY (1989), estão representados em (21). Porém, para os exemplos em (20b-e), não podemos mais pensar na diátese específica mostrada em (21), mas em diátesses de predicadores complexos em que entra o item lexical *dar*:

- (22) *dar alegrias*: {Cau Ind, Exp}

- (23) *dar umas palmadas*: {Ag, Pac}

- (24) *dar uma saidinha*: {Ag}

- (25) *dar voltas*: {Cau Dir}

O processo da construção dos predicadores complexos mostrados acima é o da componencialidade: existe uma construção a partir de dois itens lexicais em que não entra o sentido exclusivo destes. Vemos que *dar alegrias* tem uma diátese distinta de *dar umas palmadas*, *dar umas saidinhas*, etc. Portanto, a diátese desses predicadores complexos não tem sua representação correspondente expressa no léxico, causando um problema para a representação lexical. Certamente, não seria desejável assumir que as construções acima são expressões idiomáticas; provavelmente, essas expressões não se achariam listadas no léxico pois são

bastante produtivas. Poderíamos, ainda, argumentar que o verbo *dar* é esvaziado semanticamente; como *ter*, por exemplo:

- (26) a. João *tem* dinheiro/casa/... {Possuidor, Possuído}}
- b. João *tem* vergonha/medo... {Exp}
- c. João *tem* classe/charme... {Atributo}
- d. A fazenda *tem* bois/ bananas...(sentido existencial)

Mas, como mostra FRANCHI (1997a), esse processo não se limita a verbos leves:

- (27) a. João *preparou* o material para a prova. {Ag, Tema}
- b. O ciclista *preparou* a bicicleta para a prova. {Ag, Res}
- c. João *terminou* o quadro. {Ag, Res}
- d. O ônibus *terminou* o circuito. {Tema, Trajetória}
- e. O ônibus *terminou* no ferro velho. {Pac}

Poderíamos ter uma explicação específica para construções com *dar*, *ter*, por serem ocorrências bem particulares. Entretanto, o que dizer dos outros verbos? Podemos assumir que nesses processos a diátese derivada das relações de predicação não está expressa no léxico, o que não parece muito desejável pois estaríamos eliminando o léxico de certos processos e outros não. Além de ser uma solução ad hoc, estaríamos assumindo uma posição bastante ingênua: a inexistência de um léxico para certas ocorrências da língua. Isso nos colocaria diante de outro grave problema: se não existe léxico porque usar um item lexical e não outro? Ou podemos assumir, que diante da hipótese de um léxico mais amplo, menos restritivo, o sentido final pode ser recuperado, pelo menos em parte, por alguma propriedade em comum a todas as ocorrências daquele item lexical, se isso for possível. É uma hipótese a ser avaliada, ou pelo menos uma questão a ser esclarecida a respeito do léxico dentro do modelo da Teoria Generalizada dos Papéis temáticos.

Faço essas colocações apenas como um começo de discussão sobre a atuação real do léxico em uma teoria gramatical.

Existem inúmeras questões problemáticas envolvendo esse tipo de construção componencial, principalmente, em estudos sobre os verbos leves, sendo relevante, pois, uma maior reflexão sobre o assunto. Certamente, as hipóteses acima acarretarão consequências ainda não analisadas. E, certamente, algumas respostas podem ser dadas dentro de outras perspectivas teóricas. Porém, com este artigo, pretendo que esses problemas, sempre tão discutidos em outros quadros teóricos, possam ser tratados dentro da perspectiva semântica de uma teoria de papéis temáticos incorporada a uma teoria gramatical.

3. Considerações Finais

Para concluir, desejo argumentar um pouco em favor do modelo aqui apresentado, já que se trata de um modelo não conhecido e, que, também, atribui estatuto teórico ao conteúdo semântico dos papéis temáticos, postura essa não muito prestigiada na literatura lingüística. Primeiramente, podemos argumentar que adotando-se uma teoria gramatical com uma semântica estruturada, alivia-se em grande parte a sintaxe da língua: não é necessário mais se falar em papéis temáticos nesse componente. Evidentemente, alguns poderiam contra-argumentar que, em compensação, aumenta-se um componente na teoria gramatical. Entretanto, temos evidências de que existem certas propriedades semânticas que são relevantes para a estruturação sintática das línguas, e insistir em um modelo onde o conteúdo semântico dos papéis temáticos é levado em consideração não é uma simples questão de gosto. Isso se deve à existência de alguns dados empíricos que corroboram a necessidade para uma teoria gramatical de se distinguir semanticamente esses papéis. Ou seja, se existem questões de natureza semântica, mais especificamente, questões envolvendo o conteúdo semântico dos papéis temáticos que restringem e/ou ordenam a estruturação sintática das orações, estas devem fazer parte, pois, de uma teoria gramatical.

Por exemplo, no processo de ergativização:

- (28) a. José quebrou *o vaso de barro*.
b. José encheu *o vaso de barro* com terra vegetal.
c. José modelou *um vaso de barro*.
d. José colocava *o vaso de barro* na estante.
- (29) a. *O vaso de barro* quebrou.
b. *O vaso de barro* encheu com terra vegetal.
c. **O vaso de barro* modelou.
d. **O vaso de barro* colocou.

A sintaxe não tem nenhuma explicação para as não-ocorrências em (28c e d). Para WHITAKER-FRANCHI (1989), existem certas restrições semânticas que barram essas frases:

- a ergativização não é possível quando o verbo é necessariamente agentivo;
- a ergativização só ocorre quando o argumento interno é um objeto afetado pelo processo.

Um outro exemplo de que existem restrições de natureza semântica para que certas propriedades sintáticas ocorram é o processo de passivização. CANÇADO (1995a) lança a hipótese de que para serem aceitas as construções passivas, o papel temático do argumento externo na construção ativa tem que ter a propriedade de controle ou causação direta. Vejamos que nas frases abaixo, consideradas estativas, em que não há os traços de controle ou causa direta, as passivas não são aceitas:

- (30) a. O fazendeiro tem/possui cem alqueires de terra.
b. *Cem alqueires de terra são tidos/possuídos pelo fazendeiro.

Mas observem que se usarmos os mesmos verbos, porém, para descrevermos eventos que tenham características agentivas,

cujo traço de controle estaria presente na posição de argumento externo, a passiva é razoavelmente boa:

- (31) a. Suzana teve seus três filhos em uma cabana.
b. ?Os três filhos de Suzana foram tidos em uma cabana.
- (32) a. O diabo possuiu o homem totalmente.
b. O homem foi possuído pelo diabo.

O mesmo caso ocorre nos exemplos abaixo:

- (33) a. João recebeu uma herança.
b. A herança foi recebida por João.
- (34) a. João recebeu um tapa.
b. *O tapa foi recebido por João.

Veja que (33) acarreta o controle de João, ao contrário de (34). Isso pode ser visto pelas ocorrências abaixo, que pressupõem controle por parte dos sujeitos das frases; se não há o controle, a sentença não é boa:

- (35) a. João não vai mais receber a herança; ele a rejeitou.
b. *João não vai mais receber um tapa; ele o rejeitou.

Um último exemplo é o dos chamados verbos psicológicos. A literatura diz que ocorre um estranho fenômeno com essa classe de verbos em que os papéis temáticos de experienciador e tema aparecem tanto na posição de sujeito como na posição de objeto; não existe outra classe de verbos transitivos em que ocorra tal fenômeno:

- (36) a. João temia os fantasmas.
Exp Tema
b. Os fantasmas assustavam João.
Tema Exp

- BARWISE, J. & J. Perry (1983). *Situations and Attitudes*. Cambridge (MA): MIT Press.
- BELLETTI, A. e L. Rizzi (1988). Psych Verbs and Theta-Theory. *Natural Language and Linguistic Theory* 6: 291-352.
- CANÇADO, M. (1995a). Verbos Psicológicos: A Relevância dos Papéis Temáticos Vistos sob a Ótica de uma Semântica Representacional. Tese de Doutorado. Unicamp.
- _____ (1995b). A Teoria da Proeminência de Grimshaw e os Psico-Verbos do Português Brasileiro. *DELTA*. 11.2: 279-299.
- _____ (1997). Os Psico-Verbos do Português Brasileiro e a Hipótese Inacusativa de B&R: Indícios para uma Proposta Semântica. *DELTA* 13.1: 119-139.
- _____ (2000). O Papel do Léxico em uma Teoria dos Papéis Temáticos. *D.E.L.T.A.* 16.2: 297-321.
- _____ (2001a). Os Papéis Temáticos. Em *Tópicos de Semântica*. Orgs.: A. Müller, E. Negrão, e M. J. Foltran, USP. Livro a ser editado.
- _____ (2001b). Teoria Generalizada dos Papéis Temáticos: Uma Resenha Crítica. Em *Franchi na USP*. Livro a ser editado.
- _____ (2001c) Uma Proposta de Hierarquia Temática para o Português Brasileiro. Manuscrito. UFMG.
- CANÇADO, M. & FRANCHI, C. (1999). Exceptional Binding With Psych-Verbs? *Linguistic Inquiry* 30:1: 133-143.
- CHIERCHIA, G. (1984). Topics in the syntax and semantics of infinitives and gerunds. Amherst: University of Massachusetts dissertation. [Published, New York: Garland Press, 1988].
- _____ (1989). Structured Meanings. IN: Chierchia, Hall-Partee e Turner (eds): 131-166.
- CHIERCHIA, Partee e Turner (eds.)(1989). *Properties, Types and Meaning. Studies in Linguistic and Philosophy*, 2: Semantic Issues. Daordrecht: Kluver.
- CHIERCHIA, G. & McConnell-Ginet (1990). *Meaning and Grammar: An Introduction to Semantics*. Cambridge: MIT Press.
- CHOMSKY, N. (1981). *Lectures on Government and Binding*. Dordrecht: Foris.

- _____ (1986). *Knowledge of Language: Its Nature, Origin and Use*. New York: Praeger.
- CINQUE, G. (1980). On Extraction from NP in Italian. *Journal of Italian Linguistics* 5: 47-99.
- CULICOVER, P. W. (1988). Autonomy, Predication, and Thematic Relations. IN: Wilkins (ed): 37-61. *Thematic Relations- Syntax and Semantics* 21. New York: Academic Press.
- DI SCIULLO, A. M. & E. Williams (1987). On the Definition of Word. *Linguistic Inquiry Monograph* 14. Cambridge (MA): MIT Press.
- DOWTY, D. R. (1989). On the Semantic Content of the Notion of Thematic Role. IN: Chierchia, Partee e Turner (eds.): 69-129.
- _____ (1991). Thematic Proto-Roles and Argument Selection. *Language* 67: 547-619.
- FILLMORE, C. (1968). The Case for Case. IN: E. Bach e R. Harms (eds). *Universals in Linguistic Theory*. New York: Holt, Rinehart and Winston.
- FOLEY, W. A. & VAN VALIN JUNIOR R. D. (1984). *Functional Syntax and Universal Grammar*. Cambridge: Cambridge University Press.
- FRANCHI, C. (1975). *Hipóteses para uma Teoria Funcional da Linguagem*. Tese de Doutorado. UNICAMP.
- _____ (1977). Linguagem - Atividade Constitutiva. *Almanaque* 5: 9-27. São Paulo.
- _____ (1997a). Predicação. Manuscrito. Unicamp.
- _____ (1997b). *Teoria Generalizada dos Papéis Temáticos*. Manuscrito. Unicamp.
- GIORGI, A. & LONGOBARDI (1991). *The Syntax of Noun Phrases*. Cambridge: Cambridge University Press.
- HIGGINBOTHAM, J. (1985). On Semantics. *Linguistic Inquiry* 16: 547-593.
- ILARI, R. & FRANCHI, C. (1994). "Piero é andato a farsi tagliare i capelli": estratégias de detematização nas línguas românicas. Resumos do 1o Congresso Internacional da ABRALIN. Salvador: UFBA.

- JACKENDOFF, R. (1983). *Semantics and Cognition*. Cambridge (MA): MIT Press.
- _____ (1987a). *Consciousness and Computational Mind*. Cambridge (MA): MIT Press.
- _____ (1987b). The Status of Thematic Relations in Linguistic Theory. *Linguistic Inquiry* 18: 369-411.
- _____ (1990). *Semantic Structures*. Cambridge (MA): MIT Press.
- MARANTZ, A. P. (1984). *On the Nature of Grammatical Relations*. Cambridge (MA): MIT Press.
- STOWELL, T. (1981). *Origins of Phrase Structure*. Tese de Doutorado. MIT.
- TORREGO, E. (1984). *On Empty Categories in Nominals*. Manuscrito. University of Massachusetts.
- WHITAKER-FRANCHI, R. C. M. (1989). *As Construções Ergativas: Um Estudo Sintático e Semântico*. Tese de Mestrado. Unicamp.

Capítulo 6:
GRAUS DE TRANSITIVIDADE E O OBJETO
INCORPORADO EM PORTUGUÊS
REVISITADOS

Maria Elizabeth Fonseca Saraiva
Clézio Roberto Gonçalves

Neste trabalho, pretendemos, em primeiro lugar, verificar o grau de transitividade de estruturas portando objeto incorporado, tomando como referência o instrumental teórico-metodológico apresentado em “Transitivity in grammar and discourse” (HOPPER & THOMPSON, 1980). Para tanto, tais estruturas serão analisadas a partir dos dez traços de transitividade analisados no referido texto.

Em segundo lugar, é nosso objetivo examinar a correlação entre o grau de transitividade das orações com objeto incorporado e sua distribuição nos cinco planos discursivos descritos por AZEVEDO (1992), a saber: discurso direto (DD), figura (FIG), categoria intermediária (CI), fundo (FUN) e fundão (FUND).

Este texto, na realidade, representa um prosseguimento das investigações registradas em SARAIVA (1992; 1997; 2000, dentre outros) e em GONÇALVES (1999). Por isso, não vamos retomar conceitos já devidamente explorados nessas obras, como a caracterização dos planos discursivos sob a perspectiva de AZEVEDO

(1992) e a noção de transitividade como uma propriedade escalar que se distribui por todos os constituintes da oração, conforme defendida por HOPPER & THOMPSON (1980).

Todavia cabe mencionar que, por **objeto incorporado**, estamos entendendo o objeto representado por um **SN nu**, isto é, SN constituído somente do nome comum, em sua forma básica. Conforme defendido em SARAIVA (1997; 2000), tal constituinte não tem autonomia sintática, no sentido de que seleciona a posição imediatamente após o verbo como a única natural para sua colocação. Sob a perspectiva semântica, verifica-se que esse SN é não referencial, isto é, não representa referentes (entidades ou papéis, de acordo com a conceituação de LIBERATO (1997)). Em decorrência dessa propriedade, espera-se que, do ponto de vista pragmático, o SN nu objeto não seja usado para introduzir nem retomar participantes do discurso.

Em SARAIVA (1997; 2000) e em GONÇALVES (1999), demonstra-se que o objeto incorporado tem uma função classificatória em relação ao verbo, isto é:

“o sentido do nome [nessas construções] associa-se tão intimamente com o sentido do verbo, que os dois elementos, Verbo + SN, passam a formar um todo semanticamente coeso, a traduzir uma idéia unitária. [...] Em outras palavras, o conjunto Verbo + SN passa a designar um tipo de ação ou processo expresso pelo verbo”. (SARAIVA, 1997:50).

Desse modo, em dados como:

- (1). Fui **buscar menino** no colégio às cinco horas.
- (2). Vou **passar roupa** à tarde.
- (3). Detesto **trocar fralda**, mas gosto de **dar mamadeira**.

as expressões destacadas representam diferentes tipos de ação. Em (3), por exemplo, **trocar fralda** é considerada uma atividade diferente de **trocar carro**, **trocar dinheiro**, **viajar**, **andar** etc.

¹ Cf. SARAIVA (1997), para maior informação sobre a conceituação deste constituinte.

Os dados para a análise a ser apresentada são 87 casos de objeto incorporado detectados em treze narrativas orais espontâneas do português brasileiro, gravadas individualmente, com duração total de 2h 49' 43". Todas as situações de narrativas orais foram veiculadas por um informante e um documentador. Os informantes tinham conhecimento prévio das gravações e, em parte, da sua finalidade.

As narrativas foram registradas sem a presença de outros indivíduos que não o documentador e o informante. A opção por esse procedimento visou, sobretudo, a permitir que as narrativas fluíssem o mais espontaneamente possível. Já do ponto de vista do desenvolvimento temático, foi concedida, aos participantes, uma total liberdade de escolha dos temas tratados no decorrer das interações. A única orientação que lhes foi transmitida refere-se ao fato de que o assunto deveria ser uma situação real, em que o informante tivesse sido emocionalmente envolvido e que o documentador ainda não tivesse tido conhecimento, para evitar pressupostos, referência às informações compartilhadas anteriormente, etc.

Seguindo-se a proposta de LABOV (1972), pediu-se que os informantes narrassem filmes a que tivessem assistido e de que houvessem gostado muito (e do qual o documentador ainda não tivesse tido conhecimento), ou situações de risco de vida, tristes e/ou cômicas, em que os falantes tivessem se envolvido. À medida que os informantes iam se envolvendo emocionalmente com os fatos narrados, eles iam se tornando mais espontâneos, utilizando uma modalidade de língua mais próxima da coloquial espontânea.

Tendo essas orientações, os narradores contaram fatos dos quais, em geral, participaram e que julgaram importante narrar. Não houve qualquer orientação referente ao tempo máximo de gravação, ficando o informante totalmente despreocupado e com total liberdade de utilizar o tempo que julgasse necessário para narrar o(s) fato(s).

Os narradores têm perfil semelhante. São todos falantes do português do Brasil, nascidos no estado de Minas Gerais, e, na sua maioria, sempre residiram em Belo Horizonte, uma das

maiores e mais populosas cidades do país. A faixa etária está situada entre 20-50 anos. Têm nível de escolarização indo de formação universitária a pós-graduação (doutorado), sendo nove deles do sexo feminino e quatro do sexo masculino.

O grau de intimidade entre os locutores é considerado grande, uma vez que alguns narradores são primos dos documentadores, outros são colegas de trabalho, amigos, enfim, pessoas próximas. A escolha dos narradores se fez, de modo geral, considerando-se como critérios básicos: ter formação universitária, ter nascido no estado de Minas Gerais, ser residente em Belo Horizonte há pelo menos dez anos e ser falante do português brasileiro.

Foram garantidos sigilo e anonimato totais aos informantes, não somente para respeitar as normas éticas das pesquisas acadêmicas, como também para propiciar o máximo de espontaneidade durante as gravações.

Os documentadores são todos estudantes do curso de Letras (graduação e pós-graduação) da Universidade Federal de Minas Gerais.

Atendendo ao primeiro objetivo deste trabalho, a verificação do grau de transitividade das estruturas com objeto incorporado, convém lembrar que os dez traços que compõem a noção de estrutura transitiva canônica, propostos por HOPPER & THOMPSON (1980), podem ser assim reorganizados: cinco focalizam mais de perto propriedades concernentes ao verbo (**cinese, aspecto, pontualidade, afirmação e modo**), dois dizem respeito ao sujeito (**agentividade e volição**), dois estão relacionados ao objeto (**afetação e individuação do objeto**) e um tem relação com o número de participantes envolvidos (**participantes**).

Antes de se apresentar, na tabela I a seguir, o resultado da análise efetuada, deve-se esclarecer que, na averiguação do grau de transitividade de cada uma das estruturas portando objeto incorporado, partiu-se do pressuposto de que tais orações podem acumular, no máximo, sete traços positivos dos dez acima mencionados.

Esse pressuposto baseia-se no fato de que, em primeiro lugar, nas construções em pauta, a posição sintática de objeto direto não é ocupada por um participante efetivo do discurso, dadas as próprias características semânticas do objeto incorporado, conforme já mencionado. Em segundo lugar, ainda tendo como referência essas mesmas características, pode-se afirmar, também, que os traços concernentes ao objeto não se aplicam à construção em foco. Logo, de saída, vê-se que as estruturas com objeto incorporado não são transitivas prototípicas, na concepção de HOPPER & THOMPSON, por não apresentarem os dez traços referidos para tais construções.

Cabe, no entanto, verificar quais das outras propriedades estão presentes ou ausentes nessas estruturas. Observem-se, então, na Tabela I, a seguir, os resultados obtidos²:

² A marcação “—” indica que os traços não se aplicam.

TABELA I
TRAÇOS DE TRANSITIVIDADE EM ORAÇÕES
COM OBJETO INCORPORADO

TRAÇOS	PROPRIEDADES	N.º DE ORAÇÕES	%
CINESE	Ação	54	62,0
	Não-ação	33	38,0
ASPECTO	Perfectivo	25	28,7
	Não-perfectivo	62	71,3
PONTUALIDADE	Pontual	23	26,4
	Não-pontual	64	73,6
AFIRMAÇÃO	Afirmativo	74	85,0
	Negativo	13	15,0
MODO	Real	74	85,0
	Irreal	13	15,0
PARTICIPANTES	Dois ou + participantes	0	0,0
	Um participante	87	100,0
AGENTIVIDADE	Agente	55	63,2
	Menos-agente	32	36,8
VOLIÇÃO	Mais-volitivo	55	63,2
	Menos-volitivo	32	36,8
AFETAÇÃO DE OBJETO	Objeto afetado	---	---
	Objeto não-afetado	---	---
INDIVIDUAÇÃO DE OBJETO	Objeto individualizado	---	---
	Obj. não-indivdua- lizado	---	---

Nesta tabela, resultante da análise das 87 construções com objeto incorporado, registram-se os percentuais obtidos com relação a cada traço. Examinem-se, pois, os comentários a seguir, acompanhados de trechos exemplificando cada propriedade investigada:

A) CINESE:

Das estruturas oracionais com objeto incorporado, 62% apresentam verbos de “ação”, como em³:

- (4). (...) não tinha “*Mc Donald’s*”... nem “*Burger King*”... nem nada...
aí então... fui experimentar
comer “*pizza*”...
não tinha “*Pizza Hut*”...
então fui numa outra pizzeria lá...(…)

e 38% são verbos de “não-ação”, conforme a estrutura, em negrito, que segue:

- (5). (...) aí... ele vai chega no espelho... AH:::: aquele grito assim::
eu tô MAgro...
eu NÃO tenho PApo... (...)

B) ASPECTO:

Registram-se, quanto a esse parâmetro, 28,7% de estruturas com verbos “perfectivos” e 71,3% de verbos “não-perfectivos”. Os exemplos (6) e (7), com orações em negrito, ilustram, respectivamente, cada propriedade:

- (6). (...) e eles prepa/depois que eles me prepaRAram...
ela tomou BAnho...
e ficou coMIgo... (...)

³ A transcrição das narrativas seguiu de perto as sugestões do Projeto NURC/SP-1986, com algumas adaptações. Para mais informações, consulte-se GONÇALVES (1999:59 ss).

- (7). (...) **tem dias...**
que eu tenho aula à noite...
e quem:: Fica no... éh::...com a Nata::sha... éh... o
Carlos meu maRIdo... (...)

C) PONTUALIDADE:

Este traço, que se refere à existência ou não de intervalo de tempo entre o início e o fim de uma ação, se manifesta do seguinte modo nas orações com objeto incorporado do *corpus*: 26,4% de verbos “pontuais” e 73,6% de verbos “não-pontuais”. Apresentam-se, a seguir, orações com verbo “pontual” e “não-pontual”, respectivamente:

- (8). (...) então foi assim um prazer iMENso...
porque eles já subiram as monta::nhas...
eles já fo::ram... éh::... já tiraram foto...
então foi assim::... uma confraternização ecológica...
éh::... (...)
- (9). (...) o fogo tava pegando no motor...
foi lá trás perto do motor...
pegou duas mochilas...
{pra salvar as mochilas ((risos)) /AHN/}
e saiu...
{e a gente desesperada ..e a combi pegando fogo... /
E AÍ?/} (...)

D) AFIRMAÇÃO:

A pesquisa demonstra que, no *corpus* em análise, 85% das estruturas com objeto incorporado são afirmativas, enquanto 15% são negativas. Para exemplificar as ocorrências de estrutura afirmativa e negativa, considerem-se, respectivamente, as citações seguintes, em negrito:

(10). (...) então aqui é faCÍ::limo de assalto...
eles assaltam aqui...
e saem correndo para o meio do mato...
então:: eu já presenciei assalto aqui na porta... sabe?
(...)

(11). (...) eu tenho aquela sensação
que ele não toma banho...
() cê vê que engraçado... (...)

E) MODO:

Quanto a esse traço, há preferência pelo modo “real” – 85% –, como na oração, em negrito, que segue:

(12). (...) porque eu não conseGUIa eliminar as águas...
elas era muito FORtes...
eu estava num local ...
em que o rio faz curva...
e realmente a força das águas ali eram muito
inten::sas... (...)

(13). (...) **a mi::nha... a minha intenção era sair...daqui...** O modo “irreal” apresenta-se em 15% das estruturas com objeto incorporado. A citação abaixo numerada (13), exemplifica esta propriedade:

pegar o ônibus...
ir pra LÁ...
ir pra Diamanti::na ...
chegar em Diamantina...
ir diREto pra faculdade...
faZER a parte da manhã... de aula...
e:: na hora do alMOço... eu procuraria luGAR
pra ficar::... (...)

F) PARTICIPANTES:

Conforme já mencionado anteriormente, a análise efetuada partiu do pressuposto de que a posição sintática do objeto direto, nas estruturas em foco, não seria levada em conta quanto a essa propriedade, já que as características semânticas do objeto incorporado revelam não ser este constituinte possível de se comportar como participante efetivo. Desse modo, para o registro do número de participantes envolvidos, só a posição do sujeito foi considerada. O resultado obtido é o seguinte: 100% das estruturas com objeto incorporado têm apenas um participante envolvido, como a citação seguinte:

- (14). (...) aí chega oito horas...
{ não tem ninguém... neNHUM público... /UHN/ }
aí chega o Guigui... da Sonho e Drama desesperado
oh gen::te... a gente fez divulgação...
mas esse povo daqui... nun::ca viu teatro...
num deve entender::... (...)

G) AGENTIVIDADE:

Registram-se, quanto a esse parâmetro, nas estruturas em foco, 63,2% de sujeito gramatical agente e 36,8% de sujeito gramatical menos-agente. Os exemplos (15) e (16), com orações em negrito, ilustram, respectivamente, cada propriedade:

- (15). (...) ado::ro você...
você:: conta piada... BEM demais:::
você sabe
gozar dos defeitos dos outros e tal... (...)
- (16). (...) e... no terceiro... DI::a. ... que eu estava no hospital...
a Nata::sha teve hecterÍcia () hecterícia... né?...
{ que eles falam de amareLÃO né?...{/UHN::/}
e aí eu fiQUEI:: mais tem:po... (...)

H) VOLIÇÃO:

Com referência a esse traço, cabe comentar que, na realidade, é uma das propriedades que compõem a própria noção de agente típico⁴. Contudo, tendo em vista que HOPPER & THOMPSON os separam em sua análise, neste trabalho seguiu-se esta orientação. No entanto, tomou-se a decisão de atribuir às estruturas examinadas quanto a essa propriedade, a mesma marca atribuída à agentividade, salvo interpretação clara em contrário. Os resultados obtidos, registrados na tabela I, são: 63,2% de verbos “volitivos” e 36,8% de verbos “não-volitivos”.

Apresentam-se, a seguir, orações com verbo “volitivo” e “não-volitivo”, respectivamente:

(17). (...) ado::ro você...

você:: conta piada... BEM demais::

você sabe

gozar dos defeitos dos outros e tal... (...)

(18). (...) e... no terceiro... DI::a ... que eu estava no hospital...

a Nata::sha teve hecteRÍcia () hecterícia... né?...

{que eles falam de amareLÃO né?...{/UHN::/}

e aí eu fiQUEI:: mais tem:po... (...)

I e J) AFETAÇÃO E INDIVIDUAÇÃO DO OBJETO:

Também com relação a essas duas propriedades, já se observou que não foram consideradas na análise realizada, uma vez que a própria conceituação de objeto incorporado deixa claro que tais ingredientes semânticos não se aplicam a esse tipo de objeto. Torna-se, pois, dispensável apresentar mais exemplos ilustrando esse fato.

⁴ Observe-se, a esse respeito, o comentário apresentado em SARAIVA (1992).

O passo seguinte desta pesquisa, registrado na Tabela II, que se encontra abaixo, consiste em verificar quantas estruturas com objeto incorporado apresentam de um a sete traços de alta transitividade (traços positivos)⁵, já que não se espera que tais estruturas possam apresentar um número superior a sete traços, conforme comentado. Essas estruturas são, ainda, distribuídas nas cinco categorias discursivas propostas por AZEVEDO (1992).

TABELA II
NÚMERO DE ESTRUTURAS COM TRAÇOS
POSITIVOS DE TRANSITIVIDADE NAS CINCO
CATEGORIAS DISCURSIVAS

Nº de traços	DD	FIG	CI	FUN	FUND
10	—	—	—	—	—
09	—	—	—	—	—
08	—	—	—	—	—
07	1	11	—	1	—
06	—	1	—	—	—
05	2	2	3	19	—
04	1	7	3	3	7
03	1	2	1	1	—
02	1	—	1	10	—
01	4	—	—	4	1

analisadas, apenas 14 portam o mais alto grau de transitividade previsto para as sentenças com objeto incorporado: 7 traços positivos. Além disso, essas orações vêm distribuídas assim: 1 no Discurso Direto, 11 na Figura e apenas 1 no Fundo. Não se registra nenhum caso de 7 traços positivos na Categoria Interme-

⁵ Para o traço de alta transitividade, marca-se a oração com o traço [+] e para o de baixa transitividade, [-].

diária e no Fundão. Com 6 traços positivos, há apenas 1 oração da Figura.

Tendo em vista que, pela análise de HOPPER & THOMPSON (1980), para uma estrutura ser considerada como mais transitiva, ou seja, mais alta em uma escala de transitividade, deve ser marcada positivamente para 6 traços pelo menos, conclui-se que somente 14 das 87 sentenças com objeto incorporado portam alto grau de transitividade.

Logo, a grande maioria das construções em foco (73 casos) apresenta apenas de 1 a 5 traços positivos de transitividade, o que as caracteriza como menos transitivas. Essa constatação é significativa na medida em que se pode estabelecer uma correlação entre presença de objeto incorporado e baixo grau de transitividade.

Além disso, observando-se na tabela II que das 14 estruturas com alto grau de transitividade, 12 se alocam na Figura, vê-se confirmada mais uma correlação: alto grau de transitividade e Figura, baixo grau de transitividade e Fundo. Com exceção de 1 caso, todas as sentenças pertencentes ao Fundo narrativo portam baixo grau de transitividade.

As considerações acima estão sintetizadas na Tabela III, a seguir, na qual se apresentam, em cada categoria discursiva, as percentagens relativas à ALTA e à BAIXA transitividade.

TABELA III
PERCENTUAL DE ESTRUTURAS COM ALTA
E BAIXA TRANSITIVIDADE NAS
CATEGORIAS DISCURSIVAS

Categorias Discursivas	Oração	Número de orações	%
DISCURSO DIRETO (10)	Alta transitividade	01	10
	Baixa transitividade	09	90
FIGURA (23)	Alta transitividade	12	52
	Baixa transitividade	11	48
CAT. INTERMEDIÁRIA (08)	Alta transitividade	00	0
	Baixa transitividade	08	100
FUNDO (38)	Alta transitividade	01	3
	Baixa transitividade	37	97
FUNDÃO (08)	Alta transitividade	00	0
	Baixa transitividade	08	100

Confirmando o que se disse mais acima, 97% das sentenças com objeto incorporado alocadas no Fundo portam baixo grau de transitividade. Por outro lado, das sentenças distribuídas na Figura, 52% apresentam características de alta transitividade.

Em suma: as construções em foco neste trabalho confirmam as expectativas de HOPPER & THOMPSON (1980) de uma "sintonia" entre traços de transitividade e planos da narrativa. Das correlações aqui estabelecidas, deve-se destacar, mais uma vez, a seguinte: a estrutura com objeto incorporado/baixo grau de transitividade/Fundo da narrativa.

Referências Bibliográficas:

- AZEVEDO, Adriana. (1992) *Tempo, modo e aspecto verbal na estruturação do discurso narrativo*. Dissertação: Mestrado, Belo Horizonte: FALE/UFMG.
- CASTILHO, Ataliba T. de, PRETI, Dino (orgs.) (1986). *A linguagem falada culta na cidade de São Paulo: materiais para seu estudo*. São Paulo: T. A. Queiroz, v. 1.
- GONÇALVES, Clézio R. (1999). *O objeto incorporado no discurso narrativo do português*. Dissertação (Mestrado), Belo Horizonte: FALE/UFMG.
- HOPPER, Paul J. & THOMPSON, Sandra A. (1980) Transitivity in grammar and discourse. *Language*, v. 56, nº 2. p. 251-299.
- LABOV, William. (1972). *The transformation of experience in narrative syntax*. In: *Language i the inner city*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press.
- LIBERATO, Yara G. (1997). *A estrutura do SN em português: uma abordagem cognitiva*. Belo Horizonte: FALE/UFMG (Tese: Doutorado em Lingüística).
- SARAIVA, Maria E. F. (1992). O objeto incorporado em português. *Cadernos de pesquisa*. NAPq, FALE/UFMG, nº 2.
- _____. (1997). *Buscar menino no colégio: a questão do objeto incorporado em português*. Campinas (SP): Pontes.
- _____. (2000). A distribuição do objeto incorporado no discurso narrativo do português. *LAÇOS*. Rio de Janeiro: Assel-Rio/UFRJ, v. 1, p. 111-130.

Capítulo 7

QUESTÕES DE ORDEM NO SN EM PORTUGUÊS

Yara Goulart Liberato

Introdução

Em LIBERATO (1997), propus uma análise do SN baseada na hipótese de que sua forma é parcialmente determinada por sua função referencial. Foram identificadas algumas funções semânticas exercidas pelos elementos componentes do SN, definidas com base na sua contribuição para os processos cognitivos envolvidos na delimitação/identificação do referente.

A análise proposta parece necessária para explicar algumas restrições de ocorrência entre os elementos do SN. O objetivo deste artigo é apresentar algumas dessas restrições, particularmente restrições de ordem entre os elementos que exercem as funções de *classificador*, *subclassificador* e *qualificador*.

Classificador, subclassificador e qualificador

O *classificador* foi definido como o termo cuja função no SN é *delimitar a classe mais ampla da descrição em que o referente é enquadrado*.

Para se referir a uma entidade, o falante dispõe de vários recursos linguísticos, como usar um *nome próprio*, um *pronome* ou um *SN descritivo*. Ao usar um SN descritivo, o que o falante faz é fornecer ao ouvinte uma descrição do referente, suficientemente detalhada para distingui-lo de todos os outros referentes possíveis no universo do discurso. Quando descrevemos um referente, o que fazemos é fornecer traços que o caracterizam. E atribuir uma característica a um referente é enquadrá-lo em uma classe. Podemos, por exemplo, descrever um referente como pertencente à classe dos vinhos:

(1) O vinho está muito bom.

Ou enquadrá-lo em uma subclasse de vinhos:

(2) O vinho australiano está muito bom

Dependendo das informações disponíveis no contexto da conversação, a descrição do referente pretendido pode envolver uma hierarquia complexa de subclasses que vão sendo expressas no SN. Assim a descrição será tão detalhada quanto necessário para a identificação adequada do referente pretendido.

Vale lembrar que a adequação da descrição depende do contexto em que é utilizada. Tanto o nível de detalhamento, quanto as próprias características escolhidas para constar na descrição, vão variar dependendo da situação. Toda descrição, mais ou menos detalhada, começa com uma classe mais ampla que pode ser restringida na medida do necessário. No exemplo (2), a classe mais ampla em que o referente é enquadrado é {vinhos}. Dentro dessa classe, delimita-se uma classe menor, {vinhos australianos}. O item que representa a classe mais ampla em que o referente é enquadrado numa determinada descrição é o *classificador* (abreviadamente, CLA). Em (1) e (2), o classificador é então *vinho*. Já os itens que representam subclasses são os *subclassificadores*.

O *subclassificador* (abreviadamente, SUB) foi definido como o termo cuja função no SN é *delimitar uma subclasse de uma classe mais ampla em que o referente é enquadrado na descrição e que engloba outras subclasses possíveis no contexto*.

Essa é a função de *australiano* em (2). Se em uma situação qualquer o falante escolhe dizer (2) em vez de (1), isso se deve provavelmente ao fato de haver naquele contexto outros vinhos além do *australiano*, aos quais se poderia referir. O uso de *australiano* é portanto necessário, no caso, para diferenciar o referente pretendido dos outros candidatos possíveis no contexto. Para usar uma terminologia conhecida, pode-se dizer que o subclassificador tem função semelhante à da chamada “oração adjetiva restritiva”.

Existem também no SN itens que parecem ter função “explicativa”.

Tomemos como exemplo o enunciado (3), que é o título de uma reportagem de revista e (4), retirado de um texto sobre a casa do então secretário de meio ambiente de São Paulo::

(3) A lógica perversa do terrorismo (V13.3.96:48)¹

¹ As abreviaturas entre parênteses, após os exemplos, indicam a fonte de onde foram retirados. Letras minúsculas, como por exemplo em (rsrf), são as iniciais do nome do falante e indicam que o exemplo foi anotado durante uma interação oral, sem ter sido gravado. Uma letra minúscula seguida de um número, como por exemplo em (f2), indica a fita em que o exemplo foi gravado. Finalmente, as letras maiúsculas são abreviaturas do nome do livro, jornal, programa de tv etc, de onde os exemplos foram retirados. Segue abaixo a explicitação dessas abreviaturas:

A&C - *Arquitetura e Construção*. Ed. Abril.

FSP - *Folha de São Paulo*.

H - *Henfil na China (antes da Coca-Cola)*, de Henfil. Ed. Codecri, RJ.

J - *O Xangô de Baker Street*, de Jô Soares. Companhia das Letras, SP.

MC - *Manhattan Connection* - tv GNT (N. Motta)

P - *Playboy*. Ed. Abril.

RF - *Revista da Folha* (encarte de FSP)

S - *O Mundo de Sofía*, de Jostein Gaarder. Companhia das Letras, SP.

V - *Veja*. Ed. Abril

VT - programa *Vitrine* - tv Cultura SP (R. Ewald Fº)

- (4) Hoje, os 250m² são suficientes para o secretário, os três filhos que vêm no fim de semana e uma biblioteca de cerca de 1500 volumes. E também os amigos, que ele adora receber com suas criações culinárias - claro, quando a agenda lotada assim o permite. (A&C11.95:62)

A interpretação que se dá a (3) é que o terrorismo tem uma única lógica e que essa lógica é perversa. Não há no contexto outras lógicas do terrorismo das quais se devesse diferenciar aquela que é perversa. Em outras palavras, *perversa* caracteriza, “qualifica” a lógica do terrorismo, mas não está sendo usado para diferenciar uma subclasse de outras. Vale observar que o oposto se dá com a expressão *do terrorismo*, que tem no caso a função restritiva, isto é, serve para diferenciar a lógica do terrorismo de qualquer outra lógica. Da mesma forma, a interpretação que se dá a (4) é que o secretário tem apenas uma agenda e que ela é lotada. Não se imaginam no contexto outras agendas não lotadas do secretário. Podemos dizer que *perversa* e *lotada* têm, no caso, função explicativa, são *qualificadores*.

Qualificador (abreviadamente, QUA) é, portanto, o elemento que *fornece características do referente que, no entanto, não são utilizadas como delimitação de subclasse de uma classe mais ampla em que o referente é enquadrado na descrição*.

Há um ponto importante da análise que é preciso deixar claro. As categorias *classificador*, *subclassificador* e *qualificador* não são classes de elementos especificadas no léxico da língua. Trata-se de funções semânticas que um item léxico assume em um determinado SN, em um determinado enunciado. Vimos que, em (4), *lotada* funciona como qualificador pois caracteriza a agenda mas não a contrasta com outras possíveis agendas do secretário. Já em (5), abaixo, *lotada* delimita uma subclasse de {salas}, em oposição a {salas vazias}, funcionando assim como subclassificador. Trata-se do mesmo item lexical *lotada*, exercendo funções semânticas diferentes em cada um dos exemplos.

- (5) O funcionário passou pela sala lotada e se instalou na sala vazia.

No léxico, a matriz semântica de cada item deve trazer o seu *sentido*, traço permanente que o acompanha em qualquer enunciado em que ocorre. Já a sua função relativa à identificação de referentes só é determinada no enunciado. No léxico, os itens podem ser classificados segundo o seu sentido. Por exemplo, há itens cujo sentido são “entidades” (como por exemplo *filme, caneta*); outros significam “qualidades” (como por exemplo *inteligente, amável*); outros significam “ações”. Essas categorias de sentidos são propostas desde a antiguidade e serviram de base para as primeiras classificações ditas “gramaticais”. Vou aproveitar a terminologia tradicional e chamar os itens que significam entidades, itens de *sentido substantivo*, e os que significam qualidades, itens de *sentido adjetivo*.

A diferença entre as funções *subclassificador* e *qualificador* parece necessária à descrição de vários aspectos da ordem interna do SN. Nas seções seguintes, apresentarei dados que parecem apoiar essa hipótese.

Questões de ordem

Antes de mais nada, é preciso deixar claro que não estou negando a influência de outros fatores nas restrições de ocorrência dos elementos do SN. Ao contrário, há restrições que parecem ser exclusivamente formais, como a que impede os chamados artigos² de ocorrer depois do classificador:

- (3) A lógica perversa do terrorismo
- (6) a. * Lógica a perversa do terrorismo
- b. * Lógica perversa do terrorismo a

Também parece não ter motivação semântica a impossibilidade de se antepor ao classificador um sintagma preposicionado, seja ele subclassificador ou qualificador.

² A análise aqui proposta não utiliza categorias como *artigo, substantivo, adjetivo* etc. Esses termos são utilizados apenas para facilitar a referência a um elemento ou grupo de elementos que tradicionalmente recebem essas classificações.

Já a colocação dos adjetivos em relação ao classificador parece ser condicionada pelo menos parcialmente pela função semântica - de subclassificador ou qualificador - que exercem.

Existem várias propostas de explicação das possibilidades de ocorrência dos adjetivos no SN (para o português podem ser citados PAZINI (1978), PIRES (1981), PERINI (1989), LEMLE (1984)), mas nenhuma delas parece satisfatória. A insuficiência dessas análises parece se dever principalmente ao fato de que consideram apenas um aspecto da questão, seja ele de ordem sintática, semântica ou semântico-pragmática.

Partirei da hipótese de que há uma tendência a que *subclassificadores* ocorram pospostos ao *classificador* e *qualificadores* ocorram antepostos ao *classificador*. De outro ponto de vista, há uma tendência a que elementos pospostos ao classificador sejam interpretados como subclassificadores e que os antepostos não sejam interpretados como tal (a formulação está em termos negativos porque na posição anteposta podem ocorrer outros elementos que não apenas os qualificadores, isto é, *recortadores*, *quantificadores*, *partitivos* etc - sobre essas outras funções, ver LIBERATO (1997)).

Essa tendência se verifica mais claramente quando se consideram SNs fora de contexto, o que aliás é muito comum na literatura linguística. Assim, num exemplo como a *agenda lotada*, considerado isoladamente, tende-se a interpretar o adjetivo como subclassificador, isto é, entende-se que a função de *lotada* aí é delimitar um tipo específico de agenda em oposição a outros, por exemplo, agenda vazia, agenda folgada. Uma condição para que um adjetivo seja interpretado como QUA é que o restante do SN - isto é, a expressão composta dos elementos do SN, exceto o adjetivo em consideração (daqui por diante SN^{menos}) - seja suficiente para identificar o referente. Essa condição se verifica quando o ouvinte dispõe de outras pistas, outras informações, buscadas no próprio SN, no contexto e em sua teoria de mundo, que lhe permitem identificar um referente a partir apenas do SN^{menos}. Assim, no contexto de (4) tem-se informação suficiente para se identificar o referente de *a agenda* como sendo a agenda

do secretário. E, como vimos, *lotada* acrescenta uma característica desse referente, mas não é utilizado para sua delimitação. Da mesma forma, o referente de *a lógica perversa do terrorismo* pode ser identificado a partir apenas de *a lógica do terrorismo*. Desta vez a informação que permite identificar a lógica particular de que se está falando está, não no contexto, mas no próprio SN, ou seja, na expressão *do terrorismo*.

É claro que essas informações retiradas do contexto não seriam eficazes se não contássemos com a nossa teoria de mundo. É nela que vamos buscar outro tipo de conhecimento, que vai interagir com as informações do texto, e nos permitir a interpretação adequada dos SNs. No caso, o conhecimento de que normalmente cada pessoa tem uma única agenda e a crença de que cada pessoa ou grupo de pessoas (como os terroristas, p.ex.) tem uma maneira particular de pensar (à qual chamamos *lógica*).

Voltando à questão anterior, o que se observa é que a tendência a se interpretar adjetivos pospostos como subclassificadores verifica-se apenas na interpretação de SNs fora de contexto. Quando o contexto é considerado, pode-se obter informações que favorecem a interpretação do adjetivo como qualificador. Portanto, na posição posposta ao classificador podem ocorrer tanto QUA como SUB. Assim, modificarei a hipótese para:

- (7) Na posição posposta ao classificador podem ocorrer tanto subclassificadores quanto qualificadores. Na posição anteposta ao classificador ocorrem apenas qualificadores.

Já vimos na seção anterior exemplos que confirmam a primeira parte dessa hipótese (para efeito de economia, repetirei apenas a expressão analisada; fique claro no entanto que estarei considerando a sua ocorrência no mesmo contexto já fornecido):

- (2) O vinho *australiano* está muito bom - SUB
- (3) A *lógica perversa* do terrorismo - QUA
- (4) A agenda *lotada* - QUA

(2) - (4) mostram que tanto subclassificadores quanto qualificadores podem ocorrer pospostos ao classificador.

Para verificar a adequação da segunda parte da hipótese, podemos primeiramente verificar se os subclassificadores e qualificadores dos exemplos (2) - (4) acima poderiam ocorrer antepostos ao classificador:

- (2) a. * O australiano vinho
- (3) a. A perversa lógica do terrorismo
- (4) a. Hoje, os 250m² são suficientes para o secretário, os três filhos que vêm no fim de semana e uma biblioteca de cerca de 1500 volumes. E também os amigos, que ele adora receber com suas criações culinárias - claro, quando a lotada agenda assim o permite.

Como se pode verificar, (3a) e (4a) recebem a mesma interpretação que (3) e (4). Por outro lado, *australiano* parece não poder ocorrer anteposto, como em (2a).

Consideremos agora, outros exemplos de adjetivos antepostos retirados do corpus:

- (8) Ao entrar se vê o mar pelas *amplas* aberturas da sala de estar (A&C11.95:32)
- (9) Repare na leveza e no acabamento desse border, que redesenha a *tradicional* guirlanda. (A&C11.95:32)
- (10) De fato, na Europa e nos Estados Unidos, a *paulatina* substituição da indústria pelo *crescente* setor de serviços foi fruto de um *demorado* processo de desenvolvimento. (FSP5.10.96:1-2)

Nos exemplos acima, os adjetivos antepostos são claramente não restritivos, isto é, funcionam como qualificadores.

As conclusões acima são válidas para os exemplos discutidos. No entanto, a observação atenta de outros dados mostra que a restrição de (7) não é uma restrição absoluta mas uma forte tendência, que só não se manifesta quando outros fatores interferem diretamente com a característica básica que diferencia SUB e QUA; ou quando o recurso formal da anteposição serve a outro fim que não a sinalização da função explicativa³. A seguir, procurarei desenvolver essa idéia. Começemos com o caso mais simples.

Acento contrastivo

Uma situação em que subclassificadores podem ocorrer antepostos é aquela em que recebem acento *contrastivo* (cf. CHAFE, 1976). O subclassificador é pronunciado com um acento mais forte que o resto do SN. O status contrastivo tem a propriedade de resgatar o aspecto comparativo entre dois ou mais subconjuntos, que é o que caracteriza o subclassificador. Em outras palavras, o acento contrastivo parece permitir que um adjetivo receba a função restritiva mesmo quando ocorre anteposto ao classificador. Exemplo disso pode ser observado em (9), apresentado antes:

- (9) Repare na leveza e no acabamento desse border, que redesenha a tradicional guirlanda. (A&C11.95:32)

Se fosse pronunciado, com acento contrastivo em *tradicional*, (9) teria interpretação diferente da que se verifica quando o enunciado é lido na revista. O acento contrastivo teria o efeito de favorecer a interpretação restritiva de *tradicional*, em detrimento

³ Convém observar desde já o caso de *bom*, que parece ser idiossincriticamente marcado como podendo ocorrer anteposto mesmo com interpretação de subclassificador, como em:

- i. Os bons livros a gente não consegue parar de ler

O comportamento atípico desse item não deve ser suficiente para se descon siderar o comportamento regular da maioria dos itens, que não ocorrem antepostos como subclassificadores.

da interpretação explicativa. Essa possibilidade, no entanto, parece não se verificar em todos os casos; mas essa é uma questão que deixarei para investigação futura.

Superlativos

O segundo caso de subclassificador que pode ocorrer anteposto é o dos chamados superlativos relativos.

Quando fazemos uso de um superlativo relativo para caracterizar um referente, estabelecemos uma comparação entre este referente e outros que apresentam uma mesma característica e o apontamos como o que se sobressai por possuí-la em maior ou menor grau que os demais. Assim, um SN como *o carro mais veloz do mundo* estabelece necessariamente uma comparação entre todos os carros velozes do mundo e delimita dois subconjuntos desse conjunto mais amplo, ou seja {o carro mais veloz de todos} e {os demais carros velozes}. Da mesma forma, *o melhor escritor da atualidade* estabelece a comparação entre {o melhor escritor da atualidade} e {os demais escritores bons da atualidade}. Se consideramos a diferença entre as funções do *subclassificador* (restritiva) e do *qualificador* (explicativa) delineada acima, parece claro que todo superlativo relativo é necessariamente restritivo, pois estabelece obrigatoriamente a oposição entre os dois conjuntos delimitados. É possível que aí esteja a explicação para o fato de que os superlativos, mesmo quando antepostos, sejam sempre restritivos.

Pode-se dizer que o superlativo carrega consigo uma carga comparativa inerente que permite que ele seja anteposto sem que se torne explicativo. Em outras palavras, sua natureza comparativa o acompanha em qualquer posição, de tal forma que funciona sempre como subclassificador.

Aparentemente, isso faz com que, em qualquer expressão, um superlativo relativo possa ocorrer anteposto ou posposto ao classificador sem que seja alterado o significado comunicativo da expressão. Os exemplos abaixo parecem confirmar a observação:

- (11) a. Quando um arquiteto projeta a própria residência e escritório, as idéias mais loucas passam pela mente. (A&C11.95:53)
- b. as mais loucas idéias passam pela mente.
- (12) a. Eles usaram com competência os traços mais marcantes desse estilo arquitetônico: casas fechadas para a rua, mas abertas para a natureza, a presença da luz, cores e interiores resguardados (A&C 11.95:43)
- b. Eles usaram com competência os mais marcantes traços desse estilo arquitetônico: ...
- (13) a. Os altos executivos já descobriram que o helicóptero é o meio de transporte mais seguro que existe dentro de uma cidade. (P7.94:11)
- b. Os altos executivos já descobriram que o helicóptero é o mais seguro meio de transporte que existe dentro de uma cidade.

Por outro lado, parece haver uma preferência a se colocar antepostos os superlativos *melhor*, *maior*, *pior*, *menor*, como em:

- (14)uma vez por ano Bolonha se transforma em palco da maior feira de indústria cerâmica. (A&C11.95:29)
- (15) Mas ao procurar o melhor enquadramento, passou a se interessar pela estética geral da janela. (A&C11.95:24)

No corpus analisado, registrou-se um número insignificante de ocorrências postostas desses elementos:

- (16) Iiii! Ele é o inimigo pior que você podia ter arrumado. (a2)
- (17) Esse é o presente melhor que eu já ganhei na minha vida. (VT17.6.96)

Além dessa particularidade relativa aos itens *melhor*, *maior*, *pior*, *menor*, uma outra observação deve ser feita sobre a ordem dos superlativos.

Embora o superlativo possa ocorrer anteposto ou posposto, sem perder seu traço comparativo, em certos casos percebe-se uma diferença nos dois usos. Nesse sentido, gostaria de citar o exemplo de uma propaganda de um programa de TV.

Cabe observar primeiramente que a campanha publicitária das estações de TV tem sido preferencialmente comparativa, apresentando com frequência os índices conseguidos nas pesquisas de audiência. O canal que costuma ficar no segundo lugar nessas pesquisas resolveu inclusive tirar proveito dessa situação com slogans do tipo *vice-lider da classe desde pequenininho*. Nesse contexto, é interessante citar uma propaganda do programa Gazeta do Meio-dia, veiculada na Folha de São Paulo (8.5.96:4-6). A propaganda tem o retrato da apresentadora em destaque e o seguinte texto:

(18) Há 5 anos ela serve os debates mais apimentados da TV

A anteposição do superlativo nesse exemplo parece que mascararia a comparação com os outros concorrentes, para apenas realçar a característica do programa.

(19) Há 5 anos ela serve os mais apimentados debates da TV

Por outro lado, o recurso utilizado em (18), isto é, a posposição, parece forçar a comparação com os demais programas destacando aquele anunciado como o melhor.

O que estou querendo mostrar é que, mesmo se tratando de um traço definitório do superlativo relativo, a manutenção do aspecto comparativo cede às vezes à tendência de se ter QUA e não SUB na posição anteposta. Em outras palavras, a anteposição do superlativo relativo mascara ou enfraquece o seu caráter restritivo, conferindo-lhe ares de QUA.

Resumindo as observações desta seção, vimos que os superlativos relativos podem em princípio ocorrer antepostos ou pospostos devido a seu traço comparativo inerente, que não pode ser anulado pela adoção de uma função explicativa que seria “adquirida” na posição anteposta. Por outro lado, vimos que essa comparação inerente pode ser reforçada ou enfraquecida conforme o superlativo relativo ocorra posposto ou anteposto. Tal observação, se adequada, reforçaria a hipótese (7), segundo a qual subclassificadores não ocorrem antepostos.

Sentidos diferentes

É comum se afirmar que certos adjetivos em português, como *grande*, *pobre*, *novo*, têm sentido diferente, conforme ocorram antepostos ou pospostos. Exemplos como os abaixo costumam ser fornecidos para sustentar a afirmação (exemplos retirados de PIRES (1981), com julgamentos de aceitabilidade da autora; numeração minha):

- (20) a. A nova casa me atrai mais que a anterior
- b. *A casa nova me atrai mais que a anterior

- (21) a. O carro novo parece ser mais econômico
- b. *O novo carro parece ser mais econômico

Diz a autora: “em (20) ... o adjetivo *novo*, significando “atual”, só pode ocorrer antes do nome a que se refere ... em (21) o adjetivo *novo* na acepção contrária à de *velho*, só pode ocorrer depois do nome...” (p.81)

Também são frequentemente citados como exemplo pares como:

- (22) a. Grande homem (=extraordinário)
- b. Homem grande (=alto)

- (23) a. Pobre menino (=coitado)
- b. Menino pobre (=sem dinheiro)

Aparentemente, casos como (20) seriam contra exemplos para a hipótese de que SUB não ocorrem antepostos. *Nova* aí estaria delimitando um subconjunto dentro de {casas}, em oposição a outro subconjunto - {casa anterior} - e funcionaria portanto como subclassificador.

Disse “aparentemente” porque prefiro tratar esse caso, não como um contra exemplo, mas como um caso especial em que outros fatores estão interferindo. No que se segue tentarei mostrar que não se trata de uma questão terminológica apenas, ou de um eufemismo enganador.

Começarei com a afirmação de que temos em português um mesmo recurso formal, isto é, a anteposição de adjetivos, servindo a dois propósitos, ou seja, a obtenção de um sentido diferente e a sinalização da função explicativa. Um adjetivo anteposto poderia assim receber diferentes interpretações dependendo de certos fatores. Essa observação cabe perfeitamente no modelo de processamento adotado neste trabalho, segundo o qual estratégias de diferentes tipos se alternam na produção/interpretação de enunciados. Teríamos no caso duas estratégias concorrentes e, ao que parece, com forças diferentes de aplicação, isto é, a estratégia que atribui sentido diferente (SD) teria preferência sobre a que atribui função explicativa (FE). Retomando o exemplo (22), podemos dizer: como não é possível ter o sentido “extraordinário” na posição posposta, a posição anteposta é requisitada para esse fim, em detrimento da interpretação explicativa. Os dados abaixo parecem confirmar essa análise.

Já foi observado (cf. COHEN (1989), WAUGH (1977)) que não é sempre que os adjetivos como *grande* assumem sentidos diferentes dependendo da posição que ocupam. Tal variação depende também do classificador que eles acompanham. A esse respeito Cohen diz o seguinte (p. 39): “*the fixing of an adjective in a particular order [with a particular meaning] seems however to depend not only on the adjective itself but also on the Noun it modifies*”.

Observe-se por exemplo que, anteposto, *grande* assume

o sentido “extraordinário” nos exemplos de (24), mas não de (25):

- (24) a. Watson pensou mais uma vez como era tola a vaidade daquele grande homem em não querer usar óculos (J: 32)
- b. Aqui, o grande livro que eu te falei (b5)

- (25) a. Hoje havia na grande caixa verde de correio apenas uma pequena carta - e ela era para Sofia (S:14)
- b. Há muitos anos, sempre que visitava a Manchete, eu me dirigia até a grande mesa redonda onde ele ficava, rosto apoiado na palma da mão, e tirava Adolpho Bloch para dançar. (V13.12.95:12)
- c. Para McConaughey, “Tempo de Matar” foi a oportunidade de uma vida e, por isso, carregou uma grande dose de pressão. (RF6.10.96:17)

Como se pode verificar, *grande* varia de sentido se variar a posição em (24), mas não em (25). Observe-se também que *grande* não pode ser posposto nos exemplos de (26). Nos dois casos, o classificador representa uma classe de entidades passíveis de “gradação” mas não de “medição”. ‘Grande’ posposto assumiria o sentido de medição, incompatível com o classificador:

- (26) a. “Atuar é uma grande oportunidade na minha vida e pretendo continuar fazendo isso por um bom tempo, mas eu realmente acho que dirigir é bastante interessante também” (RF6.10.96:17)
- b. “Ela entende exatamente o que faz, o que é uma grande qualidade”, disse. (RF6.10.96:14)

COHEN (1989), seguindo WAUGH(1977), explica casos como esses dizendo que “*the noun+adjective fall in a ‘modification’ situation (Waugh (1977:70 ff), in which the noun may be both ‘measured’ and ‘graded’...*” (p. 53). *Homem* se enquadraria nessa situação “de modificação” mas *caixa de correio* e *mesa* não

- seus sentidos são passíveis de “medição” (*measurement*) mas não de “gradação” (*gradation*). Isso explicaria a aplicação da estratégia que atribui sentido diferente - SD - em (24)⁴. Vejamos o que acontece em (25): como não há condições para a aplicação de SD, FE se aplica, atribuindo função explicativa a *grande*. Grande não marca uma oposição entre subconjuntos de {caixas verdes de correio}; ou de {mesas redondas onde ele ficava}. Esses mesmos fatos se observam com *pobre*.

Observe-se primeiramente que, anteposto, pobre assume o sentido ‘coitado’ nos exemplos de (27), mas não em (28) ((28) é um comentário sobre uma matéria sobre o festival do cinema de Veneza):

- (27) a. A pobre mulher assustou-se e gaguejou envergonhada:...(J:32)
b. Assim que entrou no beco ainda escuro da rua do Regente e se (sic) deparou com aquele horror, o pobre homem largou tudo no chão e saiu correndo a gritar: ... (J:28)
c. A pobre menina mal tem tempo de ver a longa adaga faiscar à luz dos lampiões da rua. (J:50)

(28) *O milhão contra o tostão em Veneza*

O roteirista Diogo Mainardi fala da aventura de seu pobre filme brasileiro diante de *Waterworld*, de Kevin Costner, que custou mil vezes mais. (V13.9.95:5)

⁴ O trabalho de COHEN, que adota uma perspectiva histórica, parece fornecer uma explicação para o aparecimento dessa estratégia na língua: “*the fixing of the adjective in either position, before or after the noun, would be a way of resolving the ambiguity : either the new sintagma has a meaning which can be graded (Anteposition), or it has a meaning which can be ‘measured’ (Postposition)*” (p.53)

Por outro lado, a análise desconsidera a existência de uma estratégia como FE (função explicativa), que proponho neste trabalho. Cohen diz que a existência, no português atual, de adjetivos que não se enquadram na “situação de modificação” e que mesmo assim ocorrem antepostos é um traço arcaizante da língua. Ou seja, esse seria um ponto em que a língua estaria evoluindo mais lentamente. [ainda se encontra num estágio atrasado de evolução]. Minha proposta, ao contrário, é que a anteposição desses adjetivos não é casual ou residual. A anteposição nesses casos seria resultado da aplicação de uma estratégia como FE.

Pobre varia de sentido se variar de posição em (27), mas não em (28). Em (28), anteposto, significa “sem dinheiro” e tem função explicativa: não delimita um subconjunto de {filmes brasileiros de Diogo Mainardi} - tem-se no contexto apenas um filme brasileiro de Mainardi, o qual foi feito com pouco dinheiro.

Em resumo, a interpretação explicativa de elementos como *grande* e *pobre*, na posição anteposta, só não é possível quando essa posição é utilizada para diferenciar um sentido.

Casos como (24) e (27) não devem ser portanto considerados contra exemplos para a hipótese (7), pois não se trata de um mesmo item lexical assumindo uma ou outra função dependendo da posição. São dois itens diferentes com restrições de ocorrência específicas. Em outras palavras, o recurso da obtenção da interpretação explicativa através da anteposição não está disponível para os itens que só ocorrem antepostos, como *grande* com o sentido “extraordinário”. Por outro lado, *grande* com o sentido “tamanho grande”, que pode ocorrer anteposto ou posposto, terá uma ou outra função dependendo da posição.

Existem outros tipos de palavras, além das que se encontram na “situação de modificação” (cf. WAUGH, 1977), que assumem sentidos diferentes conforme ocorram antepostas ou pospostas ao classificador. Ou seja, outros tipos de sentido, além de “gradação” podem ser conseguidos com a anteposição. Nas seções seguintes, vou apresentar alguns exemplos e sugestões de análise para dois desses tipos de sentido, a que chamarei *localizador* e *avaliação da adequação da descrição*. A discussão, no entanto, não é exaustiva e deverá ser objeto de investigação futura.

Localizadores

Palavras como *novo*, *atual*, *futuro*, *antigo*, *próximo* também podem assumir sentidos diferentes dependendo da posição que ocupam em relação ao classificador.

Quando pospostas, podem assumir dois sentidos: um que se pode chamar tipicamente qualificativo (quando representam características, ou traços, de entidades); ou um sentido que se

poderia chamar *localizador*. Quando antepostas, apenas o sentido localizador está disponível. Um *localizador* identifica um referente situando-o no tempo ou no espaço. Consideremos alguns exemplos:

- (29) A versão atual do filme é pior que a de 1956 - loc
- (30) A atual versão do filme é pior que a de 1956 - loc
- (31) Ele fez uma versão atual do filme - “moderna”

Mas esse sentido localizador parece só estar disponível com referentes do tipo *papel* (no sentido de FAUCONNIER (1994)). Observe-se:

- (32) Esta tendência recupera o *cotto*, a antiga lajota cerâmica italiana

Há pelo menos duas interpretações possíveis para (32): a) o referente de *a antiga lajota cerâmica italiana* é *papel* e o sentido de *antiga* é localizador, ou b) o referente é *entidade* (value de Fauconnier) e o sentido é qualificativo - “velha”. Em outras palavras, entende-se que a) só há uma lajota cerâmica italiana, que é o *cotto* e que é velha, ou b) há um *papel* “lajota italiana”, que foi preenchido antigamente pelo *cotto* e posteriormente por outro(s) tipo(s) de lajota cerâmica. Da mesma forma, em (29) e (30) a interpretação é de *papel*, ou seja, há um papel “versão do filme”, que foi preenchido em 1956 por um filme e atualmente por outro.

É interessante notar que, no caso de *grande*, a posição anteposta admite os dois sentidos; enquanto no caso de *atual* a posição posposta é que permite as duas interpretações. A rigor, deveríamos então dizer que a posição posposta é que coloca disponível um sentido diferente.

Vimos que, para *grande*, o recurso da obtenção da interpretação explicativa através da anteposição não está

disponível para os itens que só ocorrem antepostos, como *grande* com o sentido “extraordinário”. Por outro lado, *grande* com o sentido “tamanho grande”, que pode ocorrer anteposto ou posposto, terá uma ou outra função dependendo da posição. Seria de se esperar que esse recurso estivesse disponível para o sentido localizador (que é o que é possível nas duas posições). Mas isso não é o que se verifica; mesmo anteposto, como em (30), *atual* funciona como subclassificador. Isso parece se dever ao fato de que localizadores são sempre subclassificadores. Essa observação está em sintonia com a afirmação anterior de que o sentido localizador só ocorre com referentes do tipo *papel*, ou seja, o localizador está sempre delimitando, subclassificando uma *entidade*, em oposição a outra(s) que também ocupa(m) o mesmo *papel*. Nesse sentido, os localizadores se parecem com os superlativos, que, como vimos, têm um traço inerente que os torna sempre subclassificadores.

Por outro lado, com marca de grau, o sentido qualificativo pode ocorrer na posição anteposta (e aí, como prevê a hipótese (7), é *qualificador*):

(33) A atualíssima versão do filme

Note-se ainda que apenas os itens de sentido qualificativo podem receber grau. Embora os dois sentidos ocorram na posição posposta, no exemplo abaixo, apenas o sentido “moderno” é possível (o exemplo é uma legenda colocada sob uma fotografia, num artigo sobre os lançamentos de uma feira de cerâmica) :

(34) Peça Assinada

Versão pra lá de atual do décor clássico, do designer Roberto Gerosa para a Cerâmica Bardelli [A&C11.95:36]

Adequação da descrição ao referente

Um outro tipo de sentido que pode ser conseguido com a anteposição é uma informação sobre a adequação da descrição ao

referente. Assumem esse tipo de sentido palavras como *verdadeiro*, *provável*, *falso*, *pretense*, quando antepostas ao classificador. Quando pospostas, assumem o sentido tipicamente qualificativo. Observe-se, por exemplo:

(35) Tapete de Mosaico

Imitando o trabalho de antigos artesãos, em tons pastel, a série Liberty, da Caesar, permite fazer verdadeiros tapetes. (A&C11.95:35)

(36) Mas [aquele relógio] era só uma cópia. O relógio verdadeiro ficava trancado a sete chaves (f2)

Em (36), *verdadeiro* tem sentido qualificativo: “autêntico”, “que não é falsificado”. Já em (35), o referente não são tapetes de verdade, mas algo que se parece com tapetes. Ou seja, não são tapetes de verdade, mas algo que se pode chamar assim.

Antes de prosseguir na discussão de questões de ordem entre SUB, QUA e classificadores, vamos resumir o que vimos até aqui:

- a anteposição é uma pista para marcar função explicativa, ou seja, na posição anteposta ao CLA só ocorrem QUA; a não ser em casos de SUB com acento contrastivo, com sentido diferente ou superlativos.
- em certos casos a anteposição de um QUA não é necessária porque outras pistas indicam a interpretação explicativa

É preciso agora notar que, além de a anteposição não ser obrigatória para os QUA, nem todo QUA pode ser anteposto. A anteposição de adjetivos é uma questão que vem sendo discutida há muito tempo, mas ao que parece nenhuma análise até hoje apresentada pode se dizer completa. Uma tentativa cuidadosa e ao que parece promissora no sentido de explicitar as condições em

que os adjetivos podem ser antepostos encontra-se em PERINI *et al* (1996). Aqui, gostaria de discutir, à luz da oposição SUB / QUA, alguns fatos que podem trazer alguma contribuição à discussão.

A literatura linguística aponta entre os adjetivos que não podem ser antepostos dois casos que pretendo discutir: os chamados adjetivos denominais referenciais e as palavras que podem “funcionar como adjetivo e substantivo”. Começemos com os denominais.

Denominais

Adjetivos como os dos exemplos abaixo, retirados de PAZINI (1978), são apontados na literatura como impossíveis de antepor:

- (37) a. O povo brasileiro gosta de futebol
b. *O brasileiro povo gosta de futebol
- (38) a. Os deputados estaduais vieram à reunião
b. *Os estaduais deputados vieram à reunião
- (39) a. Apreciamos o poema camoniano
b. *Apreciamos o camoniano poema

PERINI (1977) os chama *adjetivos denominais* (grosso modo, adjetivos “associados” a um nome: camoniano/Camões, popular/povo, brasileiro/Brasil,etc)

No entanto, mesmo PAZINI (1978) aponta a possibilidade de alguns desses adjetivos virem antepostos. Compare-se (39) com (40), também fornecido pela autora:

- (40) a. O comportamento maquiavélico do diretor deu resultado
b. O maquiavélico comportamento do diretor deu resultado

PERINI (1977:248) diferencia os dois tipos de adjetivo exemplificados em (37)-(39) e (40) nas subcategorias *denominais referenciais* e *denominais atributivos*:

... muitos adjetivos como os de [escolha papal e decisão presidencial] podem ser interpretados de duas maneiras. Podemos entender atitude presidencial como significando 'atitude tomada pelo presidente x', onde 'presidente x' é (para usar as palavras de Donnellan, 1971) "simplesmente um meio de identificar a pessoa a respeito da qual queremos falar". A essa acepção Donnellan chama referencial. Por outro lado, também é possível interpretar atitude presidencial no sentido de 'atitude típica de um presidente'; observemos que nessa acepção (a que Donnellan chama atributiva) 'presidente' já não é um meio de identificar uma pessoa, mas antes um meio de se referir a um conjunto de qualidades que se pressupõem próprias de uma classe de pessoas (presidentes). As duas acepções do adjetivo estão claramente contrastadas em pares de sentenças como (numeração minha):

41. a atitude presidencial foi desfavorável (ref)

42. ele vive assumindo atitudes presidenciais (atr)

Considerando essa subclassificação de Perini, podemos dizer que, em (39), o adjetivo é *referencial* - remete diretamente à entidade Camões; enquanto em (40) *maquiavélico* é *atributivo* - caracteriza um comportamento astucioso e amoral, apenas indiretamente relacionado com Niccolo Machiavelli.

Uma tentativa de explicar o contraste entre (39) e (40) seria justamente relacioná-lo com a oposição referencial/atributivo proposta por PERINI(1977). Diríamos simplesmente que adjetivos denominais referenciais não podem ser antepostos ao classificador.

Mas os fatos parecem um pouco mais complicados. Mesmo os denominais referenciais podem ocorrer antepostos, como mostram os exemplos abaixo:

(43) A brasileira feijoadada

(44) O brasileiro "jeitinho"

(45) A italiana Fiat

(46) Tomada Ligada

A espanhola Endesa está interessada no setor elétrico brasileiro. Por enquanto, estuda o mercado. (FSP5.10.96: 2-2)⁵

⁵ Note-se que *brasileiro* e *italiano* também podem veicular significado *atributivo*:

i. Ele fez um jantar bem brasileiro

ii. Seu jeito de falar é prá lá de italiano

Uma outra alternativa para explicar a impossibilidade de antepor *camoniano* em (39) face à possibilidade de antepor *maquiavélico* em (40) seria dizer que a anteposição em (40) seria resultado da aplicação da estratégia SD, proposta acima. Ou seja, a anteposição estaria sendo utilizada em (40) para diferenciar um item de mesma forma mas com sentido diferente, a exemplo do que se observa com *grande* em:

- (22) a. Grande homem (=extraordinário)
b. Homem grande (=alto)

Entretanto, essa alternativa não parece adequada, uma vez que nem o sentido *atributivo* de adjetivos denominais se restringe à posição anteposta - como bem mostram os exemplos (42) e (40a); nem o sentido *referencial* se restringe à posição posposta - como acabamos de ver.

Proponho considerar uma terceira proposta, baseada na hipótese (7): mesmo os adjetivos denominais referenciais podem ocorrer antepostos, desde que funcionem como QUA. Como vimos antes, isso acontece quando não há dúvida de que só há no contexto uma entidade que possa ser descrita com o SN^{menos}. Esse é o caso de (43)-(46). Considerando que só há uma feijoada, um jeitinho, uma Fiat e uma Endesa, *brasileira*, *brasileiro*, *italiana* e *espanhola* só podem funcionar como QUA, isto é, não podem estar delimitando subconjuntos de {feijoadas}, {jeitinhos}, {Fiats} e {Endesas}.⁶

⁶ Quando ocorrem pospostos, esses adjetivos tendem a ser interpretados como sub, a menos que haja uma pausa bem marcada antes deles:

- i. A feijoada brasileira
- ii. O jeitinho brasileiro
- iii. A Fiat italiana
- iv. A Endesa espanhola

Sem pausa, os exemplos sugerem a existência de outras feijoadas, jeitinhos, Fiat> e Endesas. No caso de (iii) por exemplo não se pode estar falando da marca, mas da fábrica da Fiat situada na Itália, ou do carro Fiat fabricado na Itália; em oposição a outras fábricas/carros Fiat localizadas/fabricados em outros países.

Comparem-se ainda:

(47) Nada mais prático do que a americana fast-food

(48) Nada mais inosso do que a fast-food americana

(47) delimita um conjunto unitário, um referente particular {fast-food} e atribui a esse referente a característica de “ser americana”. Já (48) delimita um conjunto {fast-food} com vários elementos e tira daí um subconjunto {fast-food americana} em oposição a outros possíveis como {fast-food brasileira}, {fast-food de shopping} etc.

Como se viu, a tentativa de explicar o contraste entre (39) e (40) relacionando-o com a oposição referencial/atributivo proposta por Perini (1977), isto é, dizendo que adjetivos denominais referenciais não podem ser antepostos ao classificador, não dá bons resultados. Por outro lado, a oposição SUB/QUA parece dar conta dos casos em que os chamados adjetivos denominais podem ser antepostos. Isso inclui não apenas os denominais *referenciais*, como os de (43)-(47), mas também os *atributivos*, como o de (40b).

Palhaço e cia.

O segundo tipo de adjetivo apontado como impossível de antepor está entre aqueles que, como se costuma dizer, “podem funcionar também como substantivo”. Nos termos deste trabalho, explicitados acima, são itens homônimos; um com sentido adjetivo, o outro com sentido substantivo. Exemplos dessa categoria são *jovem*, *velho*, *romântico*, *mecânico*, *palhaço* etc. Temos *velho*, com sentido substantivo “pessoa idosa” (uma entidade) e *velho*, com sentido adjetivo “que é idoso” (uma qualidade). Alguns desses elementos, com sentido adjetivo, podem ocorrer tanto pospostos como antepostos; outros apenas pospostos. Consideremos os exemplos *velho* e *palhaço*, discutidos em Perini (1989 e 1995) e Perini et al (1996).

Como observa o autor,

(49) o velho palhaço

é ambíguo, podendo significar “palhaço idoso” ou “velho que se comporta como palhaço”. Note-se que na primeira interpretação, o classificador é *palhaço* e na segunda é *velho*. Por outro lado, diz o autor.

(50) o palhaço velho

refere-se apenas a um palhaço de circo que é idoso. Ou seja, o classificador só pode ser *palhaço*.

Note-se que a impossibilidade de se interpretar (50) como “velho que se comporta como palhaço” não pode ser devida à impossibilidade de *velho* ser classificador, pois essa interpretação é possível em (49). A restrição poderia então estar relacionada com *palhaço*.

Hipóteses nesse sentido são defendidas por PERINI *et al* (1996) e PERINI (a sair). No primeiro caso, os autores afirmam que *palhaço* não pode ser anteposto “porque é lexicamente marcado <-X>”. O traço <X> não é explicitado mas dizem os autores que se trata “da diferença semântica (qualquer que seja) entre os adjetivos antepostos e os adjetivos pospostos” (p.81-2). Em Perini (a sair), o traço <X> é explicitado. O autor propõe uma série de “acepções semânticas” que os adjetivos não podem assumir na posição anteposta. No caso de *palhaço*, a acepção é chamada “que se comporta como (QSCC)”. Segundo o autor, essa é a acepção que o item *palhaço* assume quando “assume o papel qualificativo (ou, em termos tradicionais, [quando muda] de “núcleo” para “adjunto adnominal”)”. E, como essa acepção não está disponível na posição anteposta, *palhaço* não pode funcionar como “adjunto adnominal” nessa posição. Colocando nos termos deste trabalho, *palhaço* não pode assumir sentido adjetivo na posição anteposta.

No entanto, existe no português um recurso alternativo para se antepor elementos como *palhaço*. A alternativa para (50) seria:

(51) O palhaço do velho [fez a gente rir sem parar]

Note-se que em (51), *velho* significa “pessoa idosa” e funciona como classificador; enquanto *palhaço* significa “que se comporta como palhaço” e, como prevê a hipótese (7), funciona como qualificador.

Essa parece ser uma forma bastante produtiva, sendo usada não apenas para elementos preferivelmente substantivos, como *palhaço* (cf. (52) - (55)), mas também para aqueles facilmente relacionados com um sentido adjetivo (cf. (56) e (58)), ou ainda exclusivamente adjetivos (cf. (57)):

(52) Essa porcaria de cable daqui não tem um futebol que presta (MC15.4.96)

(53) É! Mas o filho da puta do gerente não quis nem saber (ca)

(54)



- (55) Mas também com aquele tesão de mulher que ele arranjou, eu também só ia querer ficar com ela (jm).
- (56) Ah, eu bem que ofereci, mas a imbecil da brega não quis (ca)
- (57) A gente tava ... quase desistiu mas o inteligente do meu marido teve a brilhante idéia de ... a gente... (f3)
- (58) Só mesmo o grosso do Marco Aurélio pra fazer uma coisa dessa(f7)

Todos esses exemplos podem ser parafraseados com relativas explicativas:

- (59) Essa cable daqui, que é uma porcaria, não tem um futebol que presta
- (60) É! Mas o gerente, que é um filho da puta, não quis nem saber
- (61) Olha só a violência do ministro! E (olha só) o presidente, que é uma droga
- (62) Mas também com aquela mulher que ele arranjou, que é um tesão, eu também só ia querer ficar com ela
- (63) Ah, eu bem que ofereci, mas a brega, que é imbecil, não quis.
- (64) A gente tava ... quase desistiu mas o meu marido, que é inteligente, teve a brilhante idéia de ... a gente...
- (65) Só mesmo o Marco Aurélio, que é gross o, pra fazer uma coisa dessa⁷

Resumindo, itens como *palhaço* (com sentido adjetivo) podem ocorrer antepostos funcionando como QUA, desde que acompanhados da preposição *de*, como nos exemplos (52)-(58).⁸

⁷ Como *imbecil* e *grosso* podem ser interpretados com sentido substantivo, (56) e (58) podem ter as paráfrases abaixo, em vez de (63) e (65):

- i. Ah, eu bem que ofereci, mas a brega, que é uma imbecil, não quis
- ii. Só mesmo o Marco Aurélio, que é um grosso, pra fazer uma coisa dessa

⁸ Essa não é uma caracterização suficiente da estrutura (exemplificada em (52)-(58)), mas qualquer outra tentativa envolveria detalhes que não é possível aqui discutir.

Pode-se dizer que a preposição funciona como uma pista extra que possibilita (embora não garanta) a interpretação explicativa desses itens. Sem essa pista, tal interpretação é impossível. Vejamos como funciona o processo de interpretação na presença da preposição *de*.

Como disse, a preposição funciona como uma pista extra que possibilita mas não garante a interpretação explicativa de itens como *palhaço* (com sentido adjetivo). Seria portanto interessante verificar o processo de interpretação dos exemplos (52) - (58), que repito abaixo por conveniência:

- (52) Essa porcaria de cable daqui não tem um futebol que presta (MC15.4.96)
- (53) É! Mas o filho da puta do gerente não quis nem saber (ca)
- (54) A droga de presidente
- (55) Mas também com aquele tesão de mulher que ele arranjou, eu também só ia querer ficar com ela (jm).
- (56) Ah, eu bem que ofereci, mas a imbecil da brega não quis (ca)
- (57) A gente tava ... quase desistiu mas o inteligente do meu marido teve a brilhante idéia de ... a gente... (f3)
- (58) Só mesmo o grosso do Marco Aurélio pra fazer uma coisa dessa(f7)

Consideremos (54). Como foi proposto, a presença da preposição nesse exemplo possibilita interpretar a palavra *droga* com o sentido adjetivo e atribuir ao item resultante a função de QUA. Assim, entende-se que o cartunista estava se referindo a um presidente e dizendo que ele era incompetente.

Mas essa não é a única interpretação possível para a sequência *a droga de presidente*. Essa expressão poderia ser usada para se referir a uma droga utilizada/vendida/produzida (!) por presidentes. Essa interpretação, em que teríamos *droga* funcionando como CLA e *presidente*⁹ funcionando como SUB, talvez

⁹ Na verdade, a sequência interpretada como subclassificador deve ser *de presidente*. Da mesma forma, na outra interpretação, a sequência interpretada como qua deve ser *a droga de*, pois como vimos a preposição é uma pista importante para se obter tal interpretação. Mas esse é um detalhe que não é possível aqui discutir.

seja a mais saliente, caso considerássemos a sequência fora de contexto. E certamente é a única adequada num contexto como o de (66):

- (66) Na Colômbia todo mundo consome droga. O Cartel de Medellín fornece até pro governo. E é claro! A droga de presidente é muito melhor que a do consumidor comum.

Já em (54), o conhecimento do contexto da época e a observação do desenho, deixam claro que o cartunista estava se referindo ao presidente Itamar Franco e dizendo que ele era um mau presidente.

Como se vê, a preposição permite, mas não garante, a interpretação adequada de (54). O processo depende da consideração de outras pistas fornecidas no contexto e do nosso conhecimento prévio.

Um outro caso interessante é o de expressões que aparentemente só estão associadas a significado substantivo. Seria de se esperar que tais expressões não pudessem funcionar como subclassificador ou qualificador. No entanto, isso não é o que se verifica nos dados. Isoladamente, *chefes de família* e *Nasa* são expressões que evocam apenas significado substantivo. No entanto podem funcionar como SUB ou QUA como se pode ver em:

- (67) Não foram os costumes liberais que colocaram o Nordeste como a primeira região do país em número de mulheres chefes de família. (V10.10.95:69) SUB
(68) O ambiente bem Nasa, espacial, do aeroporto Charles de Gaulle é incrível. (H:11) QUA

Mas note-se a impossibilidade de:

- (69) *O bem Nasa ambiente do aeroporto Charles de Gaulle é incrível.

Por outro lado, observe-se que, como previsto, a anteposição de apenas *espacial* não apresenta problemas (já que é um QUA de sentido adjetivo):

(70) O espacial ambiente do aeroporto Charles de Gaulle é incrível.

E note-se finalmente que, seguido de uma pausa bem marcada e de *espacial*, *bem Nasa* parece aceitar a anteposição mais facilmente.

(71) O bem Nasa, espacial ambiente do aeroporto Charles de Gaulle é incrível.

Perini me observou que *bem* também ajuda um pouco. Sem ele, (71) fica inaceitável. *Bem* é uma marca de grau, que parece ser exclusiva de qualificadores.

Por outro lado, a seguir esse raciocínio, (69) deveria também ser possível. Assim, prefiro associar a possibilidade de (71) a uma restrição que KUNO (1987:7) formulou da seguinte maneira:

Parallel Interpretation Tendency: Parallel structures tend to be interpreted in a parallel fashion unless there is external pressure for non parallel interpretation.

Como *espacial* só pode ser interpretado como QUA (pois só tem sentido adjetivo e está anteposto), *bem Nasa*, paralelo a *espacial*, recebe a mesma interpretação. De qualquer forma, essa é uma questão que merece ser melhor investigada.

Conclusão

A análise apresentada neste artigo é bastante limitada. A composição do SN se mostra como um fenômeno extremamente complexo. Aqui foram considerados apenas alguns aspectos da ordem de alguns componentes condicionada pela função semân-

tica que exercem. O que se segue resume as observações e conclusões a que se chegou:

- a anteposição é uma pista para marcar função explicativa, ou seja, na posição anteposta ao CLA só ocorrem QUA; a não ser em casos de SUB com acento contrastivo, com sentido diferente ou superlativos.
- em certos casos a anteposição de um QUA não é necessária porque outras pistas indicam a interpretação explicativa
- embora na posição anteposta ao CLA só ocorram QUA, nem todo QUA pode ser anteposto. A questão é complexa e apenas dois casos foram discutidos: os adjetivos denominais referenciais e as palavras que podem ter sentido adjetivo ou substantivo.
- os adjetivos denominais referenciais podem ocorrer antepostos, desde que funcionem como QUA.
- palavras que podem ter sentido adjetivo ou substantivo podem ser interpretadas como QUA antepostos desde que acompanhadas da preposição *de*.
- palavras que só têm sentido substantivo podem ser interpretadas como QUA ou SUB e, se são QUA, podem ser antepostas desde que acompanhadas de outro item que só possa ser interpretado como QUA (por só ter sentido adjetivo e estar também anteposto),

Muitas questões precisam ainda ser investigadas. Na verdade, a discussão aqui apresentada parece apenas a ponta do iceberg.

Por outro lado, a proposta de análise apresentada parece promissora, capaz de solucionar problemas relacionados não só com estrutura interna do SN mas também com a questão da referência, que outras análises anteriores não resolveram ou mesmo não identificaram.

Referências Bibliográficas

- CHAFE, Wallace, L. (1976) "Givenness, Contrastiveness, Definiteness, Subjects, Topics and Point of View". IN: LI, Charles (ed) *Subject and Topic*. New York: Academic Press.
- COHEN, M.A.A.M. (1989) *Syntatic Change in Portuguese: Relative Clauses and the Position of the Adjective in the Noun Phrase*. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- DONNELLAN, Keith. (1971[66]) "Reference and Definite Descriptions". IN: STEINBERG, D.D. & JACOBOWITS, L.A. (eds) *Semantics*. Cambridge University Press.
- FAUCONNIER, Gilles (1994[85]) *Mental Spaces: Aspects of Meaning Construction in Natural Language*. Cambridge, MA: MIT Press.
- KUNO, Susumo (1987) *Functional Syntax: Anaphora, Discourse and Empathy*. Chicago: University of Chicago Press.
- LEMLE, M. (1984) *Análise Sintática: teoria geral e descrição do português*. São Paulo: Ed. Ática.
- LIBERATO, Y. G. (1997) *A Estrutura do SN em Português: uma abordagem cognitiva*. Tese de Doutorado. UFMG, Belo Horizonte.
- PAZINI, M.C.B. (1978) "A posição do adjetivo na locução nominal em português". IN: *Revista Brasileira de Linguística*. Petrópolis, Vozes, Vol. 5.
- PERINI, M.A. (1977) "Para a Análise dos Adjetivos Denominais". IN: *Anais do II Encontro Nacional de Linguística*. PUC - Rio de Janeiro. Vol. II, pp 246-278.
- PERINI, M.A. (1989) *Sintaxe Portuguesa: Metodologia e Funções*. São Paulo: Ática.
- PERINI, M.A. (1995) *Gramática Descritiva do Português*. São Paulo: Ática.
- PERINI, M.A. *et al.* (1996) O Sintagma Nominal em Português: estrutura, significado e função. *Revista de Estudos da Linguagem*. Número especial, Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG.

- PIRES, M. S. O. (1981) *Os Adjetivos Atributivos em Português*.
Dissertação de Mestrado. UFMG, Belo Horizonte.
- WAUGH, Linda. (1977) *A Semantic Analysis of Word Order*.
Leiden: E.J.Brill.

Capítulo 8: **PROPOSTA DE TAXONOMIA DOS** **ITENS LEXICAIS NOMINAIS**

Pedro Perini-Santos

Apresentação

Este artigo apresenta proposta de taxonomia dos itens lexicais nominais do português a partir de condições formais de interpretação do núcleo do sintagma nominal (NSN). Este texto se baseia nas publicações mais recentes de Perini e colaboradores, e em pesquisa por mim desenvolvida.

Perini e colaboradores servem-se dos traços semânticos da potencialidade de referência e de qualificação para caracterizar os itens lexicais que figuram no sintagma nominal (SN). Sua análise se dedica prioritariamente aos traços semânticos potenciais dos elementos do SN e sua ordenação interna. Coube a mim o desenvolvimento e aprofundamento dessa descrição.

Introdução

Há itens lexicais do português que podem exercer função referencial, notada como <R>, ou função qualificativa, notada como <Q>¹. Alguns exercem função referencial livremente, ou

¹ Perini propõe que se distinga a notação <R> para a função referencial e “R” para a sua acepção ou realização como tal. A mesma distinção é proposta para a função de qualificação, <Q>, e sua realização, “Q”, o que será observado mais adiante neste trabalho.

seja, não lhes é necessário um ambiente formal específico para que a potencialidade semântica de referência, <+R>, se realize em função <R>. O item lexical *gordo*, por exemplo, pode exercer função <R> independentemente do ambiente linguístico no qual se encontra. Pode ser interpretado como em <R> no plural ou singular, no gênero masculino ou feminino, antecedido ou não por algum determinante, como aparece na lista de exemplos abaixo:

- (1) Um(a) gordo(a) se penteia para a esquerda.
- (2) Gordos(as) se penteiam para a esquerda.
- (3) O(A) gordo(a) se penteia para a esquerda.
- (4) Os (As) gordos(as) se penteiam para a esquerda.
- (5) Gordo(a) se penteia para a esquerda.

Por sua vez, a palavra *belo*, que também é um item lexical nominal, exige uma configuração linguística específica para ser interpretado em função <R>. *Belo* deve aparecer no plural e ser antecedido por artigo definido para ter interpretação referencial:

- (6) *Um(a) belo(a) sempre se penteia para a esquerda.
- (7) *Belos(as) sempre se penteiam para a esquerda.
- (8) *O(A) belo(a) sempre se penteia para a esquerda.
- (9) Os(As) belos(as) sempre se penteiam para a esquerda.
- (10) *Belo(a) sempre se penteia para a esquerda.

As condições de interpretação da função <R> comportam, portanto, dois tipos de traços linguísticos:

- **condições semânticas:** há itens que contêm os traços semânticos genéricos potenciais <+R> e <+Q> e há outros que não os contêm,
- **condições morfossintáticas:** há configurações morfológicas e sintáticas que influem na interpretação referencial, <R>, do núcleo do SN.

São esses os traços que serão estudados neste trabalho.

A associação do aspecto semântico ao aspecto morfossintático dá nova dimensão à teoria de Perini e colaboradores. Associar traços semânticos e traços mórficos significa estabelecer um *complexo descritivo* com duas entradas. Ou seja, além do estudo das potencialidades semânticas dos itens nominais, as variações formais de número, de gênero, e a presença de determinantes passam a ser consideradas.

A partir desse complexo descritivo, é possível propor uma nova taxonomia para os itens lexicais nominais do português.

Por que uma nova taxonomia?

A proposta dessa nova taxonomia visa superar o desconforto teórico verificado nas análises tradicionais de se ter um dado item lexical locado em duas categorias distintas. *Gordo* é exemplo de adjetivo que pode ser usado como substantivo, ou de substantivo usado como adjetivo.

Com a consideração dos traços semânticos e mórficos, pode-se evitar essa incongruência. Uma dada palavra *x* poderá ser interpretada como em função <R> se e somente se possuir a potencialidade semântica <+R> e ocorrer em condições mórficas específicas para que essa potencialidade semântica se realize. Pode-se, assim, afirmar que uma palavra *x* tem determinado traço e que este traço é característico de uma categoria na qual *x* pode ser locada. O que pode soar tautológico, à primeira vista, é uma possibilidade de se compreender o que faz com que algumas palavras sejam interpretadas em função de referência e outras não e em quais condições isso acontece.

A (in)aceitabilidade de alguns dos exemplos apresentados neste artigo pode ser questionada se forem sugeridas ocorrências textuais anteriores. Poder-se-ia dizer que o enunciado (6), por exemplo, seria aceitável, se houvesse uma referência textual anterior, um contexto situacional adequado etc. Correto, mas friso que estou lidando apenas com sentenças em situação hipotética

conclusões da pesquisa para SNs que ocupam a função sintática de complemento.

Restringindo ainda mais: não serão tratados casos de SNs que possuem um sintagma preposicional (SP) por ele dominado, como $_{SN}$ [os livros $_{SP}$ [de matemática]]. Igualmente se excluem do estudo os SNs diretamente subordinados sintaticamente a um SP; i.e., antecedidos por uma preposição como $_{SP}$ [de $_{SN}$ [(a) Maria]] ou $_{SP}$ [para $_{SN}$ [o médico]]]. Essas restrições definem o estudo como fundamentalmente dedicado aos itens nominais de um SN estruturalmente simples. Essas outras estruturas sintagmáticas devem ser examinadas em novas pesquisas.

A Classe Nominal

A classe que comporta os itens nominais foi estabelecida a partir de traços mórficos comuns aos itens que a constituem. Todos eles, salvo poucas exceções idiossincráticas, apresentam marcação de número *nominal* e de gênero.

Vale esclarecer que número nominal é diferente da noção de número presente nas estruturas verbais. As conjugações verbais possuem variação de pessoa do verbo: 1ª, 2ª e 3ª, e de número: plural e singular. São portanto 6 pessoas verbais: 1ª singular, 1ª plural, 2ª singular e 2ª plural, e assim sucessivamente. Do ponto de vista mórfico, não há uma separação discreta entre número e pessoa do verbo. A 1ª pessoa do plural não é a 1ª pessoa do singular acrescida de alguma marcação mórfica específica que indique ser a mesma 1ª pessoa com o número diferente. Entre os itens nominais, no entanto, acrescenta-se uma marcação mórfica específica - um 's' ao final da palavra - para demonstrar plural de um item nominal inicialmente no singular.

Divisão Tradicional da Classe Nominal em Subclasses

A classe nominal é tradicionalmente subdividida em cinco grupos: os substantivos, os adjetivos, os pronomes, os artigos e os numerais. Excluindo os pronomes e os artigos, que configuram classes fechadas, e os numerais², que exigem análise específica, pode-se dizer que são muito limitados os contra-exemplos concernentes à variação de número e gênero dos substantivos e dos adjetivos.

Mesmo os substantivos uniformes, que apresentam uma única forma para masculino e feminino, possuem gênero: *a formiga* e *o tubarão*, substantivos epicenos, assim como os sobrecomuns *a criança* e *o alvo*, e os comuns-de-dois, *o(a) paciente* e *o(a) cliente*, têm gênero e número que se fazem perceber quando regem o adjetivo e o artigo que o acompanham. O mesmo raciocínio é válido para os adjetivos uniformes. Enfim, as subclasses nominais abertas, adjetivos e substantivos, e as subclasses nominais fechadas apresentam os traços nominais de número e gênero.

Questionando a Divisão Tradicional

Se o critério mórfico de estabelecimento da grande classe nominal é suficiente, o mesmo não se pode dizer sobre o estabelecimento e definições dos grupos lexicais dos substantivos e dos adjetivos. Na gramática tradicional, consideram-se os substantivos e os adjetivos como duas classes lexicais distintas e autônomas: os substantivos nomeiam as coisas e os adjetivos as qualificam. Exemplo típico dessa concepção é encontrada na definição para adjetivo proposta por CUNHA(1970):

O adjetivo é a espécie de palavra que serve para caracterizar os seres ou os objetos nomeados pelo substantivo, indicando-lhes (1) uma qualidade ou um defeito: inteligência lúcida, homem perverso; (2) o modo de ser: pessoa simples; (3) o aspecto ou aparência: céu azul; (4) o estado: laranjeiras floridas. (Cunha, 1970:115)

² Esta tema está desenvolvido em Perini-Santos, 2000.

Na exemplificação aí proposta, adjetivos qualificam os objetos que são nomeados pelos substantivos. A partir de exemplos como esse, infere-se que apenas ocorre um adjetivo se houver um substantivo vinculado a ele ou subentendido em situação anafórica, como pode ser exemplificado em (12):

(12) Serafim tem um irmão gordo e um magro.

Para a ótica tradicional, quando se localizam contra-exemplos, propõe-se que o item da classe substantivo está em função de adjetivo ou vice-versa. Em Pasquale e Ulisses (1997), por exemplo, encontra-se a seguinte explicação para diferenciar os SNs *o jovem brasileiro* e *o brasileiro jovem*,

Na primeira frase, “jovem” é substantivo, e “brasileiro” é adjetivo. Na segunda, invertem-se os papéis: “brasileiro” é substantivo e “jovem” passa a ser um adjetivo. (1997: 245) [destaque acrescido]

Cunha, Pasquale e Ulisses, creio, confundem as noções de função e classe. O reconhecimento da função de um determinado constituinte leva em conta a relação entre os termos da oração. Classe, por sua vez, “é uma propriedade que se atribui a um elemento fora de contexto” (PERINI, 1995:316). *Jovem* não passa a ser um adjetivo; o que sugere mudança de classe. *Jovem* passa a desempenhar uma função gramatical diferente daquela que desempenhava na oração anterior.

Classes e Funções

Onde se pautam os autores tradicionais para tirarem suas conclusões?

Há uma má interpretação do critério da regência de número e de gênero do adjetivo a partir do gênero e número inerentes ao substantivo. Em (12), *gordo* aparece em número singular e gênero masculino, porque assim está o termo substantivo regente *irmão*; o que é correto. Mas, crêem os autores citados

que sempre que a palavra *gordo* aparecer em um SN terá as suas marcações de número e gênero regidas por um substantivo presente no mesmo SN ou por sua presença (estrutural) anafórica. Daí conclui-se que a referência é sempre e apenas dada por um item lexical do tipo substantivo, presente ou pressuposto no SN.

Gênero e Número

Vamos definir com mais clareza o que venha a ser gênero inerente e, por extensão, número inerente. Perini (inédito) define o que são gênero inerente e gênero governado. Consideremos o enunciado *as casas amarelas*.

Os três elementos desse SN aparecem com marcação mórfica de gênero feminino. *Casa* é uma palavra que define o gênero do SN pois possui gênero inerente. Esse fato é arbitrário. Não há nada na “casa” que faça com que a palavra *casa* possua gênero feminino. Mas, uma vez que *casa* é núcleo do SN, define o gênero dos demais elementos do SN. Assim, *amarelas* e *as* apresentam as respectivas marcas de gênero feminino governadas por *casas*.

O raciocínio para a marcação de número é semelhante. O que difere é o fato de haver relação entre o número inerente e a realidade. Usa-se *casa* no plural se e somente se representar³ na linguagem a existência ou a suposição de existência de um grupo não unitário de “casas”. Em *as casas amarelas* o artigo e o adjetivo ocorrem na forma plural posto que o núcleo do SN assim se encontra por razões pragmáticas.

Assim, *amarelo*, *jovem* e *brasileiro* podem governar o número e o gênero do SN se desempenharem função de NSN, como em (13). Mas podem também ser governados nas suas

³ Em recentes leituras por mim realizadas, notadamente textos sobre as ‘Teorias da Relevância’ de Sperber e Wilson e sobre a ‘Biologia do Conhecer’ de Humberto Maturana, vi-me diante de discussões e contestações da noção da linguagem como mecanismo de representação. Indico-as como pertinentes e significativas. Mesmo assim, mantenho a expressão ‘representação’. Em novas pesquisas, parece-me necessário que se considerem os debates propostos por esses autores.

marcações nominais se não ocuparem tal função de NSN como em (14) e (15):

(13) Um_{NSN} [amarelo] /_{NSN} [brasileiro] /_{NSN} [jovem] forte.

(14) Um_{NSN} [cachorro] amarelo /brasileiro / jovem.

(15) Uma_{NSN} [ave] amarela /brasileira /jovem.

Redefinindo as Subclasses

A constituição de duas classes lexicais autônomas a partir de critérios funcionais é uma impropriedade teórica. Não é correto afirmar que existem adjetivos e que existem substantivos enquanto classes. Pode-se dizer que existem as funções de substantivo e de adjetivo. Retomando o exemplo (12), podemos afirmar que *gordo*, *magro* e a grande maioria dos ditos adjetivos podem iniciar enunciados; i.e., podem ocorrer fora de contextos anafóricos e serem núcleo do SN, comandando o número e o gênero dos SNs nos quais se encontram. Em (16), é *gordo* que exerce a função de NSN:

(16) Gordos chatos avacalham festas.

O enunciado (16) indica o que ocorre com a maior parte dos ditos adjetivos do português, como em (17-20):

(17) A biologia celular fascina Daniel.

(18) O celular em promoção tem seus inconvenientes.

(19) Um ombro amigo sempre é bem-vindo.

(20) Um amigo sempre é bem-vindo

Nos exemplos acima listados, há duas situações: nos exemplos ímpares encontram-se ‘adjetivos’ de acordo com a definição tradicional. O ‘adjetivo’ acompanha a marcação de gênero e número do ‘substantivo’ e, a ele, atribui qualidade. Mas nos exemplos pares, não é necessário um contexto frasal anterior para compreender as sentenças. Em outras palavras: os SNs em

posição de sujeito nos exemplos pares não trazem inconveniente algum de compreensão se forem considerados como iniciadores de conversa.

A Proposta de Perini e Colaboradores

Em trabalho de descrição do SN, Perini *et alli* (1996) observaram que há uma enormidade de palavras que potencialmente podem ter função 'de substantivo' ou 'de adjetivo'. A essas funções foram dados os nomes referencial, <R>, e qualificativa, <Q>, respectivamente.

Celular e amigo, por exemplo, são itens lexicais dotados da potencialidade semântica referencial, <+R>, e qualificativa, <+Q>. Ao ocorrerem em um dado SN, desempenharão uma e apenas uma de suas potencialidades semânticas. Ter a potencialidade <+R, +Q> significa que fora do sintagma a palavra é dotada das duas possibilidades de interpretação. Uma vez presente em um SN, exerce a função <R> ou a função <Q>; nunca as duas ao mesmo tempo ou nenhuma delas.

Dado que um SN terá sempre um elemento em função referencial, os demais itens lexicais, mesmo que também potencialmente <+R>, exercerão função <Q>. A descrição de como ocorre a seleção do item lexical a desempenhar a função <R> foi minuciosamente analisada na publicação supracitada.

O SN é descrito da seguinte forma. É um conjunto de itens nominais dispostos em estrutura de forma:

$$SN [PDet + Det + TL^n]$$

onde, PDet é grupo restrito a apenas dois elementos: *ambos* e *todo(a)(s)* e Det engloba os artigos, os pronomes demonstrativos e os numerais. Para esses grupos lexicais não se faz necessária uma análise mais aprofundada; são classes cuja definição morfológica é satisfatória por Perini *et alli* (1996):

Em primeiro lugar, o PDet e o Det continuarão sendo definidos morfológicamente, porque não se conhecem fatores semânticos para suas peculiaridades de ocorrência. Assim, o PDet será o primeiro termo de qualquer SN onde ocorra, e o Det será o primeiro caso não haja PDet; quando há o PDet, o Det é o segundo termo. Aqui, portanto, não há o que comentar.

Dessa análise resulta o abandono da subclassificação em substantivos e adjetivos. Tem-se um vasto conjunto nominal que ocupa na estrutura sintagmática a função de termo livre, notado como TL. Assim, “ser TL” é uma potencialidade lexical que engloba as duas tradicionais classes nominais abertas substantivos e adjetivos. Observemos como isso ocorre em alguns exemplos:

(21) _{SN} [O carro velho]

Carro é um TL de potencialidade <+R, -Q>, i.e., pode ocupar a função referencial, mas não a função qualificativa. *Velho* é potencialmente <+R, +Q>. Esquemáticamente, podemos apresentar como:

carro	<+R, -Q>
velho	<+R, +Q>

Como o SN apresenta um e apenas um TL em função <R>, pode-se concluir que, em (21), *carro* exerce função <R> e *velho* função <Q>. O primeiro TL é a referência à qual o segundo termo atribuirá alguma qualificação.

Assim, um TL como *carro*, dado que é apenas <+R>, só poderá exercer no SN a função <R>, função de núcleo do sintagma. É como se fosse uma palavra que ‘só pudesse ser substantivo’. A palavra *velho* seria caracterizada como uma palavra que ‘pudesse ser substantivo’ ou ‘adjetivo’.

A função exercida no sintagma depende da potencialidade da palavra e da composição do SN no qual ela se encontra. Consideremos agora o SN (22), cujos dois TLs possuem potencialidade semântica <+R,+Q>:

(22) Um rico australiano

que se apresenta esquematicamente como:

rico <+R, +Q>

australiano <+R,+Q>

Se *rico* desempenhar função <R>, *australiano* desempenha função <Q>. É verdade que se poderia reconhecer o exercício de função <R> a *australiano*. Nesse caso, se *australiano* for interpretado em função <R>, *rico* passa a exercer função <Q>. Ocorrem mudanças na interpretação semântica do SN em função das mudanças na posição relativa dos itens, mas mantém-se a regra de se ter apenas um TL em função <R> e os demais em função <Q>. Novamente apenas cito a pesquisa de Perini e colaboradores (1996) como indicação de análise do tema.

Para testar a hipótese de haver sempre um e apenas um termo em função <R>, observemos que sempre que o termo em função <R> é retirado, um outro TL que exerce função <Q> no sintagma, de potencialidade semântica <+R, +Q>, passa a exercer a função <R>, como ocorre na sequência de frases a seguir⁴:

(21a) O carro velho

“R” “Q”

(21b) O velho

“R”

Reconsiderando o SN inicial (21a), ao se excluir *velho*, *carro* mantém-se como “R”, uma vez que a regra da necessidade de pelo menos um TL em função <R> é obedecida. O mesmo procedimento pode ser observado em (22):

⁴ O termo livre quando exerce a função <R> é indicado como “R”; quando exerce a função <Q> é indicado como “Q”.

(22a) Um rico australiano
“R” “Q”

(22b) Um rico
“R”

(22c) Um australiano
“R”

Em suma, essa análise privilegia os traços sêmicos <+/-R> e <+/-Q> como forma de não mais se constituírem classes lexicais, mas de se descrever a função das palavras dentro do SN no qual ocorrem, o que põe em xeque a possibilidade de se estabelecerem as classes lexicais ‘substantivos’ e ‘adjetivos’.

Análise de Itens Lexicais Particulares

Os itens analisados são *belo*, *bom* e *alegre*. Essas três palavras possuem a potencialidade semântica <+R>, mas não se comportam como os demais itens nominais de potencialidade semântica aparentemente idêntica, como *gordo*, por exemplo.

Era de se esperar que *bom*, *belo* e *alegre* exercessem a função <R> dentro do SN como ocorre com os outros itens nominais de potencialidade semântica <+R>. *Gordo* ocupa função <R> com liberdade, i.e., sem a necessidade de uma configuração morfossintática específica, como se observa nos exemplos (23-27):

- (23) Um gordo sempre se penteia para a esquerda.
- (24) Gordos sempre se penteiam para a esquerda.
- (25) O gordo sempre se penteia para a esquerda.
- (26) Os gordos sempre se penteiam para a esquerda.
- (27) Gordo sempre se penteia para a esquerda.

A princípio, os termos nominais de potência semântica <+R> poderiam exercer função <R> no singular ou no plural,

antecedidos ou não por um artigo definido ou indefinido, como se nota na série de exemplos acima. No entanto, a interpretação referencial de *belo*, um dos três estudados, só se faz possível dadas certas condições linguísticas.

- (28) ?? Um belo sempre se penteia para a esquerda.
- (29) Belos se penteiam para a esquerda.
- (30) ?? O belo sempre se penteia para a esquerda.
- (31) Os belos sempre se penteiam para a esquerda.
- (32) Belo sempre se penteia para a esquerda.

Os mesmos enunciados reescritos no gênero feminino mantêm a interpretação semântica. Esse comentário vale para palavras como *gordo* que exercem função <R> livremente:

- (23) Uma gorda sempre se penteia para a esquerda.
- (24) Gordas sempre se penteiam para a esquerda.
- (25) A gorda sempre se penteia para a esquerda.
- (26) As gordas sempre se penteiam para a esquerda.
- (27) Gorda sempre se penteia para a esquerda.

E para os itens que exigem ambientação específica para permitir a interpretação semântica referencial, como é o caso de *belo*:

- (28) ?? Uma bela sempre se penteia para a esquerda.
- (29) * Belas se penteiam para a esquerda.
- (30) ?? A bela sempre se penteia para a esquerda.
- (31) As belas sempre se penteiam para a esquerda.
- (32) * Bela sempre se penteia para a esquerda.

Além das diferenças na aceitabilidade do termo como <R>, a variação do número do SN modifica a interpretação da natureza da referência do SN. Dados os exemplos (33) e (34),

- (33) O gordo impressiona qualquer um.
- (34) O belo impressiona qualquer um.

percebe-se que a formulação da sentença é idêntica. A aceitabilidade é clara para os dois casos. Mas a natureza de <R>, i.e., a natureza da referência do SN, é diferente. No primeiro caso, o referente é um ser humano, notado como <H>. No segundo caso, faz-se referência a uma qualidade abstrata, notada como <Qa>. Temos duas novas questões a serem debatidas: (1) Como atribuir função <R> aos itens pesquisados? (2) Qual é a natureza de sua referência?

Testes

Serão testadas no exercício abaixo as condições de atribuição de função <R> para *belo*, *bom* e *alegre*. Vamos considerar a estrutura simplificada do SN como:

$$_{SN} [\text{Det} + \text{TL}^n]$$

Para estes testes, consideramos uma sentença estruturalmente simples dotada de um único SN e de um sintagma verbal, (SV). As variações de ambiente linguístico consideradas nos testes ocorrem internamente ao SN ou na escolha dos SVs que o acompanham. Foi feita a opção por SVs no tempo presente do indicativo. Parece-me que a variação SV é fundamental para a compreensão da carga sêmica do SN, mas não foi aqui discutida.

Dado que meu objetivo é testar os três itens lexicais selecionados, não é necessário dispor de estrutura sintagmática com mais de um TL. É suficiente a testagem com um único TL compondo o SN. A estrutura padrão terá o seguinte formato:

$$_{SN} [\text{Det} + \text{TL}]$$

sendo que o TL será *belo*, *bom* ou *alegre* com suas respectivas formas plurais e femininas.

Os SNs formados foram avaliados e locados em três grupos: (a) forma plenamente aceitável, (b) forma restritamente aceitável e (c) forma inaceitável.

A primeira configuração que apresento traz o SN com os TIs no plural e precedidos por um Det do tipo artigo definido:

- (35) Os belos/As belas comem muito pouco.
- (36) Os alegres/As alegres comem muito pouco.
- (37) Os bons/As boas comem muito pouco.
- (38) Os belos/As belas merecem cuidados.
- (39) Os alegres/As alegres merecem cuidados.
- (40) Os bons/As boas merecem cuidados.
- (41) Os belos/As belas têm valor
- (42) Os alegres/As alegres têm valor
- (43) Os bons/As boas têm valor

Todos os exemplos são aceitáveis, o que significa que, no plural e com esse tipo de determinante, *belo*, *bom* e *alegre* desempenham função <R>.

Uma vez atribuída a função <R> aos itens lexicais testados, cabe a avaliação da natureza dessa referência. *Os belos*, *os alegres* e *os bons*, e respectivas formas femininas, dadas as condições desse primeiro experimento, têm aceção humana. Considerando os exemplos (35) a (43), percebemos que *automaticamente* atribui-se aceção <H> ao SN, mesmo sem haver pistas semânticas disponíveis no SV que nos levassem a tal interpretação. Já se tem assim uma primeira observação sobre o desdobramento de <R> em subclasses referenciais específicas e distintas.

Vejamos como se comportam se modificarmos a natureza semântica do SV. Ao serem dispostos na posição de sujeito, a adequação sintática e semântica com o SV participa da avaliação de aceitabilidade da sentença. São 2 os casos possíveis:

Primeiro: o ambiente definido pelo SV é nitidamente <H>. O SV é necessariamente interpretado como <H>. Assim, para que o enunciado seja aceitável aos SNs dos exemplos (44-46) só é possível atribuir papel semântico <H>:

- (44) Os belos/ As belas se preocupam com a aparência.
- (45) Os alegres / ? As alegres pararam de fazer terapia há 2 anos.
- (46) Os bons / ? As boas não mexem com linguística.

Nas duas situações propostas até agora, a avaliação de aceitabilidade da sentença segue pistas do SV subsequente ao SN. No próximo tipo de ambiente, isso não ocorre. O SV que acompanha o SN não oferece pistas sobre o que semanticamente lhe seria apropriado.

Segundo: são ambientes linguísticos que não restringem o termo de função <R> a atividades ou situações necessariamente humana, mesmo assim, automaticamente atribui-se aceção <H> ao item em função <R>. Na série de exemplos (47-52), não se exprime a qual entidade se faz referência, mas a interpretação que se faz é de natureza <H>:

- (47) Os belos/ As belas respiram calmamente.
- (48) Os alegres / As alegres chegam ao meio-dia.
- (49) Os bons / As boas vivem no Equador.
- (50) Os belos / As belas não merecem cuidado.
- (51) Os alegres / As alegres não merecem cuidado.
- (52) Os bons / As boas não merecem cuidado.

Ou seja, os SVs apresentados permitem associação com SNs cuja referência sejam entidades vivas não humanas:

- (53) Os cães respiram calmamente.

Organizando

Até agora, *belo*, *bom* e *alegre* desempenham função <R> de modo condicionado por dois motivos: (a) pelas condições morfossintáticas determinativas da interpretação da função <R>, isto é, *bom*, *belo* e *alegre* são itens lexicais que exercem a função <R> dados os ambientes /Os ____; As ____ /; (b) esses itens lexicais são interpretados como <H>.

Parece-me interessante comparar esta descrição com a que Perini e colaboradores propõem. Para esses autores, palavras como *gordo* e *belo*, que têm potencialidade semântica <+R, +Q>, poderiam ser interpretadas como <R> sem qualquer restrição

morfossintática. *Gordo* e *celular* funcionariam da mesma forma que funcionam os demais itens nominais. O que observamos é que há uma configuração morfossintática determinativa para todos os itens nominais e que resulta dessa especificação variações natureza da referência interpretada. É certo que *gordo* pode ser interpretado como <R> em vários ambientes de SN: singular ou plural com ou sem determinante. Mas no lugar de se dizer que não há restrições morfossintáticas, parece-me mais interessante reconhecer que é possível interpretar *gordo* em função <R> em todos os ambientes formais imaginados. O ambiente formal interfere na aceitabilidade do SN, como também interfere na atribuição da natureza semântica a seu núcleo. Especificamente para *gordo*, esse efeito de variação semântica do NSN não ocorre. Mas há casos particulares.

Casos Particulares

Vamos testar a especificidade da potencialidade <+R> de alguns itens nominais.

Celular é uma palavra de potencialidade <+R, +Q> que não tem a especificidade <H> na interpretação de sua natureza referencial; *gordo*, também <+R, +Q>, é interpretado como <H>, se em função <R>. A diferença de aceitabilidade dos exemplos vem das potencialidades semânticas específicas de *gordo* e de *celular*, posto que os dois itens são parcialmente livres quanto às restrições mórficas, uma vez que nos ambientes formais testados⁵, aceitaram a interpretação de função <R>. Esquemáticamente:

- *gordo* ocorre em função <R> nos ambientes formais / *O* __, *Os* __, *Um* __, *Uns* __, *A* __, *As* __, *Uma* __, *Umas* __ / ou sem qualquer determinante. A natureza da função <R> será sempre <H>, e o enun-

⁵ Não foram listados neste artigo todos os enunciados testados durante a pesquisa. Essas testagens estão disponíveis em Perini-Santos (2000).

ciado só será aceitável se o ambiente oferecido pelo SV for compatível com a natureza <+H> da palavra.

- *celular* ocorre em função <R> nos ambientes formais / *O* __, *Os* __, *Um* ____, *Uns* __ , ou sem qualquer determinante. A natureza da função <R> será sempre <-H>, e o enunciado só será aceitável se o ambiente oferecido pelo SV for compatível com a natureza <-H> da palavra.

E se examinarmos agora *belo*, *bom* e *alegre*?

Considerando apenas a ocorrência em ambientes formais /*Os* __, *As* __ / como está exemplificado, observamos que ocorre aceitabilidade dos enunciados. Além disso, é atribuída ao SN a referência semântica de natureza <H>. Assim, podemos apresentar a análise de *belo*, *bom* e *alegre* esquematicamente como:

- *belo*, *bom* e *alegre* ocorrem em função <R> nos ambientes formais /*Os* __, *As* __ / A natureza da função <R> será sempre <H>, e o enunciado só será aceitável se o ambiente oferecido pelo SV for compatível com a natureza <H> do NSN.

Por aqui encerro a análise das ocorrências plenamente aceitáveis para os itens estudados. Os comentários que foram aqui feitos serão mais adiante sintetizados para se estabelecerem as categorias lexicais.

A configuração da seção anterior traz o SN com os termos no plural e precedidos por um determinante do tipo artigo definido. Conservando o sintagma no plural e retirando o determinante da estrutura, ocorre alteração na atribuição de função <R> no sintagma. Eles se tornam inaceitáveis ou de difícil aceitabilidade:

- (54) ?? Belos/Belas comem muito pouco.
- (55) ?? Alegres/Alegres comem muito pouco.
- (56) ?? Bons/Boas comem muito pouco.

Mantida a exclusão do Det, e se os SNs forem passados para o singular; tornam-se sem dúvida alguma inaceitáveis:

- (57) * Belo/Bela come muito pouco.
- (58) * Alegre/Alegre come muito pouco.
- (59) * Bom/Boa come muito pouco.

Essas observações comprovam a restrição proposta na seção anterior, segundo a qual a atribuição de função <R> a *belo*, *bom* e *alegre* define-se pela presença do Det na estrutura do SN.

Novos testes - restrições na aceitabilidade

As variações que apresento nesta parte da pesquisa levaram-me a locar *belo* e *bom* em um grupo, e *alegre* em um outro grupo. Nos ambientes formais que apresento a seguir, ocorre variação na natureza de <R> para *belo* e *bom*. *Alegre*, em um mesmo ambiente proposto para *belo* e *bom*, torna-se inaceitável. Veremos a seguir.

A primeira variação que apresento concerne o tipo de determinante. Até agora, *belo*, *bom* e *alegre* fôram antecedidos por um artigo do tipo definido. Ao substituí-lo por outro artigo, observam-se novas interpretações. Vimos que os SNs estudados são plenamente aceitáveis se aparecem no plural e com esse determinante tipo artigo definido. A variação desta seção concerne a testagem de um Det tipo artigo indefinido no plural e no singular. Na série de exemplos abaixo, os SNs com o Det tipo indefinido no singular me parecem inaceitáveis ou de difícil aceitabilidade:

- (60) ?? Um belo come muito pouco.
- (61) ?? Um alegre come muito pouco.
- (62) ?? Um bom come muito pouco.

Mantém-se a avaliação de aceitabilidade para os mesmos exemplos no plural:

- (63) ?? Uns belos comem muito pouco.
- (64) ?? Uns alegres comem muito pouco.
- (65) ?? Uns bons comem muito pouco.

Por que se tornam inaceitáveis ou de difícil aceitabilidade? Para essa questão, creio que já se tem uma resposta apresentada: *bom*, *belo* e *alegre* não podem exercer função <R> em todos os ambientes. Esses itens possuem particularidades semânticas que lhes impõem a exigência de ambientes morfossintáticos específicos para serem interpretados como <R>.

Até aqui portanto não separei os itens estudados em grupos distintos. O que leva a tal separação é um ambiente formal restrito que permite a interpretação de *belo* e *bom* como <R>, mas não aceita *alegre* em tal função.

Bom, *belo* e *alegre* são atributos humanos; são portanto itens lexicais de traço potencial semântico <+R> de natureza <H> que se realiza dadas certas condições formais. Mas há uma diferença de potencialidade semântica entre eles que se evidencia na testagem abaixo.

- (66) O belo me agrada.
- (67) O bom me agrada.
- (68) * O alegre me agrada.

Os três foram locados em um SN com artigo definido no singular e seguidos por um SV comum. Para os dois primeiros, a aceitabilidade é evidente. A atribuição de função <R> se faz automaticamente: *belo* e *bom* ocupam função <R>, mas não se tem mais a interpretação de valor semântico <H>. Para ser mais específico, *belo* e *bom*, em (66) e (67), desempenham a função semântica de uma *qualidade abstrata*, notada como <Qa>. Essas duas palavras possuem uma carga semântica equivalente a *beleza* e *bondade*. Ou seja,

- *belo* e *bom* ocorrem em função <R> nos ambientes formais /Os ___/ e /As ___/. A natureza da função <R> será sempre <H> e o enunciado só será aceitável se o ambiente oferecido pelo SV for compatível. No ambiente formal /O___/, *belo* e *bom* serão interpretados como itens <R> de natureza <Qa>. *Bom* e *belo* são palavras que possuem, portanto, potencialidade semântica referencial específica <+H, + Qa>

Por outro lado, com um SN de forma semelhante e posto no mesmo ambiente /O ___/, *alegre* torna-se inaceitável, como mostra (68).

·(68) * O alegre me agrada.

Nesse enunciado, a interpretação <R> de natureza <+H> não é possível, porque *alegre* possui uma particularidade semântica. A partir deste experimento, pudemos estabelecer um grupo do tipo *alegre*. É um conjunto restrito de palavras potencialmente <+R,+Q> que aceitam a função <R>, dadas certas condições formais específicas e que não desempenham função referencial de natureza <Qa> como *belo* e *bom* o fazem. Ou seja,

- *alegre* ocorre em função <R> nos ambientes formais / Os ___/ e /As ___/. A natureza da função <R> será sempre <+H> e o enunciado só será aceitável se o ambiente oferecido pelo SV for compatível. No ambiente formal /O___/, não é aceitável. *Alegre* é uma palavra que possui a potencialidade semântica de referência <+H, - Qa>. São exemplos desse grupo *feliz*, *contente* e *triste*, *agradável*, *saudável*⁶.

⁶ Não foram listados neste artigo todos os enunciados testados durante a pesquisa. Essas testagens estão disponíveis em Perini-Santos (2000).

Especificação da Potencialidade de Referência

Concluo que o traço potencial <+R> é insuficiente na designação da potencialidade semântica dos itens nominais. Fica mais claro e rigoroso se o desdobrarmos nos traços <+H>, <+Qa> e se legarmos ao traço <+R> uma noção de referência não específica. Assim, vamos substituir o traço <+R> e propor os traços <+H>, <+Qa> e <+NE>, sendo esse último para o caso de se ter a potencialidade de referência sem especificidade reconhecida. <NE> se refere a um conjunto de papéis referenciais que poderão ser especificados em pesquisas futuras. Com essa nova nomenclatura, ao símbolo <R> deve-se associar a idéia de referência genérica, posto que susceptível de especificações. <R> engloba, portanto, as suas especificações ou desdobramentos: <H>, <Qa> e <NE>. Vamos descrever os itens lexicais no que concerne suas potencialidades semânticas específicas, esquematicamente:

belo é <+H> e <+Qa>

ou seja, à palavra *belo*, se em função <R>, será associada à idéia de <H> ou de <Qa>.

alegre é <+H>

Para *alegre*, pode-se dizer que, se exercer função <R>, será associada à natureza <H>. E ainda, com um outro exemplo,

amarelo é <+H, +NE,>

ou seja, à palavra *amarelo*, se em função <R>, será associada a natureza <H> ou <NE>. E assim por diante.

Para se ter uma descrição precisa das condições para a ocorrência de referência, devem-se acrescentar as exigências morfosintáticas para a realização da referência em suas acepções distintas, <H>, <Qa> ou não específica <NE>. Temos então que:

- *bom e belo* são palavras que possuem a potencialidade semântica de referência <+H, +Qa >. Ocorrem em função <H> nos ambientes formais /Os ___/ e /As ___/. No ambiente formal /O ___/, serão interpretados como itens em função <Qa> que só será aceitável se o ambiente oferecido pelo SV for compatível.
- *alegre* é uma palavra que possui a potencialidade semântica de referência <+H>. Ocorre em função <H> nos ambientes formais /Os ___/ e /As ___/. A função <H> será aceitável se o ambiente oferecido pelo SV for compatível.
- *celular* é uma palavra que possui a potencialidade semântica de referência <+NE>. Ocorre em função <NE> nos ambientes formais /O ___/, /Os ___/, /Um ___/, /Uns ___/, ou sem qualquer determinante e só será aceitável se o ambiente oferecido pelo SV for compatível.
- *amarelo* é uma palavra que possui a potencialidade semântica de referência <+H, +NE>. Ocorre em função <H> nos ambientes formais /Os ___/ e /As ___/. A função <H> será aceitável se o ambiente oferecido pelo SV for compatível. No ambiente formal /O ___/ é interpretado em função <NE>, se o ambiente oferecido pelo SV for compatível.

Esta descrição final reforça ainda mais a idéia de se abandonarem as classes formais da gramática tradicional. O item lexical dentro do SN exerce funções semânticas determinadas pela sua potencialidade semântica específica que pode ser descrita pelos traços de referência <NE>, <Qa> e <H>, e o traço de qualificação <Q>, em função das condições morfossintáticas. Assim, as condições para a interpretação da referência são de duas naturezas:

- **as condições semânticas:** traços semânticos potenciais <+/-Q> e referencial <+/-R>, sendo que esse último é agora especificado como <+NE>, <+H> ou <+Qa>, e
- **as condições morfossintáticas:** influência do gênero, do número e da estrutura do sintagma, a saber, presença ou ausência de Det definido ou Det indefinido.

A Taxonomia

Finalmente, apresento a proposta da nova taxonomia dos itens nominais. Para montar esta taxonomia será necessário organizar os traços que distinguem os itens lexicais. Organizei-os em três grupos:

- **Traços formais:** apresentar marcação, ou valor sem marcação mórfica, de gênero e número. Esses traços são necessários para se definir o grupo nominal. Como a análise proposta se restringe aos itens lexicais nominais, os traços formais nominais são comuns a todos os elementos estudados;
- **Potencialidades Semânticas:** em termos genéricos, os itens nominais potencialmente podem desempenhar as funções semânticas <Q>, qualificativa, e <R>, referencial. A função <Q> será considerada apenas em seu aspecto amplo, sem distinção de diferentes categorias semânticas. À referência, notada com <R> para a função genérica, foram atribuídas as especificações <NE>, <Qa> e <H> para designar, respectivamente, função referencial ainda não especificada, qualidade abstrata e referência humana.
- **Condições Morfossintáticas:** os traços mórficos são as manifestações das variações de número e de gênero. Os traços sintáticos igualmente são a presença ou ausência

de um determinante e o tipo, definido ou indefinido, desse determinante.

Esses três grupos de traços foram cruzados para se chegar ao resultado da interpretação semântica. O resultado é a função semântica que o item pode exercer após passar pela filtragem formal e morfossintática; isto é, as funções semânticas que pode exercer uma palavra considerando a sua potencialidade semântica inicial e as condições morfossintáticas às quais está submetida. Dessa forma, explicita-se o complexo de traços que resulta na interpretação do item lexical em sua ocorrência no SN que pode ser <Q> ou <R>, em suas especificidades semânticas <H>, <Qa> e <NE>. São cinco categorias:

Categoria 1

Exemplo: *gordo*

Palavras que exercem função <R> de natureza <H> se ocorrerem no gênero masculino; exercem função <R> de natureza <H>, se ocorrerem no gênero feminino, em número plural em um SN que apresente Determinante definido.

Palavras que exercem função <Q> se houver um outro termo em função <R> no SN ao qual pertença.

Outros itens: *feio, magro, engraçado, sujo, louco.*

Categoria 2

Exemplo: *belo*

Palavras que exercem função <R> de natureza <H> se ocorrerem no gênero masculino ou feminino em um SN que apresente Determinante definido; exercem função <R> de natureza <Qa> se ocorrerem no gênero masculino, em número singular em um SN que apresente Determinante definido.

Palavras que exercem função <Q> se houver um outro termo em função <R> no SN ao qual pertença.

Outros itens: *bom, velho*

Categoria 3

Exemplo: *amarelo*

Palavras que exercem função <R> de natureza <H> se ocorrerem no gênero masculino ou feminino em um SN que apresente Determinante definido;

Palavras que exercem função <Q> se houver um outro termo em função <R> no SN ao qual pertença.

Outros itens: *verde, preto, branco.*

Categoria 4

Exemplo: *amarelo*

Palavras que exercem função <R> de natureza <NE> se ocorrerem no gênero masculino

Palavras que exercem função <Q> se houver um outro termo em função <R> no SN ao qual pertença.

Outros itens: *azul, cinza, violeta*

Categoria 5⁷:

Exemplo: *alegre*

Palavras que exercem função <R> de natureza <H> se ocorrerem no gênero masculino ou feminino, em número plural.

Palavras que exercem função <Q> se houver um outro termo em função <R> no SN ao qual pertença.

Outros itens: *feliz, triste*

⁷ Há ainda mais duas categorias. Essas categorias são constituídas por itens lexicais que dispõem de uma única potencialidade semântica, ou seja, são palavras <-R,+Q> ou <+R,-Q>. A elas, portanto, não se faz necessária a aplicação das variações de ambientes morfossintáticos:

Categoria 6

Exemplo: *mero*

Palavras que só exercem função <Q>

Outros itens: *reles, pífio, paternal, lêdo*

Categoria 7

Exemplo: *maçã*

Palavras que só exercem função <R>, de natureza <NE>

Outros itens: *livro, piscina, e nomes próprios.*

Comentários Conclusivos

Foram estabelecidas sete categorias para a descrição do complexo de traços que descrevem a referência dos itens lexicais nominais do português. Como se trata de uma pesquisa inicial, a metodologia de pesquisa pode ter incorrido em dois tipos de falhas que me parecem bons temas para pesquisas futuras, comento-os:

- Há possibilidade de haver mais aspectos que definam outras particularidades dentro de cada categoria. Com isso, há a possibilidade de se aumentar o número de categorias. O traço de potencialidade semântica <NE>, por exemplo, deve ser analisado com atenção. Me parece possível que esse traço se desdobre em outros mais específicos, o que é válido.
- Não explorei a existência de um aparente traço semântico particular comum aos elementos de cada categoria. Assim, a categoria 1 é composta por itens que fazem referência a “qualidades comportamentais”; na categoria 2 estão elementos que designam “qualidades abstratas”; a categoria 3 são “cores que designam grupos humanos” seguindo alguma lógica metonímica; a categoria 4 são as “cores que não designam grupos humanos”; a categoria 5 comporta itens que designam “sentimentos humanos”. Me ative apenas a traços bastante genéricos <H>, <Qa> e <NE>.
- Há indícios de haver um número bastante significativo de palavras que obedecendo as restrições morfossintáticas associadas a essa categoria podem exercer função referencial de natureza <Qa>. Apresento uma lista de ocorrências observadas apenas na etapa final da redação da dissertação. Não foram, portanto, consideradas para o atual estágio da pesquisa. *Velho, simpático, interessante, básico, forte, fraco e babaca* são exemplos desse tipo de ocorrência. Permito-me apenas registrar esses exemplos.

Serão necessários novos estudos para aprimorar as categorias semânticas estabelecidas.

Referências Bibliográficas

- CUNHA, Celso. (1970) *Gramática Moderna*. Belo Horizonte: Bernardo Alves.
- LIBERATO, Yara Goulart. (1997) *A Estrutura do SN em Português: uma abordagem cognitiva*. Tese de Doutorado, Belo Horizonte: FALE/UFMG
- PASQUALE & ULISSES. (1997) *Gramática da Língua Portuguesa*. São Paulo: Scipione
- PERINI, Mário A. *et alii*. (1996) *Revista de Estudos da Linguagem*, nº especial. Belo Horizonte: FALE/UFMG
- PERINI, Mário A. *et alii*. (1998) *Sobre a Classificação das Palavras*. In: *D.E.L.T.A.* vol. 14, nº especial. São Paulo: PUCSP.
- PERINI, Mário A. *Gramatical Gender and the NP head*. [inédito]
- PERINI-SANTOS, Pedro. (2000) *Aspectos da Referência do SN*. Dissertação (Mestrado), Belo Horizonte: FALE-UFMG.

Estudos Lingüísticos é uma série que tem por objetivo divulgar trabalhos de pesquisa científica na área dos estudos da linguagem. Editada pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Lingüísticos da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, esta série publica trabalhos sobre a linguagem humana e suas inúmeras interfaces, tanto sob uma perspectiva teórica quanto aplicada.

ISBN 85-87470-26-4



PosLin